



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

**EMENTA E BIBLIOGRAFIA**

<b>CÓDIGO</b>	<b>1º BLOCO</b>	<b>CH</b>
CJ01025	INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DO DIREITO	102
CJ02039	TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA	102
FH08017	METODOLOGIA JURÍDICA	68
FH01122	FILOSOFIA JURÍDICA	68
SE03055	ECONOMIA POLÍTICA	34
CJ04054	DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	34
		408



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DO DIREITO**

**CÓDIGO: CJ01025**

**CARGA HORÁRIA: 102h**

**EMENTA:**

Objeto e finalidade da Introdução à Ciência do Direito; O Ser humano, a Sociedade, o Direito e o Valor eterno Justiça; O Direito e as Ciências afins; Natureza e Cultura; O Mundo Ético; Direito e Moral; Conceito de Direito - sua estrutura tridimensional; Sanção e Coação - A organização da Sanção e o Papel do Estado; Metodologia da Ciência do Direito; Da estrutura da Norma Jurídica; Da Validade da Norma Jurídica; Classificação das regras Jurídicas.

Fontes do Direito; Experiência Jurídica e Direito Objetivo; Da Relação Jurídica; Sujeito do Direito e Personalidade Jurídica - Visão Teórica; Situações subjetivas e Direitos subjetivos; Modalidades de Direitos Subjetivos; Da Hermenêutica ou Interpretação do Direito; Integração e aplicação do Direito; Os princípios Gerais do Direito; Dos Planos e Âmbitos do Conhecimento Jurídico e Fundamentos do Direito.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- 1) Posição do Direito no concerto das disciplinas.
- 2) Valores.
- 3) Normatividade: normas técnicas e normas éticas (religiosas, morais, convencionais, jurídicas, outras).
- 4) Sociedades.
- 5) Disciplinas jurídicas.
- 6) Norma jurídica.
- 7) Sanção.
- 8) Direito subjetivo, dever, relação jurídica, sujeito, pessoa, personalidade, capacidade, objeto de direito, bens.
- 9) Instituições jurídicas: Estado, Personalidade (incluindo direitos fundamentais), Família, Propriedade (incluindo desdobramento da propriedade), Obrigações, Empresa (Direito de empresa) – inovação no Código Civil, Sucessões.
- 10) Enciclopédia Jurídica (problemas de classificação), Direitos: Constitucional (princípios fundamentais e sistêmicos; direitos fundamentais e básicos; organização do Estado; ordem econômica e financeira; ordem social; disposições gerais e transitórias), Administrativo (incluindo desburocratização), Penal,

Processual, Trabalho, Civil, Internacional Público, Internacional Privado, Comercial, Intertemporal.

**BIBLIOGRAFIA**

DIMOULIS, Dimitri. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. Ed. Revista dos Tribunais.  
NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. Ed. Forense.  
REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. Ed. Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

SOUZA, Daniel Coelho de. *Introdução à Ciência do Direito*. Ed. Cejup.

PAUPÉRIO, Artur Machado. *Introdução ao Estudo do Direito*, 3. ed. Rio de Janeiro : Forense,

1998. REALE, Miguel. *O direito como experiência*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 4. ed. Brasília: EDUNB, 1997.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REALE, Miguel. *Lições preliminares do Direito*, 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. 23 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NUNES, Luiz Antônio. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2002.

PAUPÉRIO, Artur Machado. *Introdução ao Estudo do Direito*, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

REALE, Miguel. *O direito como experiência*, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**TEORIA GERAL DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA**

**CÓDIGO: CJ02039**

**CARGA HORÁRIA: 102h**

**EMENTA:**

Teoria Geral do Estado e Ciência Política; Estado; Formas Políticas Formas de Estado, forma de Governo, Sistema de Governo, Regimes Político, Partidos Políticos; Sistemas eleitorais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I**

T.G.E e Ciência Política Noções Fundamentais Conceito, Objeto o Método. de TG.E e Ciência Política.

**UNIDADE II**

Estado;Conceito;Elementos Constitutivos; cotejo entre Nação e Estado

**UNIDADE III**

3 Formas Políticas – Classificação

3.2 Formas de Governo

3.2.1 Conceito (Platão - República)

a.Aristóteles (Política), Critérios Material o Psicológico

b.Montesquieu -Princípios de Cada Forma de Governo

c.Maquiavel- Sua Nova Concepção

3.2.5 Monarquia: Características e Classificação

3.2.6 República Características e Classificação

3.3 Sistemas de Governo

3.3.1 Interpretações da Teoria da Separação de Poderes

a) Montesquieu

b) Federalista

c) Weber

3.3.2 Diferença de Desenvolvimento Histórico entre Presidencialismo e Parlamentarismo.

3.3.3 Sistema Parlamentar de Governo:Origem. Racionalização.Dificuldades de Tipificação.

a) Constantes irreduzíveis do sistema parlamentar-igualdade entre legislativo e executivo, colaboração e frenação recíproca ,

3.4 Ilustração Histórico-Empírica do Sistema Parlamentar-Esquema

3.3.5 Sistema Presidencial: Formação Histórica

3.3.6 Esquema Tipos de Presidencialismo

3.3.7 Papel Eminente do Poder Judiciário

3.3.8 Sistema Colegiado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

### 3.4 Regimes políticos

- 3.4.1 Ordenamento Jurídico e Realidade Política
- 3.4.2. Políticas Publicas
- 3.4.3. Democracia Autocracia-Conceitos, Regimes ideais.
- 3.4.4 Democracia: Características e Tipos
- 3.4.5 Democracia Brasileira

### **UNIDADE IV**

Partidos Políticos: Conceito, Formação Histórica, Partidos Políticos no Brasil: Grupos de Pressão.

### **UNIDADE V**

Sistemas Eleitorais: Conceito, Tipologia (Sistemas Majoritários e Sistemas Proporcionais); Formulas Eleitorais.

### **BIBLIOGRAFIA**

- AZAMBUJA, Darcy, Teoria Geral Estado. Ed. Globo  
 BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. Ed. Saraiva  
 CABRAL, de Moncada. Filosofia do Direito e do Estado Ed. Coimbra: Atlântida  
 CLAMON, Pedro, Curso de Teoria Geral do Estado. Ed. Freitas Bastos  
 DABIN. Jean. Doutrina General Del Estado Trad Hector Gonzalez Uribe e Jesus Foral Moreno. México. Ed. Jus  
 FERREIRA. Pinto Teoria Geral do Estado. 2ª ED. José Konfino  
 FISCHBACH, O. G. Teoria General del Estado Trad. Rafael Luengo Tapia. Barcelona, Ed. Labor  
 GROPPALI, Alexandre. Doutrina do Estado. Trad. Paulo Edmum de Souza Queiroz. Ed. Sararva  
 HELLER. Hermann. Teoria do Estado. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. Ed. Mestre Jou  
 KELSEN, Hans; Teoria General del Estado Trad. Luiz Legaz; Lacambra México. Ed. Nacional  
 Teoria Comunista del Derecho y del Estado Trad. Alfredo. J Weiss Ed. Emece.  
 LASKI. Haroldo J. The State in Theory and Praticce. The Viking Press NY  
 LIMA. E Queiroz. Teoria do Estado Ed. Record.  
 MACHADO, Pauperio, Teoria Geral do Estado. Ed. Forense  
 MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. Sugestões Literárias
- MENEZES, Anderson de. Teoria Geral do Estado. Ed. Forense  
 NOGUEIRA. Ataliba. Teoria Geral do Estado  
 REALE. Miguel Teoria do Direito e do Estado Ed. Saraiva.  
 SAMPAIO, Nelson de Souza. Prólogo à Teoria do Estado. Ed. Forense  
 SIL VEIRA NETO. Teoria do Estado Ed. Bernardo Álvares  
 SOUZA, J. P. Galvão de. Inidação à Teoria do Estado. Ed. José Bushatshy VECCHIO, Giorgio del. Teoria do Estado. Trad. Antoni Pinto de Carvalhol. Ed. Saraiva  
 VILLEGAS, Rafael. Teoria General del Estado. México. ed. Fuentes Impresores .



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**Bibliografia Complementar**

- BOBBIO, N. e outros. Dicionário de política. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1999
- DAHL, R '1997. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo Edusp; cap:1
- FIGUEIREDO, A e LIMONGI, F .Executivo e Legislativo na Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora FGV. 1999.
- LUJPHRT, A, 2003. Modelos de democracia desempenho e padrões"de governo em 36 países Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2000.
- NICOLAU, Jairo Marconi, '1999. Sistemas' eleitorais: uma introdução Rio ele ,Janeiro Ed. FGV
- SCHUMPETER. J. CAPITALISMO, Socialismo e democracia Rio de "Janeiro. Zahar, Editores 1984. (capítulos 20 a 23)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**METODOLOGIA JURÍDICA**

**CÓDIGO: FH08017**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

O Conhecimento, O Método Científico, Estrutura da Ciência, Pesquisa e Projeto de Pesquisa.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** 1 O Conhecimento Humano: Noções Introdutórias.1.1 O Fenômeno do Conhecimento.1.2 Evolução do Conhecimento.1.3 Tipos de Conhecimento.1.4 Concepções de Mundo: Idealismo e Materialismo.1.5 A Questão Ideológica do Conhecimento

**UNIDADE II** 2 O Método Científico.2.1 a Ciência.2.2 A Construção do Objeto Científico.2.3 Princípios básicos do Positivismo, Funcionalismo e Materialismo.

**UNIDADE III** 3 Estrutura da Ciência. 3.1 A Importância dos Conceitos, Leis e Teorias na Produção Científica.

**UNIDADE IV** 4 Pesquisa e Projeto de Pesquisa. 4.1 Tipos de Pesquisa. 4.2 Elementos para a Elaboração de um Projeto de Pesquisa

**BIBLIOGRAFIA:**

ARANHA, Maria. Lúcia Arruda, MARTINS, Maria, Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. [s.n.]. P. 70 - 75.

CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber**. [s.n.] - cap. 4

HUNNE, Leda Miranda. **Metodologia científica**: as formas do conhecimento sobre a ciência. [s.n.] p. 117 - 171.

HUNNE, Leda Miranda. **Metodologia científica, primeira parte**: as formas do conhecimento. [s.n.] p. 25 - 43.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciências sociais**. [s.n.] cap. 2, 4

LUCKESI, Cipriano et al. Expressão escrita: elaboração de trabalho a nível científico, In. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. [s.n.] p. 172 - 193.

MARCELINO, Nelson C. **Introdução às ciências sociais**. [s.n.] p. 19 - 28, 97 - 102.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. São Paulo: Brasiliense. [s.n.] - Col. "Primeiros Passos".

RUDIO, Victor Franz. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. São Paulo: Ed. Vozes, 1986.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**FILOSOFIA JURÍDICA**  
**CÓDIGO: FH 01122**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

O Direito no Pensamento Antigo e Medieval - Direito Natural na Antiguidade; O Direito na Idade Média; A Filosofia do Direito numa Abordagem Moderna e Contemporânea: Alguns Aspectos da Problemática Jurídica; A Problemática Jurídica no Pensamento Moderno; O Direito no Pensamento Contemporâneo; A Ciência do Direito.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** 1 Direito Natural na Antiguidade.1.1 Mitologia e Poesias Gregas (antecedentes do direito natural).1.1.1 Poesia Épica: Homero e Hesíodo (as divindades do direito).1.1.2 Poesia Lírica: Simônides de Ceos e Píndaro de Tebas.1.1.3 Poesia Trágica: Eurípedes e Sófocles.1.2 A Polis grega.1.3 O “Jus-Naturalismo”Cosmológico: Escolas Jônica, Pitagórica, Eleática, Jônios Posteriores, Atomista..1.4 Os Sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles.1.5 O Cristianismo e a Filosofia do Direito em Roma.

**UNIDADE II** 2 O Direito na Idade Média.2.1 A Escolástica.2.2 Santo Tomás de Aquino.2.3 John Duns Scottus.2.4 Guilherme de Occam (William de Occam).

**UNIDADE III** 3 A Filosofia do Direito numa Abordagem Moderna e Contemporânea: Alguns Aspectos da Problemática Jurídica.3.1 A Moral e o Direito: Dimensão Axiológica do Direito.3.2 A Epistemologia Jurídica: A Ciência do Direito - Conceito, Objeto e Método.

**UNIDADE IV** 1 A Problemática Jurídica no Pensamento Moderno.1.1 Jusnaturalismo e Contratualismo: Hobbes, Rosseau, Thomasius e Kant.1.2 O Idealismo Hegeliano (jusnaturalismo).1.3 A Escola Histórica do Direito.

**UNIDADE V** 2 O Direito no Pensamento Contemporâneo.2.1 O Positivismo Jurídico.2.2 O Normativismo Jurídico de Hans Kelsen.2.3 A Teoria Marxista e o Direito.2.4 Existencialismo e Direito.2.5 O Tridimensionalismo Jurídico de Miguel Reale.

**UNIDADE VI** 3 A Ciência do Direito: O Direito como Ciência Social e os Problemas da Cientificidade.

**BIBLIOGRAFIA:**

ANDRADE, Christiano José. **Hermenêutica jurídica no Brasil**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.  
ARNAUD, André Jean. **O direito traído pela filosofia**. Porto Alegre: Ed. Sérgio Fabris.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

AGUIAR, Roberto. **O imaginário dos jesuítas**: comunicação em Jornada de Metodologia do Direito.

ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 4ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Espaço e Tempo/EDUC.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes.

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. Editorial Presença. V.1

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Ed. Universidade de Brasília.

BRÉHIER, E. **História da filosofia**. São Paulo. Mestre Jou,

\_\_\_\_\_. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Ed. Terra e Paz.

BEVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Ed. UNICAMP.

BODENHEIMER, Edgar. **Teoria del derecho**. México: Ed. Fondo de Cultura Econômica.

COELHO, Fernando. **Lógica jurídica e interpretação das leis**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

COPI, Irving. **Introdução à lógica**. Rio de Janeiro: Ed. Mestre Jou.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática.

COELHO, Luís Fernando. **Introdução histórica à filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense.

DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Madrid: Ed. Revista de Occidente.

DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de filosofia do direito**. Coimbra: Ed. Armênio Amado.

ENGELS, Frederico. **Dialética da natureza**. Lisboa: Editorial Presença.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste.

HEGEL, Friedrich. **Introdução à filosofia do direito**. Col. Studium, Lisboa.

HEGEL. **Princípios da filosofia do direito**. Lisboa: Guimarães Editores.

HOMERO. **Ilíada**. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

\_\_\_\_\_. **Odisséia**. Rio de Janeiro. Edições Ouro.

KANT, I. **A crítica da razão prática**. Rio de Janeiro. Edições de Ouro.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. **Essência y valor de la democracia**. Espanha: Ed. Guadarrama.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINS, Soares. **Filosofia do direito**. Coimbra: Liv. Acadêmica.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **Introdução ao estudo do direito**: conceito, objeto e método. Rio de Janeiro: Forense.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes.

MARQUES, Agostinho Ramalho Neto. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense.

MARÍAS, Julian. **História da filosofia**. 3. ed.. Porto: Edições Souza e Almeida.

MENEZES, Djacir. **A Juridicidade em Tomás de Aquino e Karl Marx**. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Lisboa: Ed. Estampa.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- PASSUKANIS, Eugeni. **Teoria general del derecho y marxismo**. Espanha: Ed. Labor.
- PLATÃO. **Diálogos**. Leis. Belém, UFPA., v. XII e XIII, 1980 (Col. Amazônica).
- \_\_\_\_\_. **Diálogos**. Pitágoras. Belém, UFPA., v. III-IV, 1980 (Col. Amazônica).
- \_\_\_\_\_. **Diálogos**. Belém, UFPA., v. X, 1980 (Col. Amazônica).
- \_\_\_\_\_. **Diálogos**. A República. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- \_\_\_\_\_. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva.
- REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Ed. Saraiva.
- \_\_\_\_\_. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Ed. Saraiva.
- SOUZA, José Geraldo. **Para uma crítica da eficácia do direito**. Porto Alegre: Ed. Sérgio Fabris.
- WELZER, Hans. **Introducción a la filosofía del derecho**. Madrid: Ed. Aguiar.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. **As origens do pensamento grego**. 5. ed. São Paulo: DIFEL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**ECONOMIA POLITICA**  
**CÓDIGO: SE 03055**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Introdução.I. I. Transição para o .capitalismo.I.I.I. Mercantilismo. 1.2. Filosofia e políticas. 2.Tratamento científico da Economia Política.2.I. Escola Fisiocrata. 2.1.1. Quadro econômico de François Quesnay. 2.1.1.1. Natureza como fonte única de despesa. 2.2. Escola clássica. 2.2.1 Adam Smith. 2.2.1.1. Teoria do valor: base da ulterior teoria do valor do trabalho. 2.2.1.2. Conflito de classes e harmonia social. 2.2.2. David Ricardo. 2.2.2.1. Teoria da renda e do lucro. 2.2.2.2. Teoria do valor-trabalho. 2.2.3. Thomas Robert Malthus. 2.2.3.1. Teoria da população. 2.3. Crítica à Economia clássica. 2.3.1. Karl Marx. 2.3.1.1. Mercadoria e dinheiro. 2.3.1.2. Trabalho útil e trabalho abstrato. 3. Economia de mercado. 3.1. Escola neoclássica. 3.1.1. Alfred Marshall. 3.1.1.1. Teoria microeconômica. 3.1.2. John Maynard Keynes. 3.1.2.1. teoria macroeconômica.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** 1. Introdução.1.1.Transição para o Capitalismo.1.1.1. Mercantilismo.1.1.1.1.Filosofia e políticas.

**UNIDADE II** 2.Tratamento científico da economia política.2.1.Escola Fisiocrata.2.1.1. Quadro Econômico de François Quesnay. 2.1.1.1.natureza como fonte única da riqueza.2.2. Escola Clássica. 2.2.1 - Adam Smith. 2.2.1.1. Teoria do valor : base da ulterior teoria do valor-trabalho.2.2.1.2. Conflito de classes e harmonia social. 2.2.2.David Ricardo. 2.2.2.1. Teoria da renda e do lucro. 2.2.2.2. Teoria do valor-trabalho. 2.2.3.Thomas Robert Malthus. 2.2.3.1.Teoria da população. 2.3.. Crítica à Economia Clássica. 2.3.1. Karl Marx. 2.3.1.1.Mercadoria e dinheiro. 2.3.1.2. Trabalho útil e trabalho abstrato. 2.3.1.3. Circulação simples e circulação capitalista.

**UNIDADE III** 3. Economia de Mercado. 3.1 - Escola Neoclássica. 3.1.1. Alfred Marshall.3.1.1.1.Teoria microeconômica. 3.1.2 John Maynard Keynes. 3.1.2.1.Teoria macroeconômica

**BIBLIOGRAFIA :**

GONZALEZ, H. P. **Economia política do capitalismo** .Lisboa: Seara Nova, 1977. v. 1 .  
HUBERMAN, Leo . **História da riqueza do homem** . Rio de Janeiro, Zahar.  
HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus.  
LANGE , C . **Moderna economia política** . São Paulo: Vértice Universitária.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

MARX , K. O Capital . **Os economistas**. Abril Cultural . 1973. v. 1

MIGLIOLI , J. **O funcionamento da economia capitalista**.

Ed. Universitária

Estadual de Campinas. Mimeo.

NAPOLEONI , Cláudio . **Curso de economia política** . Rio de Janeiro: Edições Graal.

SINGER , Paul . **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

COMPLEMENTAR

BEUAD, M. **História do capitalismo** : de 1500 aos nossos dias . São Paulo: Brasiliense .

DOBB, Maurice . **Do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro, [s.n.]



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DEONTOLOGIA PROFISSIONAL**

**CÓDIGO: CJ 04054**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Da Ética do Advogado. Dos Atos Privativos do Advogado. Dos Direitos e Deveres. Da Inscrição na OAB. Das Incompatibilidades e Impedimentos. Das Infrações Disciplinares. Do Processo na OAB. Da Finalidade e Organização da OAB.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO :**

**UNIDADE I – DA ÉTICA DO ADVOGADO.** 1.1. Noções de Ética 1.2. O Código de Ética e Disciplina.

**UNIDADE II - DA ADVOCACIA.** 2.1. Da atividade da advocacia. 2.2. Dos Direitos do Advogado. 2.2. Da inscrição na Ordem. 2.3. Da Sociedade de Advogados. 2.4. Do advogado empregado. 2.5. Dos honorários advocatícios. 2.6. Das incompatibilidades e dos Impedimentos.

**UNIDADE III – DO PROCESSO NA OAB.** 3.1. Infrações disciplinares. 3.2. Espécies de Sanções: censura, suspensão, cancelamento e multa. 3.3. O processo disciplinar.

**UNIDADE IV - DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.** 4.1. Natureza jurídica e Finalidade. 4.2. Organização e competência. 4.3. Eleições e Mandatos.

**BIBLIOGRAFIA:**

BARBOSA, Rui. O dever do advogado. São Paulo: Martins Claret.

LOBO, PAULO Luiz Neto. Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB. São Paulo: Saraiva.

Lei 8.906 de 07.07.1994 – Estatuto da advocacia e da OAB

Código de Ética e Disciplina.

Regulamento Geral.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

**E M E N T A E B I B L I O G R A F I A**

<b>CÓDIGO</b>	<b>2º BLOCO</b>	<b>CH</b>
FH02082	SOCIOLOGIA JURÍDICA	68
CJ02040	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	68
CJ05019	TEORIA DO DIREITO CIVIL	68
CJ04055	TEORIA DO DIREITO PENAL	68
CJ01026	ÉTICA JURÍDICA	68
CJ02041	DIREITO ADMINISTRATIVO I	68
CJ02042	DIREITOS HUMANOS	34
		<b>442</b>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: SOCIOLOGIA JURÍDICA**  
**CÓDIGO: FH02082**  
**CARGA HORÁRIA: 68H**

**EMENTA:**

Formação sociológica do aluno para identificação dos sistemas jurídicos, instituições e a busca da efetividade a partir dos dispositivos legais existentes e das propostas legislativas. Interpretação da complexidade econômico-social e seus reflexos no âmbito jurídico.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** – Direito e Sociologia. Durkheim. Parsons. Max Weber. Direito Natural e Positivo. Direito subjetivo e objetivo. Importância da sociologia jurídica.

**UNIDADE II** – Estado e Direito. Estado Liberal e Social. Democracia

**UNIDADE III** – Direito como fato social. Conflitos e ordem. Funções do direito.

**UNIDADE IV** – Direito e sistema social. Luhmann.

**UNIDADE V** – Discurso jurídico em pasárgada: direito da rua X estatal.

**UNIDADE VI** – Pluralismo Jurídico. Policentricidade

**UNIDADE VII** – Ensino jurídico no Brasil. Profissões jurídicas. Direito alternativo. Interpretação jurídica – Brasil.

**UNIDADE VIII** – A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça. Poder judiciário.

**UNIDADE IX** – A complexidade das estruturas jurídicas. Divisões entre público e privado.

**UNIDADE X** – Globalização e o Direito

**BIBLIOGRAFIA**

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARNAUD, André-Jean. Introdução à análise sociológica dos sistemas jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes e FARIA, José Eduardo de Oliveira. A sociologia jurídica no Brasil. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1991.
- CASTRO, Celso Pinheiro de. Sociologia do direito. São Paulo: Atlas, 2001.
- COMPARATO, Fábio Konder. Para viver a democracia. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ENGELMANN, Fabiano. Sociologia do campo jurídico. Juristas e usos do direito. Porto Alegre: Fabris, 2006.
- FARIA, José Eduardo de Oliveira (org). Direito e justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Atica, retórica política e ideologia democrática. Rio de Janeiro: Grall, 1984. Direito e conjuntura. Rio e São Paulo: FGV e Saraiva, 2008.
- FARIA, José Eduardo de Oliveira (org). Direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo: Malheiros, 2005.
- IANNI, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1997.
- NALINI, José Renato (coord). Formação jurídica. São Paulo: RT, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1995. O discurso e o poder. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**TEORIA DA CONSTITUIÇÃO**

**CÓDIGO: CJ02040**

**CARGA HORARIA: 68h**

**EMENTA:**

Teoria da constituição. O poder constituinte. Da Constituição: objeto, objetivo e método. Normas constitucionais: interpretação e efetividade. Direitos fundamentais. Organização do Estado brasileiro. Repartição de competências. Organização dos Poderes.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** - Objeto da Teoria da Constituição

1.1 - Constitucionalismo antigo e moderno

1.2 - O caráter hermenêutico da Teoria da Constituição 1.3 - O conceito de supremacia constitucional

1.4 - Teorias formais

1.5 - Teorias materiais

**UNIDADE II** - Histórias do Constitucionalismo

2.1 - A tradição inglesa: Locke

2.2 - A tradição francesa: Rousseau 2.3 - A tradição americana: Madison

2.4 - A trajetória do constitucionalismo no Brasil

**UNIDADE III** - O Poder Constituinte

3.1 - O Conceito de Poder Constituinte *em* Sieyès

3.2 - Características do Poder Constituinte

3.3 - Manifestações do Poder Constituinte

**UNIDADE IV** - Hermenêutica Constitucional

4.1 - A Constituição como regra: Kelsen

4.2 - A Constituição como princípio: Dworkin

4.3 - Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais

**UNIDADE V**- O Princípio Republicano

5.1 - Introdução à Teoria das Formas de Governo

5.2 - Características da Forma Republicana de Governo

**UNIDADE VI** - O Princípio do Estado de Direito

6.1 - Estado Liberal de Direito

6.2 - Estado Social de Direito

6.3 - Estado Democrático de Direito

**UNIDADE VII** - O Princípio Democrático



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- 7.1 - Democracia Antiga e Democracia Moderna
- 7.2 - Democracia e Formas de Participação
- 7.3 - Democracia Representativa, Democracia Direta e Democracia Participativa.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição (Ed. Saraiva).  
 BOBBIO, Norberto et all. Dicionário de Política (Ed. UnB).  
 BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional (Ed. Malheiros). CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição (Ed. Almedina).  
 CATTONI, Marcelo (Coord.) Jurisdição e Hermenêutica Constitucional (Ed. Mandamentos).  
 SALDANHA, Nelson. Formação da Teoria Constitucional (Ed. Forense). STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica (Ed. Forense). STRECK, Lenio Luiz & MORAIS, José Luis Bolzan. Ciência Política e Teoria Geral do Estado (Ed. Livraria do Advogado).  
 SOUZA NETO, Claudio Pereira; BERCOVICI, Gilberto; MORAES FILHO, José Filomeno; LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto. Teoria da Constituição. Estudos sobre o Lugar da Política no Direito Constitucional (Ed. Lumen Juris). VIEIRA, Oscar Vilhena. A Constituição e sua Reserva de Justiça (Ed. Malheiros).

#### Relação de Textos

- 01 - J. J. Gomes Canotilho. "Direito Constitucional e Teoria da Constituição" (p. 51-62; 87-102; 1159-1190; 1333-1341).
- 02 - Paulo Bonavides. "Curso de Direito Constitucional" (Cap. 2).
- 03 - Nelson Saldanha. "Formação da Teoria Constitucional" (Cap. VI).
- 04 - Oscar Vilhena Vieira. "A Constituição e sua Reserva de Justiça" (Cap. 1). 05 - Fabio Konder Comparato. "Sobre a Legitimidade das Constituições".
- 06 - John Locke. "Segundo Tratado sobre o Governo", (Caps. VII-XIII).
- 07 - Jean-Jacques Rousseau. "O Contrato Social" (Livro I).
- 08 - "O Federalista" (n°s 10, 14 e 39).
- 09 - José Afonso da Silva. "Curso de Direito Constitucional Positivo" (p. 69-90; 112-122).
- 10 - Sieyès. "O Que é o Terceiro Estado?" (Cap. 5).
- 11 - José Afonso da Silva. "Poder Constituinte e Poder Popular (A Experiência Brasileira)".
- 12 - Hans Kelsen. "Teoria Pura do Direito" (p. 33-55; 215-228; 246-249; 387-397).
- 13 - Ronald Dworkin. "Uma Questão de Princípio" (Cap. 1); "O Império do Direito" (Caps. 11 e VII).
- 14 - Montesquieu. "O Espírito das Leis" (Livros 11 e 111).
- 15 - Norberto Bobbio et all. "Dicionário de Política" ("República").
- 16 - Lenio Luiz Streck; José Luis Bolzan de Moraes. "Ciência Política e Teoria Geral do Estado" (Caps. 6 e 7).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

17 - Antonio Gomes Moreira Maués. "Poder e Democracia. O Pluralismo Político na Constituição de 1988" (Cap. IV).

**TEORIA DO DIREITO CIVIL**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**CÓDIGO: CJ05019**

**EMENTA:**

Teoria do Direito Civil. Relação Jurídica. Pessoal e Objeto. Fato Jurídico. Função. Classificação. Efeitos. Negócios Jurídico: Conceito. Conteúdo e Classificação. Elementos Essenciais, Acidentais e Naturais. Nulidade e Anulabilidade (Vícios de consentimento e sociais). Prescrição e Decadência. Prova.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** – 1. Noção de Direito. 1.1 Direito Positivo. 1.2 Direito Objetivo e Direito Subjetivo. 1.3 Direito Público e Direito Privado. 1.4 Unificação do Direito Privado. 1.5 Princípios de Ordem pública.

**UNIDADE II** – 1. Direito Civil. 2.1 Conceito. 2.2 Importância. 2.3 Fontes. 2.4 Modernização e Tendências Atuais.

**UNIDADE III** – 3. A Codificação do Direito Civil. 3.1 A história da Codificação Brasileira. 3.2 A Estrutura do Código Civil. 3.3 As Tentativas de Reforma. 3.4 A Lei de Introdução ao Código Civil.

**UNIDADE IV** – 4. Relação Jurídica. 4.1 Conceito. 4.2 Elementos (sujeitos, objeto e fato jurídico).

**UNIDADE V** – 5. Direito Subjetivo. 5.1 Conceito. 5.2 Classificação. 5.3 Distinção Face ao Direito Potestativo, ao Ônus Jurídico, à Qualidade e à Faculdade Jurídica.

**UNIDADE VI** – 6. Pessoas. 6.1 Conceito e Classificação. 6.2 Pessoa Natural ou Física. 6.2.1 Personalidade: Conceito, Início e Fim, Comoriência, Direitos da Personalidade (conceitos e caracteres). 6.2.2 Capacidade: Conceito e Espécies. 6.2.3 Incapacidade: Absoluta e Relativa, Incapacidade e Falta de Legitimação, Maioridade e Emancipação. 6.2.4 Estado: Conceito, Aspectos (individual, familiar e político), Caracteres, Proteção Jurídica. 6.2.5 Nome Civil: Elementos, Mudança do Nome, Direito ao Nome. 6.2.6 Registro Civil: Origem, Finalidade, Princípios Básicos, Espécies, Legislação Brasileira. 6.2.7 Domicílio: Conceito, Residência e Habitação, Unidade, Pluralidade e Falta de Domicílio, Espécies. 6.3 Pessoa Jurídica. 6.3.1 Conceito, Designação, Personalidade, classificação. 6.3.2 Pessoas Jurídicas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

de Direito Privado: Sociedades, Associações e Fundações.6.3.3 Começo da Existência e Fases de Criação (ato constitutivo e registro), Fim da Existência e Destino dos Bens.6.3.4 Capacidade e Representação.6.3.5 Sociedade de Fato e Outros Grupos sem Personalidade com Capacidade Processual Mediante Representação.6.3.6 A Figura da Desconsideração da Pessoa Jurídica.6.4 Nacionalidade: Critérios de Atribuição e a Teoria da Constituição.6.4.1 Domicílio: Das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, Das Pessoas Jurídicas de Direito Privado (sede social, unidade e pluralidade domiciliar, espécies de domicílio).

**UNIDADE VII – 7.**Bens.7.1 Conceito. Distinção entre Coisas e Bens.7.2 Classificação e Estudo Particularizado.7.2.1 Considerados em si Mesmos: Corpóreos e Incorpóreos, Móveis e Imóveis, Fungíveis e Infungíveis, Consumíveis e Inconsumíveis, Divisíveis e Indivisíveis, Singulares e Coletivos. Reciprocamente Considerados: Principais e Acessórios, Espécies de Acessório (frutos, produtos, rendimentos, benfeitorias), Classificação dos Bens Acessórios (naturais, industriais e civis). Considerados em Relação ao Titular do Domínio: Bens Públicos e Particulares. Bens Fora do Comércio: Inalienáveis por sua Própria Natureza e Legalmente Inalienáveis.7.2.2 Bem de Família.7.3 Patrimônio.7.3.1 Conceito: O Ativo e o Passivo.7.3.2 O Patrimônio como Unidade Abstrata (crítica).7.3.3 Doutrina Tradicional (universitas juris) e Doutrina Moderna (divisibilidade decorrente da afetação a determinado fim). Crítica.7.3.4 Direitos que Integram o Patrimônio.

**UNIDADE VIII – 8.**Fatos Jurídicos.8.1 Noção. Classificação.8.2 Aquisição, Modificação, Extinção e Perda dos Direitos. Defesa dos Direitos.8.3 Negócio Jurídico.8.3.1 Negócio Jurídico e Ato Jurídico.8.3.2 A Vontade.8.3.3 Requisitos da Validade (pertinentes à pessoa do agente, ao objeto da relação e à forma da emissão da vontade).8.3.4 Classificação.8.3.5 Interpretação.8.3.6 Defeitos: Manifestação de Vontade Defeituosa. Erro de Fato e Erro de Direito. Dolo. Coação. Simulação. Fraude.8.3.7 Modalidades: Elementos Acidentais do Negócio Jurídico: condição (noção e classificação), Termo e Prazo, Modo ou Encargo.8.3.8 Forma e Prova do Negócio Jurídico: Prova Documental, Testemunhal e Pericial, Confissão, Presunção, Coisa Julgada, Provas Técnicas.8.3.9 Representação: A Cooperação na Conclusão dos Negócios Jurídicos. Poder de Representação: Legal e Convencional. A Procuração.8.3.10 Nulidades: Atos Inexistentes, Nulos e Anuláveis, Efeitos da Nulidade e da Anulabilidade, Distinções entre Nulidade e Anulabilidade.8.4 Ato Ilícito.8.4.1 Conceito de Ilícito. Dolo. Culpa.8.4.2 Responsabilidade Civil. Responsabilidade Civil do Estado.8.4.3 Atos Lesivos ao Direito que não são Ilícitos (a legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estado de necessidade).8.4.4 Abuso de Direito.8.5 Prescrição e Decadência.8.5.1 Aquisição e Perda dos Direitos Pelo Decurso do Tempo. Prescrição Aquisitiva e Prescrição Extintiva. Decadência.8.5.2 Prazos Prescricionais. Suspensão e Interrupção da Prescrição.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**BIBLIOGRAFIA:**

- ABREU FILHO, José. O negócio jurídico e sua teoria geral. 5 ed. São Paulo: Saraiva 2003.
- ALBUQUERQUE, Francisco Uchoa de & UCHOA, Fernanda Maria. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo. Saraiva: 1982.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio Jurídico. 3 ed. São Paulo: Saraiva 2000.
- BARROS MONTEIRO, Washington. Curso de Direito Civil: parte geral. São Paulo. Saraiva, 2004.
- BEVILÂQUA, Clóvis. Teoria geral do direito civil. 4. ed. Ministério da Justiça. 1972.
- BITTAR, Carlos Alberto. Curso de direito civil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. v. 1 .
- CENEVIVA, Walter. Lei de registros públicos comentada. São Paulo: Saraiva 2001.
- CRETILLA JR., José. Caso Fortuito. In: Enciclopédia Saraiva de Direito, v. 13.
- CUNHA GONÇALVES, Luiz da. Tratado de direito civil. 2 ed. São Paulo: Max Limonad.
- DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado, São Paulo: Saraiva 2004.
- \_\_\_\_\_. Compêndio de introdução à ciência do direito 17ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. Curso de Direito Civil Brasileiro. V.I. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2006.
- \_\_\_\_\_. Maria Helena. Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro interpretada. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 3. ed. Rio de Janeiro. Forense, 1971.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003, v.1.
- GOZZO, Débora. O procedimento de interdição. São Paulo. Saraiva, 1986.
- INELLAS, Gabriel César Zaccaria. Exclusão de ilicitude. São Paulo. Juarez de Oliveira. 2001.
- KOURY, Suzi Elisabeth c. A desconsideração da personalidade jurídica. Rio de Janeiro. Forense, 1997.
- LIMONGE FRANÇA, Rubens. Instituições de direito civil. São Paulo. Saraiva. 1 988.
- \_\_\_\_\_. Princípios Gerais do Direito. 2 ed. São Paulo, Revista dos tribunais, 1971 .
- LOUREIRO FILHO, Lair as Silva. Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.
- PONTES DE MIRANDA. Tratado de direito privado, 1. 1 .
- RÃO, Vicente. O direito à vida e a vida dos direitos. V.I ,1.2, e v.2. o ato jurídico. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1981.
- SERPA LOPES. Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil. V.I Curso de Direito Civil. 2 ed.
- SILVA PEREIRA, Caio Mário da. Instituições de Direito Civil. Forense. V.I. 2006
- TELLES JR., Goffredo. Introdução à ciência do direito (apostila). 1972, faz.2.
- VELOSO, Zeno. Ernendas ao Projeto de Código Civil. Belém, 1985.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**TEORIA DO DIREITO PENAL**

**CÓDIGO: CJ04055**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Direito Penal e Constituição. História e funções do Direito Penal. Direito Penal e Política Criminal. Hermenêutica do Direito Penal. Introdução à teoria do crime.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I: DIREITO PENAL E CONSTITUIÇÃO**

1. Conceito de Direito Penal.
2. A relação entre Direito Penal, Estado e poder.
3. As características do Estado Democrático de Direito, no que concerne ao exercício do poder de punir.
4. Bem jurídico e bem jurídico-penal.
5. Os princípios constitucionais do Direito Penal.
  - 5.1. Noções de princípios.
  - 5.2. Princípios como limite ao poder punitivo estatal.
  - 5.3. A dignidade humana.
  - 5.4. O princípio da legalidade (formal e material).
  - 5.5. O princípio da taxatividade.
  - 5.6. O princípio da ofensividade (ou lesividade).
  - 5.7. O princípio da proporcionalidade.
  - 5.8. O princípio da fragmentariedade.
  - 5.9. O princípio da subsidiariedade.
  - 5.10. O princípio da insignificância.
  - 5.11. O princípio da exclusiva proteção dos bens jurídicos.
  - 5.12. O princípio da responsabilidade penal subjetiva.
  - 5.13. O princípio da individualização da pena.
  - 5.14. O princípio da personalidade da pena.
6. Direito Penal do autor x Direito Penal do fato.

**UNIDADE II: HISTÓRIA DO DIREITO PENAL MODERNO**

1. O Direito Penal na inquisição.
2. O iluminismo e a concepção de um Direito Penal humanitário.
3. Análise das escolas penais (escola clássica e escola positiva).
4. O Direito Penal no Brasil.

**UNIDADE III: FUNÇÕES DO DIREITO PENAL.**

1. Análise das teorias absolutas e relativas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

2. Teorias absolutas: O Direito Penal retribucionista: a retribuição moral em Kant e a retribuição jurídica em Hegel.
3. Teorias relativas: o Direito Penal prevencionista: a prevenção geral (negativa e positiva) e a prevenção especial (negativa e positiva).
4. A função do Direito Penal no Estado Democrático de Direito.

**UNIDADE IV: DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL**

1. O caráter seletivo do Direito Penal.
2. As correntes abolicionistas. O Direito Penal mínimo e o Direito Penal máximo.
3. O garantismo penal: noções gerais.
4. O Direito Penal do Inimigo.

**UNIDADE V: HERMENÊUTICA DO DIREITO PENAL**

1. Noções de Interpretação.
2. A proibição da analogia em desfavor do imputado.
3. A proibição do *bis in idem*.
4. A interpretação das normas penais incriminadoras, gravosas e não incriminadoras, permissivas.
5. A aplicação da norma penal no tempo.
6. As normas penais em branco.
7. Aplicação da norma penal no espaço.
8. Conflito aparente entre normas penais que vigoram no mesmo tempo e no mesmo espaço.

**UNIDADE VI: INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRIME**

1. Evolução doutrinária da teoria do delito: causalismo, neokantismo, finalismo e funcionalismo (teleológico-racional, em Claus Roxin e sistêmico, em Günter Jakobs).
2. Conceito de crime: clássico, neoclássico, formal, material, analítico.
3. Crime ou delito e contravenção: distinções.
4. Sujeito ativo e sujeito passivo.
5. Objeto material e objeto jurídico.
6. Algumas classificações.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Editora Martins Fontes.
- BIANCHINI, Alice. *Pressupostos Materiais Mínimos da Tutela Penal*. São Paulo: RT (série As Ciências Criminais no Século XXI).
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. vol. 1. São Paulo: Saraiva.
- BRUNO, Aníbal. *Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- CARVALHO, Salo e CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da Pena e Garantismo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

- COSTA Jr., Paulo José. *Comentários ao Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- FOUCALT, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal – Parte Geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal – Parte Geral*. Vols. 1 e 3. São Paulo: RT (série manuais para concursos e graduação).
- GOMES, Luiz Flávio, BIANCHINI, Alice e MOLINA, Antonio García-Pablos de. *Direito Penal: Parte Geral*. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- GOMES, Luiz Flávio e MOLINA, Antonio García-Pablos de. *Direito Penal: Parte Geral*. v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- HUNGRIA, Nélson e FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 1985.
- NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- OLIVEIRA, Edmundo. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- PUIG, Santiago Mir. *Direito Penal: Fundamentos e Teoria do Delito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- QUEIROZ, Paulo de Souza. *Direito Penal – Parte Geral*. São Paulo: Saraiva.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. *A moderna Teoria do Fato Punível*. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos.
- TELES, Ney Moura. *Direito Penal*. Vol. I, São Paulo: Atlas.
- TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios Básicos de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1986.
- ZAFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. *Manual e Direito Penal Brasileiro – Parte Geral*. São Paulo: RT.
- \_\_\_\_\_. *Em Busca das Penas Perdidas: a Perda de Legitimidade do Sistema Penal*. Rio de Janeiro: Revan.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**ÉTICA JURÍDICA**

**CÓDIGO: CJ01026**

**CARGA HORARIA: 68h**

**EMENTA:**

A disciplina visa a refletir acerca da relação entre direito e ética. As repercussões das decisões jurídicas no âmbito comunitário, o caráter predominantemente decisional do direito, é o fio condutor para a abordagem da emergência da reflexão Ética pelos gregos, o surgimento da ética como objeto de reflexão e o tratamento da temática por diversos pensadores na história da filosofia.

**CONTEUDO PROGRAMÁTICO:**

Desta feita o programa de estudo dirige-se a uma dupla abordagem, estabelecendo duas competências complementares:

O conhecimento enciclopédico da historia do pensamento acerca de ética e;

A aplicação desse estudo em face de discussão acerca de questões postas à decisão jurídica com evidente repercussão comunitária

a) o conhecimento enciclopédico da historia do pensamento. Acerca de ética:

Esta sessão pretende:

Apresentar a origem do problema ético, dos pré-socráticos aos sofistas e, de forma sintética, importantes pensadores que abortaram a temática na tradição da filosofia.

Com esta finalidade, o curso estabelecerá uma abordagem histórica ■ destacando quatro fases:

As origens da abordagem grega até os pré-socráticos:

A ética no período clássico até Aristóteles;

A Ética Moderna

A ética Contemporânea.

O item b será realizado mediante o estudo de quatro questões postas à turma:

Decisões jurídicas acerca da política:

Decisões jurídicas acerca da moralidade:

C) Decisões jurídicas acerca da vida;

d) Decisões jurídicas acerca de questões multiculturais.

**BIBLIOGRAFIA**

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PERELMAN, Chaim, Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nova editora , 2002.

KANT, Emmanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Livraria Martin Claret, 2002.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DIREITO ADMINISTRATIVO I**

**CÓDIGO: CJ02041**

**CARGA HORARIA: 68h**

**EMENTA:**

1- Direito administrativo: conceito. Origem. 2-princípios da administração pública. 3- Organização da administração pública: 4- Administração direta. 5- Administração indireta. 6- O terceiro setor. 7-Atos administrativos. 8- O processo administrativo na lei federal nº 9.784 de 29.01.1999.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I- DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1- Origem. 2- Relação com os demais ramos do direito. 3- Regime Jurídico Administrativo. 4-Autonomia do direito Administrativo.

**UNIDADE II- PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** 1-Princípios implícitos e explícitos. 2- Funções dos princípios. 3-Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência (LIMPE). 4-Princípios legais da lei de processo administrativo-art. 2º e Parágrafo Único da Lei nº 9784/99.

**UNIDADE III- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.** 1- Entes federativos. 2. Função administrativa. 3-Centralização. 4- Desconcentração- 5- descentralização administrativa. 5- **Administração Direta:** 5.1- Órgãos públicos (estrutura orgânica da presidência da república- Lei nº 10.683/03. Lei nº 10.869/04, entre outras). 5.2- Classificação dos órgãos: independentes, autônomos, superiores e subalternos. **6-Administração Indireta:** Decreto-lei nº200/67 e 900/69- 6.1-Autarquias (comuns e especiais) Agências Reguladoras. Agências Executivas. 6.2-Fundações Públicas e instituídas. 6.3- Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 6.4- Consórcios Públicos (com personalidade de direito público integra a administração indireta)-Lei nº 11.107 de 06.04.2005 (a matéria será vista em D. Adm.II).

**UNIDADE IV- O TERCEIRO SETOR.** 1- Organizações Sociais-OSs-Lei nº 9.637/98. 2- Organização da Sociedade civil de Interesse Social-OSCIPs-Lei nº 9.790/99. 3- ONGs. 4- Terceirização. 5 Entes de Colaboração.

**UNIDADE V- ATOS ADMINISTRATIVOS.** 1-Conceito. 2- Requisitos. 3- Atributos. 4- Classificação. 5- Espécies. 6-Discricionariedade e Vinculação. 7- Controle dos atos administrativos: interno e externo.

**UNIDADE VI- PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 1-Aspectos relevantes da Lei federal nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999- 2 Processo e procedimento. 3- Direitos e Deveres dos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

Administrados. 4- Recursos e revisão. 5-Invalidação: anulação, revogação e convalidação.  
6- Prescrição e decadência administrativa.  
Enfocar a Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre as temáticas.

**BIBLIOGRAFIA:**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro. Lúmen Juris. 2010.

\_\_\_\_\_, Processo Administrativo Federal. Rio de Janeiro. Lúmen Juris. 2010.

CARVALHO, Raquel Melo Urbano de. **Curso de Direito Administrativo**. Salvador. Ed. Jus Podivm. 2008.

Coletâneas de Legislação Administrativa: Org. Odete Medauar. Revista dos Tribunais. 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. Ed. Atlas. 2010.

ENTERRIA, Eduardo Garcia, Ramón, Tomás. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Saraiva. 2010

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. Revista dos Tribunais. 2010.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros. 2010.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública Centralizada e Descentralizada**. Rio de Janeiro. América Jurídica, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DIREITOS HUMANOS**  
**CÓDIGO: CJ02042**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

O estudo da temática Direitos Humanos pressupõe sua contextualização. O nascimento do Estado Liberal, a produção das Declarações de Direitos estão intrinsecamente relacionadas à formação do Estado Constitucional, ao movimento constitucionalista e ao desenvolvimento das teorias dos Direitos Humanos seja sob a perspectiva das gerações, seja sob a perspectiva das dimensões. No entanto, no contexto atual, a implementação dos Direitos Humanos passa por uma análise crítica sobre sua efetiva implementação face à globalização econômica e seus efeitos jurídico, político, econômico, face à fragilização da soberania estatal paralelamente ao desafio de implementação dos Direitos Humanos em sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos.

**CONTEUDO PROGRAMATICO:**

**UNIDADE I-** Movimento constitucionalista e direitos humanos

**UNIDADE II** - Análise da declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, declaração universal dos direitos humanos de 1948 e convenção de Viena.

**UNIDADE III** - Diferença conceitual entre direitos humanos e direitos fundamentais

**UNIDADE IV** - Direitos humanos e as gerações de direitos

**UNIDADE V-** Dignidade da pessoa humana, liberdade e dimensões da igualdade.

Ramírez, Salvador Vergés. Derechos humanos: fundamentación. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

MAURER, Beatrice: Salet. Ingo Wolfgang et al. Dimensões da dignidade. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2005.

DIAS, Daniella S. Desenvolvimento urbano. Curitiba: Juruá, 2002.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. LUÑO, Antonio Enrique Pérez. Dimensiones de la igualdad. Madrid: Dykinson, 2005.

**UNIDADE VI-DIREITOS HUMANOS, SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO.**

SALCEDO, Juan Antonio Carrillo. Soberania de los estados y derechos humanos em derecho internacional contemporâneo. Madrid: Ed. Tecnos, 2001.

MORAIS, José Luis Bolzan de. As crises do estado e da constituição e a transformação espacial dos direitos humanos. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

DULCE, Maria José Fariñas. Globalización, ciudadanía y derechos humanos  
ALVES, J. A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva:  
Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994.

**UNIDADE VII - DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS**

GOMES, Luiz Flávio et al. (coord.); TRINDADE, Antônio Augusto Cançado et al. (col.). O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos e o direito brasileiro. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

**BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, Vera Lúcia V. Direitos humanos e pessoa idosa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Brasília:

TEM, SIT, DEFIT,

2007.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos, segurança pública e promoção da justiça. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa por um direito constitucional de luta e resistência por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade (2<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2003.

BRASIL - PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Plano de ação para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia. Idosos brasileiros: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de política. Brasília: Presidência da República, Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005.

CAMARGOS JR., Walter. Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Brasília, 2005. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004. Educação, arte e inclusão. Programa Arte sem barreiras/Funarte. Ano 3, nº4. Agosto/Dezembro de 2006. \*

FOLEY, Conor. Combate à tortura: manual para magistrados e membros do ministério público. Reino Unido: Human Rights Centre, University of Essex, 2003.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. Goiânia: Editora da UCG. 2006.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. Autismo: guia prático (5ª ed.). São Paulo: AMA; Brasília: COROE, 2007.

MINAYO, Maria Cecília. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.(8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

MINISTERIO DAS CIDADES. Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana. 1ª edição: maio de 2006.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Escravo, nem pensar!: almanaque do alfabetizador- Programa Brasil Alfabetizado. Brasil, 2006.

Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2007. \*

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Incluindo as APAES nos caminhos da educação inclusiva..

SÉGUIN, Elida (coord.). Direito das minorias. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SOUSA, Maurício de. A turma da Mônica: acessibilidade. São Paulo: Ed. Maurício de Sousa, 2006.

SOUSA, Maurício de. A turma da Mônica: um amiguinho diferente. São Paulo: Ed. Maurício de Sousa, 2006.

SUPLINO, Maryse. Currículo funcional natural: guia prático para educação na área de autismo e deficiência mental. Maceió: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

Tecendo rede de paz. Edição 1, 2006/2007.

WERNECK, Claudia. Manual sobre desenvolvimento inclusivo para a mídia e profissionais de comunicação. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (org.). Os "novos" direitos no Brasil: natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**E M E N T A E B I B L I O G R A F I A**

<b>CÓDIGO</b>	<b>3º BLOCO</b>	<b>CH</b>
CJ 04056	TEORIA GERAL DO PROCESSO	68
CJ01028	HERMENÊUTICA JURÍDICA	34
CJ 05020	DIREITO CIVIL I – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	68
CJ04057	DIREITO PENAL I	68
CJ 02043	DIREITO CONSTITUCIONAL I	68
CJ 02044	DIREITO ADMINISTRATIVO II	68
CJ 04058	ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	34
		<b>408</b>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**TEORIA GERAL DO PROCESSO**

**CÓDIGO: CJ04056**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Propedêutica processual: desenvolvimento científico do direito processual; Jurisdição; Órgãos da Jurisdição e Organização Judiciária, federal e estadual; Ação; Exceção; Sujeitos do Processo; Processo e Procedimento; Prova (generalidades).

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** - Propedêutica processual: autodefesa, autocomposição, arbitragem, processo

**UNIDADE II** – 1.Revisão científica do direito processual: publicização e autonomia  
2.Categorias estruturais: jurisdição, ação, defesa e processo

**UNIDADE III** –1. Jurisdição: conceito, finalidade, elementos, espécies, relações com outras funções do Estado  
2. Jurisdição Contenciosa e Voluntária

**UNIDADE IV**- 1. Órgãos da Jurisdição e Organização Judiciária, federal e estadual  
2. Competência: conceito, classificação, relação com a jurisdição

**UNIDADE V** – 1. Ação : natureza jurídica e suas doutrinas2. Ação Civil, Ação Penal, Reclamação Trabalhista.

**UNIDADE VI** – 1. Exceção: natureza jurídica e espécies

**UNIDADE VII** – 1.Processo: natureza jurídica e suas principais teorias 2. Pressupostos processuais; 3. Conteúdo objetivo do processo : mérito em matéria civil, penal e trabalhista

**UNIDADE VIII** – 1. Sujeitos do processo;2. O juiz: atribuições, poderes, deveres, atos processuais3. Partes: capacidade processual, pluralidade ativa/ passiva, representação

**UNIDADE IX** - 1. Processo e Procedimento : distinção e princípios fundamentais

**UNIDADE X** - 1. Atos e Fatos jurídicos processuais : classificação

**UNIDADE XI** -1. Prova : conceito, princípios, generalidades



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (por Títulos / Autor)

Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – Cassio Scarpinella Bueno, vol. 1 – 2008;  
Curso de Direito Processual Civil - Humberto Theodoro Junior, vol 1 – 2008  
Curso de Processo Civil - Processo de Conhecimento – Ovídio A. Baptista da Silva ,vol 1;  
Direito Processual Civil Brasileiro - Vicente Greco Filho, vols. 1 - 2008;  
Curso de Direito Processual Civil - Misael Montenegro Filho , vol I – 2008;  
O Novo Processo Civil Brasileiro - José Carlos Barbosa Moreira – 2007;  
Elementos de Direito Processual Civil – Marcelo Abelha Rodrigues, vol. 1;  
Teoria Geral do Processo - Curso de Processo Civil , vol. 1 – LuizGuilhermeMarinon vols. 1 – 2008;  
Teoria Geral do Processo – Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover  
Cândido Rangel Dinamarco;  
Constituição Federal e Código de Processo Civil;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**HERMENÊUTICA JURÍDICA**

**CÓDIGO: CJ 01028**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Hermenêutica jurídica: os paradigmas do conhecimento contemporâneo. O direito como fenômeno relacional. O diálogo e a fusão de horizontes. Teoria da argumentação jurídica: natureza técnica e procedimental. Critérios de racionalidade. Teoria dos princípios gerais do direito: o juiz Hércules. O problema da discricionariedade consenso e auditório.

**CONTEUDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** – A hermenêutica no pensamento jurídico contemporâneo.

1 – Paradigmas do conhecimento contemporâneo.

**UNIDADE II** – A interpretação do Direito do Positivismo ao Construtivismo

1. O positivismo jurídico

1.1. A dinâmica jurídica

1.2. A coerência do ordenamento jurídico

1.3. A textura aberta do Direito

2. O Construtivismo

2.1. O modelo de regras e a teoria dos princípios.

2.2. O direito como integridade e a perspectiva do “romance em cadeia”

**UNIDADE III** – A teoria da argumentação jurídica.

1. Os modelos de regras e princípios

2. A ponderação de princípios

3. O problema da fundamentação das decisões jurídicas

3.1 A discricionariedade judicial

3.2 A indeterminação do texto constitucional

**UNIDADE IV** – A nova interpretação constitucional e os princípios no direito brasileiro.

1. Ascensão dos princípios

2. Os princípios constitucionais como diretrizes de interpretação

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. 2º ed. São Paulo: Landy, 2005.

BARROSO, Luiz Roberto. Aplicação e Interpretação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2004.

DWORKIN, Ronald. O império do Direito. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes: 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: Editora UNB, 1999.  
DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

**CÓDIGO: CJ05020**

**CARGA HORARIA: 68h**

**EMENTA:**

Noção de Direito Civil; Pessoas; Bens, Fatos Jurídicos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I - Noção de Direito Civil**

1.1 Conceito

1.2 Importância

1.3 Fontes

1.4. Modernização e Tendências

Atuais

1.5 Princípios de Ordem pública

1.6. A Lei de Introdução ao Código Civil

1.6.1 Meios de integração das lacunas

1.6.2 Técnicas de interpretação e aplicação do direito civil 1.6.3 Conflitos de normas

1.7. A Estrutura do Código Civil

**UNIDADE II - Pessoas**

2.1 Conceito e Classificação.

2.2 Pessoa Natural ou Física

2.2.1 Personalidade: Conceito, Início e Fim, Comoriência, Direitos da Personalidade (conceitos e caracteres).

2.2.2 Capacidade: Conceito e Espécies

2.2.3 Incapacidade: Absoluta e Relativa, Incapacidade e Falta de Legitimação, Maioridade e Emancipação.

2.2.4 Estado: Conceito, Aspectos (individual, familiar e político), Caracteres, Proteção Jurídica.

2.2.5 Nome Civil: Elementos, Mudança do Nome, Direito ao Nome 2.2.6 Registro

Civil: Origem, Finalidade, Princípios Básicos, Espécies,

2.2.7 Domicílio: Conceito, Residência e Habitação, Unidade, Pluralidade e Falta de Domicílio, Espécies.

2.3 Pessoa Jurídica

2.3.1 Conceito, Designação, Personalidade, classificação.

2.3.2 Pessoas Jurídicas de Direito Privado: Sociedades, Associações, Fundações e Cooperativas.

2.3.3 Começo da Existência e Fases de Criação (ato constitutivo e registro), Fim da Existência e Destino dos Bens.

2.3.4 Capacidade e Representação

2.3.5 Sociedade de Fato e Outros Grupos sem Personalidade com Capacidade Processual Mediante Representação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

2.3.6 A Figura da Desconsideração da Pessoa Jurídica

2.4 Nacionalidade: Critérios de Atribuição e a Teoria da Constituição

2.4.1 Domicílio: Das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, das Pessoas Jurídicas de Direito Privado (sede social, unidade e pluralidade domiciliar, espécies de domicílio).

### **UNIDADE III - Bens**

3.1 Conceito. Distinção entre Coisas e Bens

3.2 Classificação e Estudo Particularizado

3.2.1 Considerados em si Mesmos: Corpóreos e Incorpóreos, Móveis e Imóveis, Fungíveis e Infungíveis, Consumíveis e Inconsumíveis, Divisíveis e Indivisíveis, Singulares e Coletivos. Reciprocamente Considerados: Principais e Acessórios, Espécies de Acessório (frutos, produtos, rendimentos, benfeitorias), Classificação dos Bens Acessórios (naturais, industriais e civis). Considerados em Relação ao Titular do Domínio: Bens Públicos e Particulares. Bens Fora do Comércio: Inalienáveis por sua Própria Natureza e Legalmente Inalienáveis

3.2.2 Bem de família

3.3 Patrimônio

3.3.1 Conceito: O Ativo e o Passivo

3.3.2 O Patrimônio como Unidade Abstrata

3.3.3 Doutrina Tradicional e Doutrina Moderna (divisibilidade decorrente da afetação a determinado fim)

3.3.4 Direitos que Integram o Patrimônio

### **UNIDADE IV**

Fatos jurídicos

4.1 Noção. Classificação

4.2 Aquisição, Modificação, Extinção e Perda dos Direitos. Defesa dos Direitos 4.3 Negócio Jurídico

4.3.1 Negócio Jurídico e Ato Jurídico

4.3.2 A Vontade

4.3.3 Requisitos da Validade (pertinentes à pessoa do agente, ao objeto da relação e à forma da emissão da vontade).

4.3.4 Classificação

4.3.5 Interpretação

4.3.6 Defeitos: Manifestação de Vontade Defeituosa. Erro de Fato e Erro de Direito. Dolo. Coação. Simulação. Fraude.

4.3.7 Modalidades: Elementos Acidentais do Negócio Jurídico:

condição (noção e classificação), Termo e Prazo, Modo ou Encargo.

8.3.8 Forma e Prova do Negócio Jurídico: Prova Documental, Testemunhal e Pericial, Confissão, Presunção, Coisa Julgada, Provas Técnicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

4.3.9 Representação: A Cooperação na Conclusão dos Negócios Jurídicos. Poder de Representação: Legal e Convencional. A Procuração.

8.3.10 Nulidades: Atos Inexistentes, Nulos e Anuláveis, Efeitos da Nulidade e da Anulabilidade, Distinções entre Nulidade e Anulabilidade.

4.4 Ato Ilícito

4.4.1 Conceito de Ilícito. Dolo. Culpa

4.4.2 Responsabilidade Civil. Responsabilidade Civil do Estado

4.4.3 Atos Lesivos ao Direito que não são Ilícitos (a legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estado de necessidade).

4.4.4 Abuso de Direito

4.5 Prescrição e Decadência

4.5.1 Aquisição e Perda dos Direitos Pelo Decurso do Tempo. Prescrição Aquisitiva e Prescrição Extintiva. Decadência

4.5.2 Prazos Prescricionais. Suspensão e Interrupção da Prescrição.

**BIBLIOGRAFIA:**

ARNOLD WALD. Curso de Direito Civil Brasileiro. Parte Geral. Ed. Sugestões Literárias S.A.

CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA. Instituições de Direito Civil. Vol. I. Ed. Forense.

CLÓVIS BEVILÁQUA. Teoria Geral do Direito Civil. Ed. Rio.

CLÓVIS BEVILÁQUA. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Ed. Rio. Ed. Histórica.

DARCY ARRUDA Miranda. Anotações ao Código Civil Brasileiro. Parte Geral e D. de Família, arts. 1º a 484. Vol. 1º. Ed. Saraiva.

JEFFERSON DAIBERT. Introdução ao Direito Civil. Ed. Forense.

JOÃO FRANZEN DE LIMA. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. I. Introdução e Parte Geral. Ed. Forense.

MARIA HELENA DINIZ. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1º. Ed. Saraiva.

NELSON GODOY DOWER. Curso Moderno de Direito Civil. Parte Geral. Ed. NELPA Ltda.

ORLANDO GOMES. Introdução ao Direito Civil. Ed. Forense.

R. LIMONGI FRANÇA. Manual de Direito Civil. Vol. I. Ed. Revista dos Tribunais. R.

LIMONGI FRANÇA. Instituições de Direito Civil. Ed. Saraiva.

SAN TIAGO DANTAS. Programa de Direito Civil. Ed. Rio. Ed. Histórica. SANTORO-PASSARELLI. Teoria Geral do Direito Civil. Ed. Biblioteca Jurídica Atlântida. Coimbra.

SERPA LOPES. Curso de Direito Civil. Vol. I. Ed. Freitas Bastos. SILVIO RODRIGUES. Direito Civil. Vol. I. Ed. Saraiva.

VANDICK LONDRES DA NÓBREGA. Compêndio de Direito Civil. Vol. I. Introdução. Parte Geral.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO. Curso de Direito Civil. Parte Geral. Vol. I.  
Ed. Saraiva.  
Para Estudo Aprofundado

ANÍBAL DE CASTRO. A Caducidade. Ed. Livraria Petrony. Lisboa.

ARNALDO RIZZARDO. Da Ineficácia dos Atos Jurídicos e da Lesão no Direito.  
Ed. Forense.

CARLOS ALBERTO DA MOTA· PINTO. Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra  
Editora Ltda.

CARLOS ALBERTO DABUS MALUF. As Condições no Direito Civil. Ed. Forense.

EDUARDO ESPÍNOLA. Sistema do Direito Civil. Ed. Rio. Ed. Histórica.

JOÃO CASTRO MENDES. Teoria Geral do Direito Civil. Vols. I e II. Editora AAFDL.  
Lisboa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO PENAL I**  
**CÓDIGO: CJ04057**  
**CARGA HORARIA: 68H**

**EMENTA:**

Tipo e tipicidade. Elementos do tipo legal de delito. Imputação objetiva. Antijuridicidade e causas de justificação. Culpabilidade e causas de exculpação. Iter criminis.

**CONTEUDO PROGRAMATICO:**

**UNIDADE I: TIPO E TIPICIDADE.**

1. Evolução do conceito de tipo: a relação entre tipicidade e antijuridicidade na teoria do delito.
2. Elementos objetivos, subjetivos e normativos do tipo legal de delito.
3. A conduta punível: ação, omissão; dolo, culpa e preterdolo; o erro de tipo.
4. A relação de causalidade.
5. O resultado naturalístico.
6. Tipicidade formal e tipicidade material.
7. A imputação objetiva.

**UNIDADE II: ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO.**

1. Conceito de antijuridicidade (formal e material).
2. Introdução às causas de justificação.
3. Legítima defesa.
4. Estado de necessidade.
5. Estrito cumprimento do dever legal.
6. Exercício regular de direito.
7. O excesso nas causas de justificação.
8. Causas supralegais de exclusão de antijuridicidade.

**UNIDADE III: CULPABILIDADE E CAUSAS DE EXCULPAÇÃO.**

1. Evolução do conceito de culpabilidade na teoria do delito.
2. O fundamento da culpabilidade.
3. A função da culpabilidade na teoria do delito e na teoria da pena.
4. A imputabilidade penal e suas excludentes.
5. A potencial consciência da ilicitude do fato e suas excludentes.
6. A exigibilidade de conduta diversa (conforme o Direito) e suas excludentes.
7. O erro de proibição.
8. As causas supralegais de exclusão de culpabilidade.

**UNIDADE IV: ITER CRIMINIS.**

1. Consumação e tentativa.
2. Crime consumado e crime exaurido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
4. Crime impossível.
5. Arrependimento posterior.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Revan.
- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Editora Martins Fontes.
- BIANCHINI, Alice. Pressupostos Materiais Mínimos da Tutela Penal. São Paulo: RT (série As Ciências Criminais no Século XXI).
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. vol. 1. São Paulo: Saraiva.
- BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- CARVALHO, Salo e CARVALHO, Amilton Bueno de. Aplicação da Pena e Garantismo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- COSTA Jr., Paulo José. Comentários ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, 1987.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal – parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal – Parte Geral. Vols. 1 e 3. São Paulo: RT (série manuais para concursos e graduação).
- GOMES, Luiz Flávio, BIANCHINI, Alice e MOLINA, Antonio García-Pablos de. Direito Penal: Parte Geral. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- GOMES, Luiz Flávio e MOLINA, Antonio García-Pablos de. Direito Penal: Parte Geral. v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- HUNGRIA, Nélson e FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1985.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas, 1985.
- NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1985.
- OLIVEIRA, Edmundo. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- PUIG, Santiago Mir. Direito Penal: Fundamentos e Teoria do Delito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- QUEIROZ, Paulo de Souza. Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Saraiva.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. A moderna Teoria do Fato Punível. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos.
- TELES, Ney Moura. Direito Penal. Vol. I, São Paulo: Atlas.
- ZAFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. Manual e Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: RT.
- \_\_\_\_\_. Em Busca das Penas Perdidas: a Perda de Legitimidade do Sistema Penal. Rio de Janeiro: Revan.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO CONSTITUCIONAL I**  
**CÓDIGO: CJ02043**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Conceito. Fontes. Métodos e posição sistemática.
2. **CONCEITOS DE CONSTITUIÇÃO:** Conceito formal e conceito substantivo de Constituição. Estado Liberal de Direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito.
3. **HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL:** Texto normativo e norma. Interpretação construtiva. Princípios e regras constitucionais.
4. **INTRODUÇÃO AO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE:** Aspectos orgânicos e funcionais. Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade.
5. **DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS:** teorias dos direitos fundamentais. Direitos de defesa e direitos a prestações. Garantias processuais e institucionais. Eficácia e aplicabilidade dos direitos fundamentais. Suspensão e restrição dos direitos fundamentais.
6. **DIREITO À VIDA:** Direito à integridade física. Direito à integridade moral. Direito à privacidade.
7. **DIREITO À IGUALDADE:** Igualdade formal. Igualdade material.
8. **DIREITO À LIBERDADE:** Liberdade negativa e liberdade positiva. Liberdades de locomoção, consciências, religião, expressão, informação, exercício profissional, reunião, associação. Princípio da legalidade.
9. **DIREITO À PROPRIEDADE:** Direito de acesso à propriedade e direito de manutenção da propriedade. Função social da propriedade.
10. **DIREITO À SEGURANÇA:** Garantias criminais. Direito à tutela judicial. Devido processo legal. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.
11. **AÇÕES CONSTITUCIONAIS:** Hábeas corpus. Mandado de segurança. Hábeas data. Mandado de injunção. Ação popular.
12. **DIREITO SOCIAIS:** Direitos trabalhistas. Direitos a prestações positivas.
13. **DIREITO DE NACIONALIDADE:** Critérios para atribuição de nacionalidade. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade.
14. **DIREITOS POLÍTICOS:** Democracia representativa, democracia direta e democracia participativa. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos. Partidos políticos.
15. **ESTADO FEDERAL BRASILEIRO:** Características do Estado Federal. Tipos de federalismo. Técnicas de repartição de competência na Constituição de 1988.
16. **UNIÃO:** Funções de soberania e de coordenação. Competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

17. **ESTADOS FEDERADOS:** Autonomia. Poder Constituinte Estadual. Competência exclusivas, comuns e concorrentes. Competências residuais.

18. **MUNICÍPIOS:** Autonomia. Competência exclusiva, comuns e concorrentes.

19. **INTERVENÇÃO FEDERAL:** Pressupostos. Controle. Intervenção dos Estados nos Municípios.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. **ARAÚJO**, Luiz Alberto David; **NUNES JR.**, Vidal Serrano, **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva.
2. **BASTOS**, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Saraiva
3. **BITAR**, Orlando Chigre Miguel. **Estudos de Direito Constitucional e Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar/Fundação Getúlio Vargas
4. **BOBBIO**, Noberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília
5. **BONAVIDES**, Paulo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores.
6. **BULOS**, Uadi Lamegos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.
7. **CENEVIVA**, Walter. **Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Ed. Saraiva.
8. **CRETELA JR**, José. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
9. **CUNHA FERRAZ**, Anna Cândida. **Poder Constituinte do Estado-Membro**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais
10. **DALLARI**, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Ed. Saraiva.
11. **DI RUFFIA**, Paolo Biscaretti. **Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais
12. **FERREIRA FILHO**, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Saraiva.
13. **FERREIRA**, Pinto. **Manual de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.
14. **GOMES CANOTILHO**, JJ. **Direito Constitucional**. Coimbra/Portugal: Livraria Almedina.
15. **HORTA**, Raul Machado. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey Editora.
16. **LENZA**, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Ed. Saraiva.
17. **MÁRTIRES COELHO**, Inocêncio. **Interpretação Constitucional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
18. **MENDES**, Gilmar Ferreira; **MÁRTIRES COELHO**, Inocêncio; **GONET BRANCO**, Paulo Gustavo – **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Saraiva
19. **MENDES**, Gilmar Ferreira. **Controle de Constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos**. Editora Saraiva
20. **MIGUEL**, Jorge. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Atlas.
21. **MORAES**, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Atlas
22. **VELOSO**, Zeno. **Controle Jurisdicional de Constitucionalidade**. Belo Horizonte: Del Rey Editora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

23. **NOGUEIRA DA SILVA**, Paulo Napoleão. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores.
24. **SILVA**, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
25. **SALDANHA**, Nelson. *Formação da Teoria Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense
26. **TEMER**, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores.
27. **TAVARES**, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO ADMINISTRATIVO II**  
**CÓDIGO: CJ02044**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA**

1-Bens Públicos. 2- – Intervenção do Estado na Propriedade. 3- Desapropriação 4- Agentes e Servidores Públicos. 5- Processo Administrativo Disciplinar. 6- Responsabilidade Civil do Estado 7- Licitação e Contrato Administrativo. 8- Contratos Administrativos. 9- Concessões de serviços e obras públicas: comuns e especiais.: Parcerias Público Privadas-PPPs. 10- Consórcios Públicos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I - BENS PÚBLICOS:** 1- Conceito. 2- Classificação. 3- Regime Jurídico. 4- Alienação. 5- Imprescritibilidade e impenhorabilidade. 6- Formas de utilização (uso) dos bens públicos pelos particulares (concessão. permissão. cessão, autorização, etc).

**UNIDADE II- INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.** 1- Servidão. 2- Ocupação temporária. 3- Requisição de bens. 4- Tombamento. 5- **Desapropriação**. 5.1- Fases 5.2- Tratamento constitucionais. 5.3- Objeto. 5.4- Espécies. 5.5- Competência legislativa e material. 5.6- Beneficiários. 5.7- Fases do Procedimento expropriatório: declaratória e executória. 5.8- Indenização. 5.9- Imissão provisória na posse. 5.10- Desapropriação Direta, indireta e por zona. 5.11- Retrocessão.

**UNIDADE III- AGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS.** 1- Agentes públicos: a) classificação. 2- Servidores Públicos: a) classificação. 3- Cargos. Empregos e Funções Públicas. 4- Contratações temporárias. 5- Emendas Constitucional nº 19/98. 6- Regime Próprio de Previdência Pública dos Servidores Públicos: Aposentadoria do Servidor Público. RPPP-7- Emendas Constitucionais N.ºs. 20/98; 41/03; 47/05.

**UNIDADE IV- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR na Lei nº 8.112/90-** 1- Espécies de procedimentos disciplinares: 1.1- Sindicâncias: a) investigativa; b) processual; c) patrimonial. 2- Processo administrativo disciplinar sumário. 3- Processo Administrativo Disciplinar. 3.1- Fases: a) instauração; b) instrução; c) defesa; d) relatório; e) julgamento. 4- Garantias de ampla defesa e contraditório. 5- Recurso e revisão. 6- Prescrição.

**UNIDADE V- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.** 1- Evolução Teórica. 2- Tratamento constitucional. 3- Nexo de causalidade. 3- O dano indenizável. 4- Excludentes. 5- Ação de reparação de dano e direito de regresso.

**UNIDADE VI- LICITAÇÕES. Lei 8.666/93.** 1- Conceito. 2- Instrumento Convocatório: Edital. 3- Modalidades. 4- Dispensa e Inexigibilidade de licitação. 5- Procedimento. 6- **Pregão- Lei**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**10.520/02. Decreto nº 3.555/2000:** 6.1-Espécies: a) presencial; b) eletrônico- **Decreto nº 5.450/05, 5.504/05:** 6.2.1- Objeto. 6.2.2- Publicidade. 6.2.3- Fases: interna e externa. 6.2.4- Procedimento. 6.2.5- Lances. 6.2.6.-Propostas e habilitação. 6.2.7- Recursos. 7- **Registros de preços-** Decreto nº 3.931/2001.

**UNIDADE VI- CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.** 1- Conceito. 2- Espécies: 2.1-Serviços (comuns e técnicos e de engenharia). 2.2-Publicidade. 2.3-Obras. 2.4-Compras. 2.5-Fornecimento. 3- Prazo e prorrogação.

**UNIDADE VI -CONCESSÕES:** 1-Comuns: a) serviço público; b) obra pública. 2. **Especiais: Parcerias Público Privadas-PPPs:** 2.1-Administrativas e Patrocinadas (Lei n.11.079, 30.12.2004. Lei n. 8.987/95; Lei 9074/95, e Decretos n. 5.358/05. 5.411/05 e 5.977/06). 3- Objeto. 4-Valor mínimo. 5-Remuneração. 6- Instituições das PPPs: Sociedade de Propósito Específico-SPE. Órgão Gestor. Fundo Garantidor-FGP.

**UNIDADE VII- CONSÓRCIOS PÚBLICOS** (Aspectos relevantes)- Lei nº 11.107 de 06.04.2005, regulamentada pelo Decreto nº 6.017, 17.01.2007.

**Enfocar a Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre as temáticas.**

.....

**BIBLIOGRAFIA:**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** Rio de Janeiro. Lúmen Juris. 2010.

**Coletâneas de Legislação Administrativa:** Org. Odete Medauar. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** Ed. Atlas. 2010.

LESSA, Sebastião José. **Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância.** Brasília: Brasília Jurídica. 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitações e Contratos Administrativos. Direito Administrativo Brasileiro.** Revista dos Tribunais. 2010. revisado por Vera Monteiro.

MEDAUAR, Odete. Oliveira, Gustavo Justino de. **Consórcios Públicos.** São Paulo: Revistas dos Tribunais.2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros. 2010.

Monteiro, VERA. **Licitação na Modalidade Pregão.** São Paulo: Malheiros Editores.

SANTANA, Jair Eduardo. **Pregão Presencial e eletrônico.** Belo Horizonte. Fórum. 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**  
**CÓDIGO: CJ04058**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO. FUNÇÕES ESSENCIAIS A JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA. ADVOCACIA PÚBLICA

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I:** 1 O Poder Judiciário Brasileiro. 1.1 Organização Judiciária. Magistratura Nacional. Juiz Natural. Independência do Poder Judiciário e suas garantias. Conselho Nacional de Justiça

**UNIDADE II:** 2 Supremo Tribunal Federal. 2.1 Organização. Competência. Súmula Vinculante. Reclamação.

**UNIDADE III :** 3 O Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal. 3.1 Composição e Organização. Competência. Justiça Federal. Juízes Federais e Tribunais Regionais Federais. Juizados Especiais Federais. Federalização dos crimes contra os Direitos Humanos e incidente de deslocamento de competência.

**UNIDADE IV:** 4 Justiça Comum Estadual. 4.1 Estrutura do Poder Judiciário Estadual. Quinto Constitucional.

**UNIDADE V :** 5 Justiças Especiais Individualizadas. 5.1 Justiça Militar. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral.

**UNIDADE VI:** 6 O Ministério Público Brasileiro. 6.1 Princípios Institucionais. Garantias e vedações. Conselho Nacional do Ministério Público.

**UNIDADE VII:** 7 Defensoria Pública. 7.1 Advocacia Pública. Advocacia. Jus postulandi.

**BIBLIOGRAFIA:**

CÁSELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 1998.  
MILHOMES, Jônhatas e ALVES, Geraldo Magela. Manual Prático do Advogado. Rio de Janeiro: 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**EMENTA E BIBLIOGRAFIA**

<b>CÓDIGO</b>	<b>4º BLOCO</b>	<b>CH</b>
CJ06013	DIREITO EMPRESARIAL I	68
CJ05021	DIREITO CIVIL II – TEORIA DOS CONTRATOS	68
CJ04059	DIREITO PENAL II	68
CJ02045	DIREITO CONSTITUCIONAL II	68
CJ04062	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	68
CJ04063	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	68
CJ04073	PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	34
		<b>442</b>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DIREITO EMPRESARIAL I**

**CÓDIGO: CJ 06013**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

História do Direito Comercial. Caracterização da Atividade Empresarial. Empresário Individual e Sociedade Empresária. Obrigações Burocráticas do Empresário. Teoria Geral do Estabelecimento Empresarial. Bens Materiais e Imateriais do estabelecimento empresarial. Alienação do Estabelecimento Empresarial. Proteção ao Ponto Comercial. Teoria Geral do Direito Societário. Definição de Sociedade Empresária. O Sócio. Classificação das Sociedades. Tipos Societários. Sociedades Despersonalizadas. Sociedades Simples. Sociedades Limitadas. Sociedades Anônimas. Sociedade Cooperativa. Sociedade Dependente de Autorização.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Disciplina jurídica da atividade empresarial
  - 1.1. Atividade econômica e atividade empresarial
  - 1.2. Disciplina privada da atividade econômica
  - 1.3. Desenvolvimento histórico do tratamento dado aos comerciantes
  - 1.4. Teoria dos atos de comércio
  - 1.5. Teoria da empresa
  - 1.6. Sistema brasileiro atual de caracterização do empresário
  - 1.7. Direito comercial como direito-custo
  - 1.8. Atividade empresarial e o processo de internacionalização dos mercados
  - 1.9. Processos de integração econômica
2. Empresário
  - 2.1. Exploração da atividade empresária individualmente ou coletivamente
  - 2.2. Obrigações burocráticas dos empresários
    - 2.2.1. Registro de empresa
    - 2.2.2. Escrituração
    - 2.2.3. Demonstrações contábeis
3. Estabelecimento Empresarial
  - 3.1. Conceito, natureza e elementos
  - 3.2. Alienação do estabelecimento
  - 3.3. Locação comercial
    - 3.3.1. Requisitos
    - 3.3.2. Exceção de retomada
    - 3.3.3. Ação renovatória
  3. Nome comercial
4. Introdução ao Direito Societário
  - 4.1. Sociedade empresária
  - 4.2. Personalização
  - 4.3. Classificação
  - 4.4. Nacionalidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- 4.5. Desconsideração personalidade
- 5. Sociedades no Código Civil
  - 5.1. Sociedade Simples
  - 5.2. Sociedade em nome coletivo
  - 5.3. Sociedade em comandita simples
  - 5.4. Sociedade em comum
  - 5.5. Sociedade em conta de participação
  - 5.6. Sociedade limitada
    - 5.6.1. Constituição
    - 5.6.2. Deveres e responsabilidade dos sócios
    - 5.6.3. Direitos dos sócios
    - 5.6.4. Administração
  - 5.7. Relações entre sociedades
  - 5.8. Dissolução da sociedade
- 6. Sociedade por Ações
  - 6.1. Disposições preliminares
  - 6.2. Sociedades abertas e fechadas
  - 6.3. Noção de mercado de capitais
  - 6.4. Bolsas de Valores
  - 6.5. Comissão de valores mobiliários
  - 6.6. Ações e outros valores mobiliários
  - 6.7. Capital social
  - 6.8. Constituição
  - 6.9. Órgãos societários
  - 6.10. Administração da companhia
  - 6.11. Relações de poder de companhia
  - 6.12. Resultados sociais
  - 6.13. Sociedade de economia mista
  - 6.14. Consórcios
  - 6.15. Grupo de empresas

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. vol. 1, 2 e 3. São Paulo. Saraiva, 2009.
- REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. vol. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ALMEIDA, Amador Paes de. **Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva. 2008.
- MALCHER, Clovis e MALCHER, Clovis Filho. **Noções de Direito Comercial**. Belém: Cejup, 1991
- ALMEIDA, Amador Paes. **Manual das Sociedades Comerciais**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. vol. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2009.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. vol 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro**. vol. 3. São Paulo: Atlas, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

MALCHER, Clovis e MALCHER, Clovis Filho. *Noções de Direito Comercial*. Belém: Cejup, 1991.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Lições de Direito Societário**. vol. 1 e 2. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO CIVIL II – TEORIA DOS CONTRATOS**

**CÓDIGO: CJ05021**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Teoria Geral dos Contratos (conceitos, evolução histórico-legislativa). Contratos (conceito, princípios, função, requisitos de validade, formação, interpretação, classificação, extinção). Peculiaridades do contrato bilateral: vícios redibitórios, evicção... Contratos em espécie. Atos Unilaterais. Teoria da Responsabilidade Civil.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I - Teoria Geral das Obrigações Contratuais.**

Dos Contratos. Noções Gerais. Funções do Contrato. Requisitos de Validade. Princípios Fundamentais

1.2 Formação e Interpretação dos Contratos

1.3 Classificação dos Contratos

1.4. Características Próprias dos Contratos Bilaterais: evicção, vícios redibitórios.

1.5 Estipulação em favor de terceiro; Promessa de fato de terceiro; Contrato com pessoa a declarar; Contrato Estimatório.

1.6 Extinção dos Contratos. Resolução, rescisão e exceptio non adimplenti contractus. Cláusula resolutiva tácita. A Teoria da Imprevisão e a Cláusula Rebus Sic Stantibus (Resolução por onerosidade excessiva).

**UNIDADE II - Contratos em Espécie previstos no Código Civil**

2.1 Compra e venda

2.2 Troca

Contrato Estimatório.

Doação

Locação:

2.5.1 De coisas

2.5.2 Predial (Lei nº 8.245/91).

2.6 Empréstimo:

2.6.1 Comodato

2.6.2 Mútuo

2.7 Prestação de serviço

2.8 Empreitada

2.9 Depósito

2.10 Mandato

2.11 Comissão

2.12 Agência e Distribuição

2.13 Corretagem

2.14 Transporte



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- 2.15 Seguro
- 2.16 Constituição de Renda
- 2.17 Jogo e Aposta
- 2.18 Fiança

**UNIDADE III-** Outras Figuras Contratuais.

- 3.1 Transação e Compromisso
- 3.1 Contratos Atípicos e Contratos Coligados.
- 3.2 Contratos Eletrônicos.

**UNIDADE IV-** Dos Atos Unilaterais de Vontade.

- 4.1 Promessa de recompensa.
- 4.2 Gestão de negócios
- 4.3 Pagamento indevido
- 4.4 Enriquecimento sem causa

**UNIDADE V-** Teoria Geral da Responsabilidade Civil.

- 5.1 Conceitos e Pressupostos da Responsabilidade Civil.
- 5.2 Responsabilidade Subjetiva e Objetiva.
- 5.3 Reparação do Dano Moral.
- 5.4 Responsabilidade Contratual e Extra-Contratual.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- DIAS, José de Aguiar, Responsabilidade Civil em Debate, Rio de Janeiro, Forense, 1993.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das Obrigações Contratuais Extracontratuais, São Paulo, Saraiva, 17ª ed., 2002., Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil, São Paulo, Saraiva, 12ª ed., 1907.
- JUNQUEIRA, Miriam. Contratos Eletrônicos, Rio de Janeiro, Mauad, 1997.
- MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Direito das Obrigações - 2ª parte, São Paulo, Saraiva, 29ª ed., 1997.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, Rio de Janeiro, Forense, 1997
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade, São Paulo, Saraiva, 28ª ed., 2002.
- GOMES, Orlando, Contratos, Rio de Janeiro: Forense, 18º ed. 1998.
- WALD, Arnoldo, Curso de Direito Civil Brasileiro, Obrigações e Contratos, Vol II, São Paulo: Revista dos Tribunais, 13º ed. 1998.
- SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro, Direito Civil. Contratos, S. Paulo: Atlas, 2ª ed. 1999.
- FIUZA, César, Direito Civil, Curso Completo, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil, Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos, vol. 2º, S. Paulo: Atlas, 2002.
- VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil, Contratos em espécie e responsabilidade civil, vol. 3º, S. Paulo: Atlas, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PENAL II**

**CÓDIGO: CJ04059**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Teoria da sanção penal. Concursos de pessoas e de infrações penais.

**CONTEUDO PROGRAMATICO:**

**UNIDADE I: CONCURSO DE PESSOAS**

1. Introdução.
2. As teorias monista, dualista, pluralista e o domínio do fato.
3. Autoria, co-autoria e participação: distinções.
4. Requisitos do concurso de pessoas.
5. Formas de participação.
6. Comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.

**UNIDADE II: CONCURSO DE INFRAÇÕES PENAIS**

1. Concurso material.
2. Concurso formal (próprio e impróprio)
3. Crime continuado.

**UNIDADE III: TEORIA DA SANÇÃO PENAL.**

1. Pena e Constituição: princípios e regras atinentes à sanção penal.
2. Evolução histórica dos castigos; ênfase à pena de prisão.
3. Finalidade da pena.
4. Os limites constitucionais à cominação, aplicação e execução da pena.
5. Espécies de pena.
6. Aplicação da pena e análise das circunstâncias (judiciais e legais – agravantes, atenuantes, qualificadoras, privilegiadoras, causas de aumento e de diminuição de pena).
7. Os critérios de substituição de pena: penas restritivas de direito.
8. Os regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade: progressão e regressão.
9. Detração e remição.
10. Concurso de pessoas: 10.1. Introdução; 10.2. As teorias monista, dualista, pluralista e do domínio do fato; 10.3. Autoria, co-autoria e participação: distinções; 10.4. Requisitos do concurso de pessoas; 10.5. Formas de participação; 10.6. Comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.
11. Concurso de infrações penais: 11.1. Concurso material; 11.2. Concurso formal (próprio e impróprio); 11.3. Crime continuado.
12. O *sursis* e o livramento condicional.
13. As medidas de segurança.
14. Efeitos da condenação.
15. Reabilitação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

16. Extinção da punibilidade.

**BIBLIOGRAFIA:**

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. vol. 1. São Paulo: Saraiva.
- CARVALHO, Salo e CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da Pena e Garantismo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- COSTA Jr., Paulo José. *Comentários ao Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal – parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- GOMES, Luiz Flávio, BIANCHINI, Alice e MOLINA, Antonio García-Pablos de. *Direito Penal: Parte Geral*. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- GOMES, Luiz Flávio e MOLINA, Antonio García-Pablos de. *Direito Penal: Parte Geral*. v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- HUNGRIA, Nélon e FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 1985.
- NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- TELES, Ney Moura. *Direito Penal*. Vol. I, São Paulo: Atlas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO CONSTITUCIONAL II**

**CÓDIGO: CJ02045**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

1. **PODER LEGISLATIVO:** A divisão funcional do poder. Câmara dos Deputados. Senado Federal. Congresso Nacional. Reuniões. Comissões.
2. **IMUNIDADES PARLAMENTARES:** conceito. Processo histórico. Evolução. Incompatibilidades.
3. **PROCESSO LEGISLATIVO:** Espécie Normativas. Fases do processo Legislativo. Iniciativa. Discussão. Votação. Sanção. Veto. Promulgação e Publicação.
4. **FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA:** Sistema de controle. Competência dos Tribunais de Contas.
5. **PODER EXECUTIVO:** Conceito. Organização. Tipos de Executivo. Processo de Investidura. Presidente e Vice-Presidente da República. Competência do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República. Substituição e sucessão.
6. **MINISTROS DE ESTADO:** Ministros de Estado no Parlamentarismo e no Presidencialismo. Investidura. Competência. Reponsabilidade dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
7. **PODER JUDICIÁRIO:** Conceito. Princípios Fundamentais. Cotejo entre os poderes constituídos. Papel eminente do Poder Judiciário no sistema constitucional brasileiro. Atribuições do Poder Judiciário. Órgãos do Poder Judiciário.
8. **GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO:** Justificação: processo de investidura dos Magistrados. Garantia dos Magistrados e dos Tribunais. Vedações. Extensão das garantias e vedações ao Poder Judiciário Estadual.
9. **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:** Antecedentes históricos. Posição Constitucional. Composição. Investidura. Competência. Responsabilidades dos Ministros do STF. Súmula da Jurisprudência predominante do STF. Articulação do STF com as Justiças Federais e Estaduais.
10. **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:** Antecedentes Históricos. Posição Constitucional. Compisição. Investidura. Competência. Responsabilidades dos Ministros do STJ. Articulação do STJ com o STF, a Justiça Federal e a Justiça Estadual.
11. **JUSTIÇA FEDERAL COMUM:** Histórico. Posição Constitucional. Organização. Investidura. Competência. Articulação com o STJ.
12. **JUSTIÇA FEDERAL ESPECIALIZADA:** Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Histórico de cada uma. Posição e Princípios Constitucionais. Organização. Investidura. Competência. Articulação com o STF.
13. **JUSTIÇA ESTADUAL:** Dualidade de Justiça. Preceitos constitucionais incorporados ao direito estadual. Organização. Investidura. Competência. Articulação com o STJ e com o STF.
14. **MINISTÉRIO PÚBLICO:** Histórico. Posição Constitucional. Garantias Constitucionais. Processos de Investidura. Competência.
15. **ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO:** Posição Constitucional. Processo de Investidura. Competência.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

16. **ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA:** Posição Constitucional. Processo de Investidura. Competência.
17. **DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS:** Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública.
18. **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE:** Idéia Central. Conceito. Pressupostos de constitucionalidade das espécies normativas. Constitucionalidade e Inconstitucionalidade. Espécies de Controle de Constitucionalidade. Controle Preventivo. Controle Repressivo de Constitucionalidade. Ação Direta Inconstitucionalidade Genérica. Ação Direta Inconstitucionalidade Interventiva. Ação de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
19. **SISTEMA TRIBUTÁRIO:** Poder de Tributar. Competência Tributária. Limitações do Poder de Tributar. Imposto da União. Imposto dos Estados. Imposto dos Municípios. Repartições das Receitas Tributárias. Orçamento. Plano Plurianual. Diretrizes Orçamentárias. Orçamentos Anuais. Princípios constitucionais do orçamento.
20. **ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA:** Princípios Constitucionais da Atividade Econômica. Política Urbana. Política Agrária. Fundiária e Reforma Agrária. Sistema Financeiro Nacional.
21. **ORDEM SOCIAL:** Princípios Constitucionais Seguridade Social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Educação. Cultura. Desporto. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família. Criança. Adolescente. Idoso.
22. **DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS:** Disposições Permanentes. Disposições Gerais. Natureza. Disposições Transitórias. Serviços Notariais e de Registros.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

23. **ARAÚJO**, Luiz Alberto David; **NUNES JR.**, Vidal Serrano, *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva.
24. **BASTOS**, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Saraiva
25. **BITAR**, Orlando Chigre Miguel. *Estudos de Direito Constitucional e Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar/Fundação Getúlio Vargas
26. **BOBBIO**, Noberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília
27. **BONAVIDES**, Paulo. *Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores.
28. **BULOS**, Uadi Lamegos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.
29. **CENEVIVA**, Walter. *Direito Constitucional Brasileiro*. São Paulo: Ed. Saraiva.
30. **CRETELA JR**, José. *Elementos de Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
31. **CUNHA FERRAZ**, Anna Cândida. *Poder Constituinte do Estado-Membro*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais
32. **DALLARI**, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Ed. Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

33. **DI RUFFIA**, Paolo Biscaretti. *Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais
34. **FERREIRA FILHO**, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Saraiva.
35. **FERREIRA**, Pinto. *Manual de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.
36. **GOMES CANOTILHO**, JJ. *Direito Constitucional*. Coimbra/Portugal: Livraria Almedina.
37. **HORTA**, Raul Machado. *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey Editora.
38. **LENZA**, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Ed. Saraiva.
39. **MÁRTIRES COELHO**, Inocêncio. *Interpretação Constitucional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
40. **MENDES**, Gilmar Ferreira; **MÁRTIRES COELHO**, Inocêncio; **GONET BRANCO**, Paulo Gustavo – *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Saraiva
41. **MENDES**, Gilmar Ferreira. *Controle de Constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos*. Editora Saraiva
42. **MIGUEL**, Jorge. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Atlas.
43. **MORAES**, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Ed. Atlas
44. **VELOSO**, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. Belo Horizonte: Del Rey Editora
45. **NOGUEIRA DA SILVA**, Paulo Napoleão. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores.
46. **SILVA**, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
47. **SALDANHA**, Nelson. *Formação da Teoria Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense
48. **TEMER**, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores.
49. **TAVARES**, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

**CÓDIGO: CJ04061**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Da Ação. Do Processo. Dos Atos Processuais. Da Petição Inicial. Da Resposta do Réu. Da Prova. Das Providências Preliminares. Da Audiência. Da Sentença e da Coisa Julgada.

**CONTEUDO PROGRAMATICO:**

**UNIDADE I** 1 Da Ação.1.1 Conceito. Elementos. Condições. Classificação.

**UNIDADE II** 2 Do Processo.2.1 Conceito. Natureza. Jurídica. Sujeitos. Intervenção de Terceiros. Litisconsórcio. 2.2 Processo e Procedimentos: Processos de Conhecimento. Execução e Cautelar. 2.3 Procedimento Comum e Especial. 2.4 Formação. Suspensão e Extinção do Processo.

**UNIDADE III** 3 Das Formas Processuais e da Teoria das Nulidades.3.1 Tipos de Vícios dos Atos Processuais: Inexistência, Nulidade e Irregularidade.3.2 Convalidação da Nulidade.3.3 Regras e Princípios que Informam a Teoria das Nulidades.

**UNIDADE IV** 4 Dos Atos Processuais.4.1 Atos das Partes. Desistência da Ação e do Recurso. 4.2 Conciliação e Transação Judiciais. 4.3 Atos do Juiz: Sentença. Decisão Interlocutória e Despacho. 4.4 Atos do Escrivão: Termos Processuais. 4.5 Intercâmbio Processual: Cartas. Citações. Intimações: Conceito. modalidades e efeitos processuais.

**UNIDADE V** 5 Da Petição Inicial.5.1 Requisitos.5.2 O Pedido e suas Espécies.5.3 Alteração do Pedido.5.4 Causa de Pedir.5.5 O Valor da Causa e sua Impugnação.5.6 Indeferimento da Petição Inicial.

**UNIDADE VI** 6 Da Resposta do Réu.6.1 Contestação. Exceção e Reconvenção. 6.2 O Princípio da Eventualidade. 6.3 Da Revelia e a Confissão Ficta.

**UNIDADE VII** 7. Das Providências Preliminares.7.1 Julgamento Antecipado da Lide.7.2 Saneamento do Processo.

**UNIDADE VIII** 8 Da Prova.8.1 Conceito. Classificação. Ônus e Valoração. 8.2 Provas em Espécie: Documental. Testemunhal. Pericial. Inspeção Judicial. Depoimento Pessoal e Confissão.

**UNIDADE IX** 9. Da Audiência.9.1 Conciliação. Instrução e Julgamento. 9.2 Debates Orais e Memoriais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE X** 10. Da Sentença e da Coisa Julgada. 10.1 Requisitos e Espécies de Sentença. 10.2 A Preclusão. 10.3 Coisa Julgada: Conceito. 10.4 Coisa Julgada Material e Formal.

**BIBLIOGRAFIA:**

BARBI, Celso Agrícola et alli. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil**. São Paulo: Malheiros Ed.

\_\_\_\_\_. **A Instrumentalidade do processo**. São Paulo: Malheiros Ed.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Ed. Saraiva, 3v.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas tendências do direito processual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Ed. Saraiva.

MOREIRA, José Cláudio Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Ed. Saraiva.

SILVA, Ovídio Araújo Batista da. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

**CÓDIGO: CJ 04063**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Princípios informadores do processo penal. Interpretação da norma processual penal: Aplicação da norma processual; Imunidade em relação às pessoas. Inquérito Policial: Conceito; instauração; prazos; Atribuição; indisponibilidade; arquivamento. Procedimentos processuais penais: Juízo singular; crimes da competência do juri; rito sumaríssimo. Ação Civil ex delicto. Sujeitos Processuais. Jurisdição e competência. Citação.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I:** Direito processual penal: evolução histórica (da autotutela ao processo penal); definição; natureza jurídica e instrumentalidade.

**UNIDADE II:** Sistemas processuais penais: inquisitório, acusatório e misto; a gestão da prova e os poderes instrutórios do juiz; sistema processual penal brasileiro; O Código de Processo Penal e a Constituição Federal de 1988.

**UNIDADE III:** Princípios constitucionais do processo penal: devido processo legal, ampla defesa, contraditório, presunção de inocência, prevalência do interesse do réu (*in dubio pro reo*), não auto-incriminação e direito ao silêncio, juiz natural, duração razoável do processo, publicidade, vedação de provas ilícitas, verdade processual.

**UNIDADE IV:** Aplicação da lei processual no tempo e no espaço: lei processual penal; princípio da imediatidade e sua retroatividade benéfica.

**UNIDADE V:** Fase pré-processual de investigação: fundamento da investigação preliminar; agente responsável (investigação policial, juiz instrutor e promotor investigador): valor probatório da investigação preliminar; atos do inquérito policial (lugar, tempo, forma, e publicidade); o investigado como sujeito de direitos; termo circunstanciado de ocorrência; a intervenção do Ministério Público e do juiz no inquérito policial; arquivamento, desarquivamento e trancamento do inquérito policial; a atuação do defensor e direito de defesa do investigado no inquérito policial.

**UNIDADE VI:** Ação processual penal: natureza jurídica; pretensão punitiva e pretensão acusatória; condições da ação processual penal; justa causa para a ação penal e seu controle judicial; ação penal pública e suas espécies; ação penal privada e suas espécies; requisitos formais da denúncia e da queixa; rejeição (total e parcial) e aditamento.

**UNIDADE VII:** Jurisdição e competência: princípios da jurisdição penal (inércia, imparcialidade, juiz natural e indeclinabilidade); competência absoluta e relativa; critérios de fixação da competência penal; hipóteses de modificação (prorrogação de competência);



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

conexão e continência; competência em razão da pessoa (prerrogativa de função); conflitos de competência (positivo e negativo).

**UNIDADE VIII:** Questões e processos incidentes: exceções (suspeição, incompetência, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada);

restituição de coisa apreendida; medidas assecuratórias; incidentes de falsidade e de insanidade mental.

**UNIDADE IX:** Teoria da prova processual penal: conceito e função da prova; o mito e o dogma da verdade real; a verdade processual; ônus da prova e iniciativa probatória do juiz; o livre convencimento motivado e a íntima convicção no Tribunal do Júri; dos limites constitucionais à atividade probatória; o interrogatório como meio de defesa; a confissão; provas em espécie (testemunhal, documental, pericial, declarações do ofendido, reconhecimento de pessoas e coisas, busca e apreensão).

**UNIDADE X:** Da prisão provisória: cautelaridade, jurisdicionalidade, excepcionalidade, provisoriedade e proporcionalidade; o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*; prisão em flagrante, sua função e espécies de flagrante; flagrante esperado, provocado e diferido; prisão temporária, sua finalidade, pressupostos e prazo de duração; prisão preventiva, pressupostos e fundamentos, motivação e revogabilidade; a inconstitucionalidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública ou econômica; prisão provisória e pronúncia; prisão provisória e sentença condenatória recorrível; relaxamento da prisão e excesso de prazo.

**UNIDADE XI:** Liberdade provisória: modalidades de liberdade provisória; liberdade provisória obrigatória e permitida; a disciplina constitucional da inafiançabilidade; a liberdade provisória na Lei 10.826/2003 e na Lei 11.343/2006.

**BIBLIOGRAFIA:**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Correlação entre acusação e sentença*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ônus da prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Flaviane de Magalhães. *(Re)forma do processo penal: comentários críticos dos artigos modificados pelas Leis n. 11.690/08 e n. 11.719/08*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de processo penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

\_\_\_\_\_. *Garantias constitucionais na investigação criminal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

JARDIM, Afrânio Silva. *Direito processual penal*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

KARAM, Maria Lúcia. *Competência no processo penal*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. *Juizados especiais criminais: a concretização antecipada do poder de punir*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Sistemas de investigação preliminar no processo penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade constitucional*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. v. I.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de processo penal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

PEDROSO, Fernando de Almeida. *Competência penal: doutrina e jurisprudência*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

RANGEL, Paulo. *Direito processual penal*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. *Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TUCCI, Rogério Lauria. *Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**CÓDIGO: CJ 04073**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Conceito — processo e procedimento — generalidades — princípios — princípios constitucionais e infra-constitucionais, explícitos e implícitos — jurisprudência sobre controle do processo administrativo por princípios — Fases: Instauração, Instrução, Decisão — reconsideração, recursos e revisão — Invalidades e prescrição. Processo administrativo disciplinar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1 – Origem histórica. Sentido Processual e Material do devido processo legal. O contraditório e a ampla defesa no procedimento administrativo. Princípio do contraditório. Desdobramentos do contraditório. O princípio da ampla defesa. Outros princípios do procedimento administrativo.

2 - Processo e procedimento. A lei federal de procedimento administrativo. Disposições gerais. Princípios Informadores: princípios gerais do direito administrativo; princípios processuais. LEI FEDERAL N. 9784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

3 - Classificação dos processos administrativos.

4 - Fases: instauração (modalidades, requerimento, pedido, sujeitos da relação processual, impedimento e suspeição), instrução (atos processuais: tempo, forma e lugar, comunicação dos atos, intimação, consulta e audiências públicas, perícias e diligências) e decisão (do dever de decidir, da motivação, requisitos da motivação: o relatório e a parte dispositiva).

5 - Recursos (reconsideração, recurso em sentido estrito, grau de recurso, cabimento e interposição de recurso, prazos e legitimação recursal) e revisão. Invalidação (anulação, revogação e convalidação). Causas de extinção do processo. Desistência. Renúncia e impossibilidade superveniente.

6 - Da prescrição e decadência administrativa. Procedimento administrativo invalidador.

7 - Sindicância e processo administrativo disciplinar. Generalidades. Princípios. Instauração (formalidades). Instrução (matéria probatória, tipificação, defesa, relatório) e decisão. Sanções disciplinares. Repercussão na esfera civil e criminal.

8 - Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Ação de Responsabilidade Civil, Habeas Data decorrentes da tramitação de processos administrativos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

9 - Desapropriação. Sujeitos. Procedimentos. Justa indenização. Imissão provisória na posse. Processo expropriatório. Desapropriação indireta. Desvio de finalidade. Retrocessão e desistência.

10. Elaboração de peças administrativas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

EMENTA E BIBLIOGRAFIA

CÓDIGO	5º BLOCO	CH
CJ02054	DIREITO ELEITORAL	34
CJ03023	DIREITO DO TRABALHO I	68
CJ05022	DIREITO CIVIL III – RESPONSABILIDADE CIVIL	68
CJ04060	DIREITO PENAL III	68
CJ04064	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	68
CJ04065	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	68
CJ06014	DIREITO EMPRESARIAL II	68
		442



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL**

**CÓDIGO: CJ 02054**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Direito Eleitoral. Conceito. Objeto. Fontes. Relação com outras disciplinas jurídicas.

- Representação popular. Partidos políticos. Pluripartidarismo. Alianças partidárias. Proibição no Direito Brasileiro do monopartidarismo.

- Organização eleitoral, Sufrágio, Natureza jurídica, Modalidades, Sistemas eleitorais, Sistema majoritário, Sistema proporcional e Sistema misto.

- Justiça Eleitoral, O Controle do Sistema Eleitoral, Organização e composição, Competências.

- Ministério Público Eleitoral, Posição institucional, Organização, competências.

- Capacidade eleitoral, Requisitos e limitações à capacidade eleitoral.

Alistamento eleitoral, Do ato do alistamento, Efeitos do alistamento, Requisitos à inscrição eleitoral, Processo, Fases do alistamento, Transferência, Cancelamento, Exclusão, fiscalização partidária.

- Teoria da Inelegibilidade das novas mudanças do TSE (Mudanças em 2002 e 2003) em face do Instituto da Reeleição.

1.1- Visão Global / 1.2- Hipóteses do Titular/ 1.3- Hipóteses do Vice/ 1.4- Do Parente

- Teoria e Prática das Impugnações Eleitorais

- Eleições: Aspectos Administrativos e Disciplinares

- Invalidez no Direito Eleitoral

- Propaganda Eleitoral

- Crimes Eleitorais, Progressivo isolamento do crime eleitoral na legislação penal comum. Da natureza dos crimes eleitorais. Classificação. Conexão de Crimes Eleitorais. As penas nos Crimes Eleitorais.

- Do Processo Penal e do Processo Disciplinar no Direito Eleitoral. Princípios Processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral.

- Aspectos Processuais Cíveis do Direito Eleitoral.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO DO TRABALHO I**

**CÓDIGO: CJ03023**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Aparecimento e Fundamento do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios. Direito Administrativo do Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Salário e Remuneração. Jornada de Trabalho. Períodos de Repouso. FGTS. Segurança e Medicina do Trabalho. Normas Especiais de Tutela do Trabalho. Vale-Transporte . Seguro-Desemprego.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** - Definição

**UNIDADE II** - Histórico

**UNIDADE III** - Fontes do Direito do Trabalho

**UNIDADE IV** - Contrato individual do trabalho: conceito, sujeitos, características, elementos, obrigações, duração, suspensão e interrupções, alteração.

**UNIDADE V** - Terceirização: intermediação do trabalho, locação de mão de obra, locação de serviço e cooperativas de trabalho: visão crítica. Posição brasileira sobre terceirização.

**UNIDADE VI** - Identificação Profissional: CTPS e registro de empregados.

**UNIDADE VII** - Salário e Remuneração: distinção entre remuneração e salário, conceito de salário, fixação do salário, proteção do salário, reajustamentos e aumentos, parcelas integrantes do salário e outras, salário igual para trabalho de igual valor, prazo e forma de pagamento do salário: 13º salário.

**UNIDADE VIII** - Jornada de trabalho: fundamentos, divisão, horário noturno, empregados excluídos, jornadas especiais, regime de revezamento, excesso de jornada, quadro de horário de trabalho, marcação do início e fim da jornada de trabalho.

**UNIDADE IX** - Períodos de repouso: fundamentos, intervalos intra e inter jornada, repouso semanal remunerado, feriados, férias anuais.

**UNIDADE X** - FGTS e estabilidade - garantia contra dispensa arbitrária.

**UNIDADE XI** - Segurança e medicina do trabalho: medidas individuais e coletivas, trabalho em condições de insalubridade, penosidade e periculosidade - adicionais, Comissão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

**UNIDADE XII** - Tutela do trabalho: trabalho menor, trabalho da mulher.

**UNIDADE XIII** - Aviso prévio.

**UNIDADE XIV** - Extinção do contrato de trabalho: modos de extinção, falta grave de empregado e empregador, prazos de pagamento das verbas decorrentes da extinção do contrato, forma e local de pagamento, homologação.

**UNIDADE XV** - Prescrição trabalhista: do urbano, do rural.

**UNIDADE XVI** - Vale-transporte.

**UNIDADE XVII** - Seguro-desemprego.

**UNIDADE XVIII** - Ministério do Trabalho: atribuições, fiscalização das normas de proteção ao trabalhador.

**BIBLIOGRAFIA:**

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

CATHARINO, José Martins. **Tratado jurídico do trabalho**. São Paulo: LTr.

GOMES, Orlando , GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense.

MALTA, Cristóvão Piragibe Tostes. **Comentários à CLT**. São Paulo: LTr.

MARANHÃO, Délio , CARVALHO, Luis Inácio B. **Direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

MORAES FILHO, Evaristo e Moraes, A.C. Flores. **Introdução ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva.

\_\_\_\_\_. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTr.

\_\_\_\_\_. **Manual do salário**. São Paulo: Ltr.

\_\_\_\_\_. **Teoria jurídica do trabalho**. São Paulo: LTr.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de direito do trabalho**. Curitiba: Juruá.

SUSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de direito do trabalho**. São Paulo: Ltr. 2v.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO CIVIL III-RESPONSABILIDADE CIVIL**

**CÓDIGO: CJ05022**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA**

Conceitos de institutos jurídicos e de teorias que contribuem para a estruturação teórica da responsabilidade civil, sua compreensão e aplicabilidade prática em face da recente evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I** – Noções introdutórias. (importância e atualidade; conteúdo; noção conceitual, elementos, histórico)

**Unidade II** – Modalidades de Responsabilidade (responsabilidade moral X responsabilidade civil X responsabilidade criminal. Responsabilidade Subjetiva – teoria da culpa. Responsabilidade Objetiva – teoria do risco. Responsabilidade Civil do Estado).

**Unidade III** – Elemento objetivo: dano (conceito; elementos: dano emergente e lucro cessante; modalidades; enriquecimento sem causa; reparação)

**Unidade IV** – Elemento subjetivo: *culpa lato sensu*

**Unidade V** – Nexo causal (problemática e teoria; ônus da prova; excludentes da responsabilidade civil)

**Unidade VI** – Responsabilidade objetiva (evolução; críticas; teorias do risco e da socialização dos riscos; responsabilidade por danos ambientais)

**Unidade VII** Responsabilidade Contratual (alcance e limites; algumas modalidades; responsabilidade de profissionais de saúde; contratos virtuais)

**Unidade VIII** – Responsabilidade aquiliana ou extra-contratual (sujeitos ativo e passivo; responsabilidade pelo fato de outro; responsabilidade pelo fato da coisa e de animais; atos abusivos)

**Unidade IX** – Responsabilidade patrimonial do Estado (risco administrativo; pressupostos da pretensão ressarcitória; omissão de direitos fundamentais; atos judiciais e legislativos; exceções ao p. da responsabilidade do Estado)

**Unidade X** – A liquidação dos danos (convencional, legal e judicial)

**Unidade XI** – Efeitos do julgamento criminal sobre a ação civil (previsão legal, a questão da ausência ou insuficiência de prova; sentença proferida em outra instância)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

- ALSINA, Jorge Bustamente. Teoria general de La responsabilidade civil. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1973.
- BITTAR, Carlos Alberto. Responsabilidade Civil: teoria e prática. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2008.
- DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – v.7. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GAGLIANO, Pablo Stolze.; Rodolfo Pamplona Filho. Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil. V.2. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. V. IV. São Paulo: Saraiva, 2009
- PEREIRA, Caio Mário Silva. Responsabilidade Civil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. 4.
- STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. 7ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Responsabilidade Civil. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. V. IV.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PENAL III**

**CÓDIGO: CJ04060**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**DENOMINAÇÃO:**

Introdução ao estudo dos crimes em espécie. Crimes contra a pessoa, patrimônio, costumes, sentimentos, instituições e segurança da coletividade.

**EMENTA:**

Introdução ao estudo dos crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio material e imaterial. Crimes contra os costumes. Crimes contra a incolumidade, a paz e a fé públicas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE.**

1. Estrutura das normas penais incriminadoras.
2. Código Penal, leis especiais, leis extravagantes: noções sobre a criminalidade clássica e a criminalidade econômica – bens jurídicos tutelados.
3. Crimes de dano e crimes de perigo (concreto e abstrato).

**UNIDADE II: CRIMES CONTRA A PESSOA.**

1. Os atributos da pessoa e os bens jurídicos protegidos.
2. Espécies de crimes: divisão e diferenciação.
3. Anatomia dos crimes: análise dos tipos penais.

**UNIDADE III: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.**

1. Crimes contra o patrimônio móvel, material e imaterial.
2. Espécies de crimes: visão geral e diferenciações.
3. Anatomia dos crimes: análise dos tipos penais.

**UNIDADE IV: CRIMES CONTRA OS COSTUMES.**

1. Considerações gerais: liberdade sexual, lenocínio e obscenidade; evolução dos costumes.
2. Espécies de crimes: estudo comparativo e analítico dos tipos penais.

**UNIDADE V: CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE, A PAZ E A FÉ PÚBLICAS.**

1. Considerações gerais: causação de perigo comum e de insegurança nos meios de transporte coletivo; ofensa à saúde pública; perigo à paz pública; fraudes contra a moeda e falsificações diversas.
2. Tipos penais: análise.

**BIBLIOGRAFIA:**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. vol. 2 e 3. São Paulo: Saraiva.
- CARVALHO, Salo e CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da Pena e Garantismo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- COSTA Jr., Paulo José. *Comentários ao Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal – parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- HUNGRIA, Nélson e FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 1985.
- NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- TELES, Ney Moura. *Direito Penal*. Vol. II, São Paulo: Atlas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

**CÓDIGO: CJ04064**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Das Ações de Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécie e seus Procedimentos. Uniformização da Jurisprudência.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1 Das Ações de Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária previstas pelo CPC e Leis Extravagantes.1.1 Ação Rescisória.1.2 Mandado de Segurança.1.3 Mandado de Injunção.1.4 Habeas Data.1.5 Ação Popular.1.6 Ação Civil Pública.

**UNIDADE II** 2 Da Impugnação da Sentença.2.1 Duplo Grau de Jurisdição .2.2 Dos Recursos e sua Sistemática no Código de Processo Civil.2.3 Teoria Geral dos Recursos.2.4 Juízos de Admissibilidade e de Mérito.

**UNIDADE III** 3 Da Apelação.3.1 Efeitos da Interposição.3.2 Questões Novas no Juízo da Apelação.3.4 Procedimento no Juízo *a quo* e no Tribunal .3.5 Recurso Adesivo.

**UNIDADE IV** 4 Do Agravo.4.1 Espécies.4.2 Efeitos da Interposição.4.3 Procedimento no Juízo *a quo* e no Tribunal.4.4 Juízo de Retratação.

**UNIDADE V** 5 Dos Embargos Infringentes e dos Embargos de Divergência em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.

**UNIDADE VI** 6 Dos Embargos de Declaração.6.1 Requisitos de admissibilidade.6.2 Efeitos da Interposição.6.3 Procedimento.

**UNIDADE VII** 7 Dos Recursos para o STF e STJ.7.1 Recurso Ordinário.7.2 Recurso Especial.7.3 Recurso Extraordinário.7.4 Apelação Cível.7.5 Agravo de Instrumento.

**UNIDADE VIII** 8 Uniformização da Jurisprudência.8.1 Generalidades.8.2 Pressupostos.8.3 Procedimento.

**UNIDADE IX** 9 Declaração de Inconstitucionalidade.9.1 Generalidades.9.2 Pressupostos.9.3 Procedimento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**BIBLIOGRAFIA:**

- BARBI, Celso Agrícola et al. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil**. São Paulo: Malheiros Ed.
- \_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do processo**,. São Paulo: Malheiros Ed.
- GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva. 3v.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas tendências do direito processual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Ed. Saraiva.
- MOREIRA, José Cláudio Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.
- SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Ed. Saraiva.
- SILVA, Ovídio Araújo Batista da. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Ed. Forense.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II**  
**CÓDIGO: CJ 04065**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Prova. Pressupostos e Nulidades Processuais. Procedimento Penal. Processos em Espécie. Sentença. Recursos. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Permitti ao aluno compreender temas processuais, de modo a saber aplicá-los em casos concretos, bem como instigar o espírito crítico por meio de juízos de valor.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I:** Citações e intimações; definição de citação, espécies e requisitos (pessoal, por edital e com hora certa); citação do réu preso; citação do militar; citação do funcionário público; suspensão condicional do processo e da prescrição; a excepcionalidade da produção das provas consideradas urgentes.

**UNIDADE II:** Teoria Geral das Nulidades: conceito e natureza jurídica da nulidade no processo penal; nulidade absoluta e nulidade relativa; princípios processuais da nulidade (prejuízo, causalidade, interesse e convalidação); sistemas de nulidades (certeza legal e instrumentalidade das formas); a nulidade dos atos decisórios e o princípio do juiz natural; efeito devolutivo dos recursos e proibição da *reformatio in pejus* de ofício.

**UNIDADE III:** Procedimentos no processo penal: processo e procedimento; classificação dos procedimentos; fases procedimentais: postulatória, instrutória e decisória; procedimento comum: ordinário, sumário e sumaríssimo; procedimentos especiais no Código de Processo Penal (Tribunal do Júri, crimes contra a honra e praticados por funcionários públicos); procedimento na Lei de Drogas.

**UNIDADE IV:** Procedimento no Juizado Especial Criminal: critérios orientadores e finalidades do JECRIM; competência (infração penal de menor potencial ofensivo); termo circunstanciado de ocorrência e audiência preliminar (composição civil e transação penal); hipóteses de modificação de competência; rito sumaríssimo; recursos.

**UNIDADE V:** Atos judiciais no processo penal: classificação: despachos, decisões interlocutórias, decisões com força de definitivas, sentença; requisitos da sentença; princípio da correlação entre acusação e sentença; *mutatio* e *emendatio libelli*; coisa julgada no processo penal.

**UNIDADE VI:** Teoria geral dos recursos; recursos em espécie; apelação; recurso em sentido estrito; embargos; revisão; recursos extraordinária e especial; carta testemunhável; habeas corpus.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**BIBLIOGRAFIA**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Correlação entre acusação e sentença*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BARROS, Flaviane de Magalhães. *(Re)forma do processo penal: comentários críticos dos artigos modificados pelas Leis n. 11.690/08 e n. 11.719/08*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de processo penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

JARDIM, Afrânio Silva. *Direito processual penal*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

KARAM, Maria Lúcia. *Juizados especiais criminais: a concretização antecipada do poder de punir*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Sistemas de investigação preliminar no processo penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade constitucional*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. v. I.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de processo penal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

RANGEL, Paulo. *Direito processual penal*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. *Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TUCCI, Rogério Lauria. *Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. *Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação – habeas corpus, revisão criminal e mandado de segurança contra ato jurisdicional penal, reclamação aos tribunais*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO EMPRESARIAL II**  
**CÓDIGO CJ 06014**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Títulos de Crédito. Noções básicas e sua teoria. Estudo específico dos diversos títulos de créditos mercantis. Noções gerais sobre títulos industriais e rurais. Aspectos mercantis do Sistema Financeiro Nacional. Contratos do Direito Comercial.

**CONTEUDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1. Título de crédito. 1.1 Função econômica. 1.2. conceito. 1.3. Características. 1.4. Classificação e espécies. 1.5. A uniformização do Direito Cambiário.

**UNIDADE II** 2. Letra de Câmbio. 2.1 origem. 2.2. evolução histórica. 2.3. requisitos e emissão.

**UNIDADE III** 3. Letra de Câmbio. 3.1. Circulação e declarações cambiais. 3.2. Endosso, Aceite e Aval. 3.3. Vencimento e pagamento. 3.4. Protesto. 3.5. Intervenção. 3.6. Cópia. 3.7. Ressaque.

**UNIDADE IV** 4. Ação Cambial. 4.1. Prescrição.

**UNIDADE V** 5. Nota Promissória.

**UNIDADE VI** 6. Cheque. 6.1. Conceito. 6.2. Origem. 6.3. Evolução histórica. 6.4. Requisitos. 6.5. Circulação. 6.6. Endosso. 6.7. Aval. 6.8. Modalidade. 6.9. Apresentação para pagamento. 6.10. Responsabilidade pelo pagamento do cheque falso. 6.11. Protesto. 6.12. Revogação e oposição ao pagamento. 6.13. Ação para cobrança. Prescrição.

**UNIDADE VII** 7. Duplicata mercantil. 7.1. Origem. 7.2. A fatura e a duplicata. 7.3. Requisitos. 7.4. Saque. 7.5. Aceite. 7.6. Remessa e devolução. 7.7. Endosso. 7.8. Aval. 7.9. Vencimento e pagamento. 7.10. Protesto. 7.11. Ação para cobrança. 7.12. Prescrição. 7.13. Duplicata de prescrição de serviços.

**UNIDADE VIII** 8. Conhecimento de Depósito e Warrant. 8.1. Conhecimento de Transporte.

**UNIDADE IX** 9. Debêntures. 9.1. Letra Hipotecária.

**UNIDADE X** 10. Títulos de Crédito Rural. 10.1. Títulos de Crédito Industrial. 10.2. Títulos de Crédito Comercial.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE XI** 11.Sistema Financeiro Nacional. 11.1. O Mercado de Capitais e a distribuição de títulos e valores mobiliários.

**UNIDADE XII** 12. Contratos comerciais. 12.1.Formação. 12.2. Nulidade, interpretação e prova.

**UNIDADE XIII** 13. Compra e venda mercantil.

**UNIDADE XIV** 14. Mandato Mercantil. 14.1. Comissão Mercantil. 14.2. Representação comercial autônoma.

**UNIDADE XV** 15. Transporte de coisas e passageiros. 15.1. Depósito mercantil.

**UNIDADE XVI** 16. Fiança mercantil. 16.1.Penhor mercantil.

**UNIDADE XVII** 17 Arrendamento mercantil (leasing).

**UNIDADE XVIII** 18.Franquia (franchising).

**UNIDADE XIX** 19.Faturização (factoring).

**UNIDADE XX** 20.Cartão de Crédito.

**BIBLIOGRAFIA:**

REQUIÃO, Rubens – Curso de Direito Comercial, Ed. Saraiva, São Paulo

MARTINS, Fran – Títulos de Crédito, vol. I, Ed. Forense, Rio de Janeiro

AZEVEDO SANTOS, Theófilo – Manual dos Títulos de Crédito, Ed. Palles, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Waldemar – Tratado de Direito Comercial, Ed. Saraiva, São Paulo.

CARVALHO MENDONÇA, J. K. – Tratado de Direito Comercial Brasileiro, Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

PONTES DE MIRANDA – Direito Cambiário, Ed. José Olimpio, Rio de Janeiro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**E M E N T A E B I B L I O G R A F I A**

<b>CÓDIGO</b>	<b>6º BLOCO</b>	<b>CH</b>
CJ05023	DIREITO CIVIL IV- POSSE E PROPRIEDADE	68
CJ04061	DIREITO PENAL IV	68
CJ04066	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	68
CJ03021	DIREITO DO TRABALHO II	68
CJ02046	DIREITO FINANCEIRO	68
CJ06012	DIREITO FALIMENTAR	68
CJ04067	PRÁTICA DO PROCESSO PENAL	34
		442



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO CIVIL IV-POSSE E PROPRIEDADE**

**CÓDIGO: CJ05022**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Introdução ao direito das coisas (direitos reais x direitos pessoais, conceito, características fundamentais, classificação e objeto dos direitos reais, sub-rogação real). Posse (Origem, conceito, objeto, natureza jurídica, Modalidades, meios de aquisição, perda e efeitos). Propriedade (histórico fundamento jurídico, conceito e elementos, características, objeto, espécies, responsabilidade do proprietário, tutela do domínio. Propriedade móvel - aquisição, perda, condomínio, restrições aos direitos do proprietário. Propriedade Móvel - aquisição e perda). Usufruto. Uso. Habitação. Renda constituída sobre imóvel. Servidão. Direito de Superfície. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Direitos Reais de Aquisição (Irrevogabilidade, Irretratibilidade, adjudicação compulsória). Direito Autoral (conceito, natureza jurídica, Conteúdo, regulamentação, efeitos)

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I - Direito das Coisas. Direitos Reais.**

1. Noções gerais: distinção entre direito reais e pessoais. Teoria Realista e Personalista.
2. Obrigações *propter rem*. Obrigações com eficácia real.
3. Questão Terminológica: Direitos Reais e Direito das Coisas.
4. Pessoas que podem ser titulares desses Direitos.
5. Objeto
6. Características
7. Classificação dos Direitos Reais

**UNIDADE II - Posse**

1. Conceito de posse: *corpus e animus*. Posse como Direito das Coisas, excluída do rol dos Direitos Reais
1. Teorias sobre a posse: Savigny x Jhering. Natureza jurídica da posse no Direito Civil brasileiro (*ius possessionis* e *ius possidendi*).
2. Distinção entre posse, propriedade e detenção. Juízos possessórios e petitórios. Fâmulo da posse.
4. Objeto da posse
5. Classificação da posse

**UNIDADE III - Aquisição e Perda da Posse**

1. Aquisição da posse em geral
2. Aquisição originária
3. Aquisição derivada
4. Perda da posse das coisas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

5. Perda da posse dos direitos

#### **UNIDADE IV - Efeitos da Posse**

Efeitos da posse em geral: frutos, produtos e benfeitorias.

Ações possessórias. Ação real ou pessoal. Cumulação de pedidos. Pedido dúplice. Fungibilidade. Medida Liminar.

#### **UNIDADE V – A Propriedade**

1. Conceito, elementos, titular e objeto do Direito de Propriedade.

2. Finalidade social e natureza jurídica da propriedade. Classificação da propriedade: plena, limitada, resolúvel, móvel e imóvel.

#### **UNIDADE VI - Aquisição da Propriedade**

1. Aquisição da propriedade em geral

2. Usucapião

3. Registro

4. Acessão: ilhas, aluvião, avulsão, álveo abandonado e plantações ou construções.

5. Usucapião

6. Ocupação

7. Achado do Tesouro

8. *Tradição*

9. Especificação.

#### **UNIDADE VII- Perda da Propriedade**

1. Alienação, renúncia, abandono

2. Perecimento da coisa

3. Desapropriação e Requisição.

4. Posse *pro labore*.

#### **UNIDADE VIII - Direito de Vizinhança**

Limitações ao Direito de Propriedade: legais, de Direito Administrativo e voluntárias.

Direito de Vizinhança: conceito, características, uso anormal da propriedade

3. Árvores limítrofes

4. Passagem forçada

5. Passagem de cabos e tubulações

6. Regime de águas.

7. Limites entre prédios e direito de tapagem. Ação demarcatória.

8. Direito de construir

#### **UNIDADE IX – Direito Real de Superfície**

1. Definição. Objeto. Sujeitos. Natureza jurídica. Modo de constituição. Requisitos.

2. Direitos e deveres do proprietário e superficiário.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

3. Estatuto da Cidade. Lei 10.257/01 e o direito real de superfície urbana por tempo indeterminado.

4. Efeitos e extinção.

**UNIDADE X- Condomínio**

1.1 Conceito, classificação, administração

1.2 Direitos e Deveres dos Condôminos

1.3 Extinção

1.4 Condomínios especiais

**UNIDADE XI - Servidões**

2.1 Definição, finalidade, princípios, natureza jurídica e modos de constituição.

2.2 Classificação

2.3 Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente.

2.4 Extinção.

**UNIDADE XII- Usufruto**

3.1 Definição, objeto, caracteres e modos de constituição.

3.2 Espécies de usufruto

3.3 Direitos e deveres do usufrutuário e nu proprietário.

3.4 Extinção.

**UNIDADE XIII – Uso e Habitação**

4.1 Definição, caracteres, objeto e modo de constituição.

4.2 Direitos e deveres do usuário e habilitador

4.3 Extinção

**UNIDADE XIV– Direito do Promitente Comprador**

5.1 Definição, requisitos e efeitos jurídicos

5.2 Execução. Extinção

**UNIDADE XV– Penhor**

6.1 Conceito, caracteres e modos de constituição

6.2 Direitos e deveres do credor e devedor pignoratícios

6.3 Espécies de penhor: legal, rural, agrícola, pecuário, industrial, mercantil, de direitos, de títulos de crédito e de veículos.

6.4 Extinção.

**UNIDADE XVI – Hipoteca**

7.1 Conceito, caracteres, requisitos e efeitos

7.2 Remição hipotecária

7.3 Espécies de hipoteca: convencional, legal, judicial e censual

7.4 Extinção

**UNIDADE XVII– Anticrese**

8.1 Definição e caracteres

8.2 Direitos e Deveres do Credor e devedor anticréticos

8.3 Extinção



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE XVIII – Direitos Autorais**

- 10.1 Conteúdo
- 10.2 Direitos do autor
- 10.3 Cessão e sanções
- 10.4 Desapropriação

**BIBLIOGRAFIA:**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 4º VOLUME – São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Volume IV. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol.III. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2002.

VENOSA, Sílvio de Sálvio. Direito Civil. Direitos Reais. Volume IV. São Paulo: Atlas, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV**  
**CÓDIGO: CJ04061**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**DENOMINAÇÃO:**

Crimes contra a administração pública e definidos na legislação especial.

**EMENTA:**

Crimes contra a administração estatal. Estudo dos crimes definidos em diversos diplomas legais extravagantes.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

1. Considerações gerais: a proteção dos interesses, serviços e finanças estatais.
2. Divisão dos crimes: praticados especificamente por servidores públicos e por particulares; contrários à administração da justiça; ofensivos ao erário.
3. Tipos penais: anatomia e comparação.

**UNIDADE II: CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL.**

1. Considerações gerais sobre a previsão de crimes em leis penais esparsas: importância acerca da interpretação dos tipos penais.
2. Divisão. Crimes contra o meio ambiente. Crimes contra a ordem tributária. Crimes de uso e tráfico de substâncias capazes de causar dependência física ou psíquica. Crimes de racismo. Crimes eleitorais. Crimes previstos no Código Brasileiro de Trânsito. Crimes de porte de armas.

**BIBLIOGRAFIA**

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. vol. 4 e 5. São Paulo: Saraiva.
- CAPEZ, Fernando, PRADO, Stela. *Código Penal Comentado*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- CARVALHO, Salo e CARVALHO, Amilton Bueno de. *Aplicação da Pena e Garantismo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- COSTA Jr., Paulo José. *Comentários ao Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal – parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- HUNGRIA, Nélson e FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

MASCARENHAS, Paulo. *Dos crimes contra a administração e as finanças públicas: comentários à lei nº 10.028, de 19/10/2000, à luz da lei de responsabilidade fiscal*. São Paulo: RCN, 2000.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas, 1985.

NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1985.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado: com as alterações da lei nº 9.983/2000*. São Paulo: RT, 2000.

TELES, Ney Moura. *Direito Penal*. Vol. III, São Paulo: Atlas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

**CÓDIGO: CJ04066**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

O Processo de Execução: generalidades. Espécies de Execução e Procedimentos. O Processo Cautelar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1. Processo de execução: Teoria Geral da Execução.1.1.Pressupostos Condições da Execução.1.2. Juízo Competente. Legitimação Ativa e Passiva 1.3 Poderes do Juiz .

**UNIDADE II** 2. Do Título Executivo.2.1 Títulos Executivos Judiciais..2.2 Títulos Executivos Extrajudiciais.2.3 Competência na Execução.

**UNIDADE III** 3. Fraude à Execução: Conceito, Efeitos.

**UNIDADE IV** 4. Execução Definitiva e Provisória .4.1 Liquidação das Sentenças: Natureza Jurídica. Espécies.

**UNIDADE V**5. Das Espécies de Execução.5.1 Execução para Entrega de Coisa Certa e Incerta.5.2 Execução de obrigação de fazer e não fazer.5.3 Execução de Pensão alimentícia.5.4 Execução fiscal.5.5 Execução Contra a Fazenda Publica.

**UNIDADE VI** 6. Da execução por quantia certa contra devedor solvente.6.1 Citação.6.2 Garantia de juízo.6.3 Penhora e Deposito . Avaliação .6.4 Arrematação: Conceito. Editais de praça. Auto e Carta de Arrematação.6.5 Adjudicação: Conceito. Pressupostos . Legitimação. Auto e Carta de Adjudicação..6.6 Remição de Bens : Conceito . Pressupostos : Legitimação . Procedimento . Carta de Remição.

**UNIDADE VII** 7. Embargos do devedor no Processo de Execução: Conceito, Pressupostos e Espécies. Procedimento dos Embargos.7.1 Embargos de Terceiros: Natureza, Efeitos, Procedimentos .

**UNIDADE VIII** 8.- Da execução por quantia certa contra devedor insolvente.8.1 Aspectos Gerais. Caracterização da insolvência. Pagamento dos Credores. Extinção das Obrigações.

**UNIDADE IX** 9. Do Processo Cautelar .9.1 Conceito. Características. Pressupostos. Competência. 9.2 O Poder Cautelar geral do juiz.9.3 Medidas Cautelares Nominadas e Inominadas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE X 10.** Dos Procedimentos Cautelares Específicos: Arresto, Seqüestro. Caução. Busca e Apreensão. Arrolamento de bens. Produção Antecipada de Provas. Separação de Corpos.

**BIBLIOGRAFIA:**

CALMON DE PASSOS, J.J **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. v.10, t.1-2.

DINAMARCO, Cândido Rangel . **A reforma do Código de Processo Civil.** São Paulo: Malheiros Ed.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro.** São Paulo: Ed. Saraiva. 3v

GRINOVER , Ada Pellegrini. **O processo em evolução.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências do direito processual.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil.** São Paulo: Malheiros Ed.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva . 4v.

NERI JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais.

THEODORO JUNIOR. Humberto. **Curso de direito processual civil.** Saraiva. 3v

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil .** São Paulo: Saraiva . 3v.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO DO TRABALHO II**

**CÓDIGO: CJ03021**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Comissões prévias de conciliação. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência. Dissídio Individual. Recursos. Execução. Dissídio coletivo.

**CONTEUDO PROGRAMATICO:**

**UNIDADE I – JUSTIÇA DO TRABALHO:**

1.1 Causas do surgimento – necessidade de justiça especializada para solucionar conflitos individuais e coletivos de trabalho

1.2- Surgimento no Brasil: 1º de maio de 1941, incluída no Poder Judiciário pela Constituição de 18 de setembro de 1946. Antecedentes: as questões trabalhistas inicialmente eram decididas pelo Juiz de Direito da Comarca. Leis de 13 de setembro de 1830 e 11 de outubro de 1837 estabeleceram rito sumaríssimo para causas derivadas de locação de serviços. Decreto de 15 de março de 1842 seguiu a mesma linha. Decreto 2.827, de 15 de março de 1872, revogou aquelas leis, apenas quanto à locação de serviços, empreitadas e serviços relativos à agricultura e atribuiu competência aos Juizes de Paz. O famoso Regulamento 737, de 25 de novembro de 1850, determinou o rito sumário para as ações resultantes de contrato de trabalho.

1.3- Características iniciais: organização apartada do Poder Judiciário, procedimento simples e oral, com recursos para o Ministério do Trabalho, *jus postulandi*, paritária, sem poder de execução, com poder normativo. Características atuais: integrante do Poder Judiciário, procedimento complexo, técnico, sem juízes leigos e sem poder normativo.

1.4 - Composição e funcionamento dos Órgãos da Justiça do Trabalho. Até recentemente, a composição era paritária. A partir da integração ao Poder Judiciário, houve o ingresso de juizes vindos da OAB e do MP. Os órgãos judiciais trabalhistas são: o TST, os Tribunais Regionais e os juizes de primeiro grau. O primeiro grau julga dissídios individuais: matéria de fato e de direito e promove a execução. Os Tribunais Regionais através de RO reapreciam toda matéria de fato de direito. E o TST, de modo geral, reexamina apenas matéria de direito e trata de uniformizar a jurisprudência trabalhista nacional.

No que tange aos conflitos coletivos de trabalho, até a EC-45, a Justiça do Trabalho detinha o Poder Normativo.

1.5- Ministério Público do Trabalho: organização e atribuições.

Art. 127 da CF.- defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

Organização: Procuradoria Geral do Trabalho e Procuradorias Regionais do Trabalho

**UNIDADE II – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.**

2.1-Espécies de competência: material, funcional, relativa ao valor e territorial.

2.2Competência absoluta (interesse público) e relativa (interesse das partes). Prorrogação de competência. Ver art. 111 do CPC e arts. CLT.

2.3Princípios sobre a competência: a) Juiz natural; b) perpetuação da competência; c) competência sobre a competência.

2.4Conflito de competência: a) conflito positivo; b) conflito negativo; c) controvérsia a respeito de reunião ou separação de processos entre dois ou mais juízes.

2.5O julgamento dos conflitos de competência: a) pelo STF – conflitos entre Tribunais Superiores, entre si, ou em face de outros tribunais (art. 102, I, o, da CF); b) pelo STJ os conflitos entre quaisquer tribunais, ressalvado o caso anterior, bem como entre tribunais e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos (art. 105, I, d, da CF.); c) aos Tribunais Regionais Federais nos conflitos entre juízes a eles vinculados (art. 108, I, e, da CF); d) aos Tribunais de Justiça nos conflitos entre juízes a eles vinculados.

2.6Competência – art. 114 da CF. e Emenda 45, de 8.12.2004

**UNIDADE III – PRINCÍPIOS DO PROCESSO TRABALHISTA.**

3.1Princípios informativos do processo: lógico (estrutura lógica), jurídico (ordem jurídica), político (política judiciária – dever de julgar e outros) e econômico (economia processual). São axiomáticos e universais.

3.2.Princípios constitucionais, segundo o Prof. Nelson Nery Junior

O devido processo legal.

O Juiz e o Promotor natural

A Inafastabilidade do Controle Jurisdicional

O contraditório

A proibição da prova ilícita

A publicidade dos atos processuais

O duplo grau de jurisdição

A motivação das decisões judiciais.

3.3.Princípios Gerais:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

Princípio da concentração, oralidade, economia e celeridade.  
Princípio da eventualidade.  
Princípio do impulso de ofício.  
Princípio da boa fé e lealdade processual.  
Garantias do devido processo legal, legalidade e ampla defesa.  
Garantia do duplo grau de jurisdição e contraditório.  
Nulidade e Formalidade.  
Fraude e anulação.

#### **UNIDADE IV – COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

4.1- Conceito – órgão não jurisdicional, de natureza paritária, com finalidade de promover a conciliação ou auto-composição. Art. 625-A da CLT.

4.2- Características:

Caráter facultativo – art. 625-A da CLT.

Composição paritária.

Representação das comissões – art. 625-B da CLT;

Atribuições- competência – art. 625-A e 625-D da CLT

Mandato dos membros das comissões – art. 625-B, III.

Estabilidade provisória dos membros – art. 625 § 1º da CLT.

4.3 -Espécies de comissões – a) âmbito das empresas, grupos de empresas, b) comissões sindicais paritárias, c) comissões intersindicais paritárias

4.4 -Outras características:

Impossibilidade de comissões sindicais unitárias

Pressuposto de ação trabalhista – art. 625-D

4.5-Termo de conciliação e efeitos, art. 625-E:

Execução extrajudicial – art. 625-E, parágrafo único

4.6-Prescrição – suspensão - art. 625-G da CLT

4.7-Caso de falência da empregadora.

Orientações MTE: a) Assistência ao empregado nas rescisões de contrato – ementa nº 18 MTE, b) Descumprimento prazo quitação verbas rescisórias – ementa nº 19 MTE, c) Transação FGTS – Ementa nº 20 MTE.

#### **UNIDADE V - NULIDADES NO PROCESSO TRABALHISTA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

5.1-Conceito - Nulidade é a sanção pela qual a lei priva um ato jurídico dos seus efeitos normais, quando em sua execução não são observadas as formas para ele prescritas (Alsina).

Art. 104 do C. Civil – A validade do negócio jurídico requer:

I – agente capaz;

II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III – forma prescrita ou não defesa em lei.

5.2-Caráter instrumentalista – art. 794 CLT.

5.3-Não pronunciamento: a) Possibilidade de suprimento ou repetição do ato; b) argida por quem deu causa. Art. 796 CLT

5.4-Princípio dispositivo – art. 795 CLT

5.5-Declaração de ofício – art. 795, § 1º, CLT

5.6-Momento de argüição – art. 795 CLT

5.7-Extensão dos efeitos da nulidade – arts. 797 e 798 CLT

## **UNIDADE VI- POSTULAÇÃO**

6.1-.Características

6.2.-Postulação – Petição inicial :requisitos (art. 840 CLT), elementos (sujeitos, objeto e causa), condições da ação (art. 267, VI, CPC).

6.3-Aditamento, indeferimento (art. 267, I, CPC)

6.4-Antecipação da tutela jurisdicional (art. 273 CPC) e concessão da tutela específica (art. 461 CPC). .

## **UNIDADE VII – AUDIÊNCIA E RESPOSTA DO RÉU**

7.1-.Audiência de conciliação e julgamento. Termos, condições e efeitos da conciliação

7.2-Arquivamento (art. 844 CLT)

7.3-Resposta do Réu: exceção (art. 799 CLT), contestação, reconvenção, pedido contraposto (art. 278, § 1º,CPC). Princípios e efeitos.

7.4-Reconhecimento do pedido (art. 269, II, CPC)..

7.5-Revelia e confissão (art. 844 CLT).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

### UNIDADE VIII- PROVAS

8.1-Conceito

8.2-Princípios: contraditório e ampla defesa, necessidade da prova, unidade da prova, proibição de prova ilícita, livre convencimento ou persuasão racional, oralidade, imediação, aquisição processual, *in dúbio pro misero*.

8.3-Objeto da prova: fatos, e alguns direitos.

8.4-Ônus da prova

8.5-Meios de prova

### UNIDADE IX – SENTENÇA E COISA JULGADA.

9.1-Conceito – art. 162, § 1º, CPC

9.2-Classificação (de acordo com a natureza das ações) : declaratórias, constitutivas, condenatórias, mandamentais e executivas.. Quanto ao resultado da lide: extinção com (definitivas) ou sem julgamento de mérito (terminativas).

9.3-Requisitos essenciais: relatório, fundamentação, conclusão ou dispositivo.

9.4-Coisa julgada Limites e efeitos.

### UNIDADE X – DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.

10.1Finalidade

10.2Procedimento

### UNIDADE XI – RECURSOS

11.1.Princípios: duplo grau de jurisdição, concentração ou irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, manutenção dos efeitos da sentença, singularidade, conversibilidade, voluntariedade, proibição do *reformatio in pejus*.

11.2.Efeitos: devolutivo e suspensivo

11.3.Requisitos: extrínsecos e intrínsecos

11.4.Espécies: Ordinário (art.895 CLT), Revista (art. 896 CLT e §2º) , Agravos (art. 897 CLT), Embargos (art. 894 CLT), Extraordinário (CF art.102, III)

### Unidade XII – AÇÕES CAUTELARES:

12.1-Finalidade e cabimento no Processo do Trabalho

12.2-Medida Cautelar e Ação Cautelar: características.

12.3-Poder Geral de Cautela

12.4-Medidas Cautelares específicas: arresto, seqüestro, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, justificação, protesto, notificação e interpelação, atentado.

12.5-Ação Monitória

12.6-Correição Parcial



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

## 12.7-Ação de Prestação de Contas

### **UNIDADE XIII – EXECUÇÃO.**

#### 13.1-Princípios da execução trabalhista.

O contido nos arts. 1º a 5º e 170 e 193 da C.F.

O devido processo legal e os princípios da boa fé, do direito de defesa, da razoabilidade, do respeito à propriedade privada, e manutenção da iniciativa privada..

A não preclusão de erro material, principalmente de cálculo e pagamentos. A delimitação da matéria em debate no Agravo de Petição, inteligência do. § 1º do art. 897 da CLT.

A responsabilidade solidária e subsidiária. Responsabilidade do tomador do serviço. Culpa *in contrahendo*, *in eligendo* e *in vigilando*. Culpa aquiliana.

13.2-A liquidação: espécies, momento, modo, cálculo, natureza das parcelas e efeitos previdenciários e fiscais.

13.3-Embargos à Execução e Impugnação de cálculos: natureza da medida, prazo, limites, efeito, procedimento, Sentença.

13.4Embargos de Terceiro: cabimento, legitimidade, prazo, procedimento, recurso cabível.

13.5.-Agravo de Petição: cabimento, limites, procedimento, efeitos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- 01.ARRUDA, Hélio Mário. O Rito Sumaríssimo no Processo Judiciário do Trabalho. Curitiba. Decisório Trabalhista. 2000
- 02.CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros Editores. 2002.
- 03.BARBOSA, Rui. Nulidade e Rescisão de Sentenças. Campinas-SP: LZN ed. 2003.
- BERMUDES, Sergio. Introdução ao Processo Civil. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 2002.
- 04.BORGES, Marcos Afonso. Princípios de Direito Processual Civil e Agrário. Goiânia. AB ed. 1999.
- 05.BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. O Ministério Público do Trabalho e a
- 06.Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais. São Paulo: LTr. 1998.
- 07.BÜLOW, Oskar von. Teoria das Exceções e dos Pressupostos Processuais. Campinas-SP: LZN ed. 2003.
- 08.CALAMANDREI, Piero. Estudos de Direito Processual na Itália. Campinas-SP: LZN ed. 2003.
- 09.CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sergio Fabris ed. 1988.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

10. CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e Competência. São Paulo: Ed. Saraiva. 2004
11. CARNELUTTI, Francesco. Sistema de Direito Processual Civil. São Paulo: Classic Book Editora e Distribuidora de Livros Ltda. 2000.
12. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros Editores. 2002.
13. CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil. Campinas- SP. Bookseller ed. 2002.
14. DINAMARCO, Cândido Rangel. A Instrumentalidade do Processo. S. Paulo. Malheiros Ed. 1996
15. Fundamentos do Processo Civil Moderno. São Paulo: Malheiros Editores. 2002.
16. FONSECA, Vicente José Malheiros da. Reforma da Execução Trabalhista e outros estudos. São Paulo, LTr. 1993.
17. GIGLIO, Wagner. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2003
18. GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo: Ed. Saraiva. 2003.
19. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ação Civil Pública: Nova Jurisdição Trabalhista metaindividual e legitimação do Ministério Público. S. Paulo, LTr. 2001
20. Liquidação na Ação Civil Pública: o Processo e a Efetividade dos Direitos Humanos – aspectos civis e trabalhistas. São Paulo. LTr. 2004
21. Mandado de Segurança no Processo do Trabalho. São Paulo. LTr. 1999
22. Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática com questões de concurso público. 2ª ed. São Paulo. LTr. 2002.
- Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTr. 2.006
23. LIEBMAN, Enrico Tullio. Manuale di Diritto Processuale Civile. Milão-Itália: Giuffrè Ed. 1984
24. MALHADAS, Júlio Assumpção. Justiça do Trabalho, vol I. LTr. 1997.
25. MALLETT, Estevão.; Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho. São Paulo. LTr. 1995
26. Antecipação de Tutela no Processo do Trabalho. São Paulo. LTr. 1998.
27. Procedimento Monitório no Processo do Trabalho. São Paulo. LTr. 2000
28. MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. 4ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2000.
29. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo. Atlas. 2001.
30. MAZZILI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2000.
31. MELO, Raimundo Simão de. Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho. São Paulo. LTr. 2002
32. MIRANDA, Pontes de. História e Prática de Arresto e embargo. Atualizado por ALVES, Vilson Rodrigues. Campinas-SP: Bookseller. 1999.
33. Comentários ao Código de Processo Civil. Atualizado por BERMUDEZ. Sergio. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 1998
34. MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

35. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2002
36. NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2000.
37. PASSOS, J. J. Calmon de. Esboço de uma Teoria das Nulidades Aplicada às Nulidades Processuais. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 2002.
38. PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo Trabalhista de Conhecimento. São Paulo. LTr. 2001..
39. Execução Trabalhista. São Paulo, LTr, 2004.
40. ROMITA, Arion Sayão. Competência da Justiça do Trabalho. Curitiba. Gênese. 2005
41. SAAD, Eduardo Gabriel. Direito Processual do Trabalho 3ª ed. São Paulo. LTr. 2002.
42. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de direito Processual Civil. São Paulo: Ed. Saraiva. 2002 A 2004
43. SANTOS, Ernane Fidelis dos. Novos Perfis do Processo Civil Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey ed. 1996.
44. SCHÖNKE, Adolf. Direito Processual Civil. Campinas-SP: Ed. Romana. 2003
45. SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de Processo Civil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2000.
46. Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2002
47. TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. As ações Cautelares no Processo do Trabalho. 4ª ed. São Paulo. LTr. 1997.
48. Execução no Processo do Trabalho. 8ª ed. São Paulo, LTr, 2004.
49. Sistema dos Recursos Trabalhistas. São Paulo LTr. 2003
50. A Sentença Trabalhista. São Paulo. LTr. 1996.
51. O Procedimento sumaríssimo no processo do trabalho. São Paulo. LTr. 2000.
52. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 2003.
53. VELOSO, Zeno Augusto de Bastos. Controle Jurisdicional de Constitucionalidade. Belo Horizonte: Del Rey. 2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO FINANCEIRO**  
**CÓDIGO: CJ02046**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Necessidades Públicas: Noção Teórica e Modalidades. Atividade Financeira: Teorias Acerca do Fenômeno Financeiro. Despesa Pública: Conceito, Classificações. Receita Pública: Conceito e Classificações. Orçamento e Crédito Público. O Sistema Financeiro.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1 Noções Introdutórias.1.1 As Necessidades Públicas e a Atividade Financeira do Estado.1.2 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro.1.3 Relações.1.4 Direito Financeiro.1.4.1 Conceito.1.4.2 Fontes.1.4.3 Princípios Gerais.

**UNIDADE II** 2 Despesa Pública.2.1 Conceito.2.2 Características e Espécies.2.3 Classificação.2.4 Condições Jurídicas para a Realização das Despesas.2.5 Os Créditos Adicionais.2.6 Causas de Crescimento das Despesas Públicas.

**UNIDADE III** 3 Receita Pública.3.1 Receita e Entrada.3.2 Classificação das Receitas.3.3 Receitas Originárias e Derivadas.3.4 Utilização Extra-Financeira das Receitas Públicas.

**UNIDADE IV** 4 Orçamento Público.4.1 Conceito.4.2 Origem.4.3 Regime Jurídico do Orçamento Público.4.4 Direito Constitucional Orçamentário.4.5 Espécies de Orçamento.4.6 Execução Orçamentária e Fiscalização.

**UNIDADE V** 5 Crédito Público.5.1 Noções Fundamentais.5.2 Natureza Jurídica.5.3 Empréstimos Públicos e suas Espécies.5.4 A Dívida Pública.

**UNIDADE VI** 6 Receitas Derivadas - O Tributo.6.1 Classificação Científica dos Tributos.6.2 Teoria dos Impostos.6.3 Teoria das taxas  
6.4 Teoria da Contribuição de Melhoria.6.5 Contribuições “Parafiscais”e Empréstimos Compulsórios.

**UNIDADE VII** 7 Sistema Tributário Nacional.7.1 Federalismo e Discriminação das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.

**BIBLIOGRAFIA:**

ATALIBA, Geraldo. **Hipóteses de incidência tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais  
BALEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.  
\_\_\_\_\_. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. Rio de Janeiro: Saraiva.  
CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. Rio de Janeiro: Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO FALIMENTAR**  
**CÓDIGO: CJ06012**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Estudo dos institutos da falência e da concordata, natureza jurídica, caracterização e legislação específica, evidenciando sua aplicação aos empresários mercantis, individuais e coletivos, sua decretação, arrecadação de bens e liquidação do ativo e passivo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I : NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE FALÊNCIA:** O crédito. Execução singular e coletiva. Procedimentos concursais. Os conceitos e fundamentos econômico e jurídico da falência. A falência e a concordata. Origem etimológica da palavra falência. Aspectos jurídicos preliminares da falência. A falência do ponto de vista formal e material. A falência do devedor empresário e do devedor civil. Entes não sujeitos à falência.

**UNIDADE II : A FALÊNCIA NO DIREITO COMPARADO:** Sistemas doutrinários: o da universalidade, o da territorialidade e o misto. Críticas aos sistemas. O sistema do Código de Bustamante. Possibilidade de convenções internacionais. O sistema brasileiro em vigor.

**UNIDADE III: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FALÊNCIA:** Roma. Idade Média. O direito francês: a codificação. Brasil: Ordenações, o Código Comercial de 1850 e as leis posteriores. A lei atual e o direito comparado. Observações preliminares sobre o Decreto-lei 7661, de 21/6/45.

**UNIDADE IV: PRINCÍPIOS INFORMATIVOS:** A execução coletiva. Estrutura privatística. A *par conditio creditorum*. Unidade e universalidade do juízo falimentar. Caráter cautelar.

**UNIDADE V: CARACTERIZAÇÃO DA FALÊNCIA:** Procedimento e sujeição. Causas da falência. A sentença.

**UNIDADE VI: A DECLARAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA:** juízo competente. Legitimação processual ativa e passiva. O pedido e a defesa. Depósito, alegações, arguição de ilegitimidade. Casos de exclusão. Provas. A sentença decretatória: efeitos e Recursos. A autofalência.

**UNIDADE VII: EFEITOS DA SENTENÇA FALIMENTAR:** em face dos direitos dos credores; em relação à pessoa do falido; quanto aos bens do falido; relativamente aos contratos do falido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE VIII:** A REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS PELO DEVEDOR ANTES DA FALÊNCIA: atos revogáveis e ineficazes. A ação revocatória. Processo e procedimento. Prazo de propositura. Sentença: efeitos e recursos.

**UNIDADE IX:** DA ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA: as faces do processo falimentar. Órgãos da falência: juiz, ministério público e síndico (direitos e deveres).

**UNIDADE X:** CONSTITUIÇÃO DA MASSA FALIDA: a arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido. Venda antecipada e continuação do negócio. Bens excluídos da massa.

**UNIDADE XI:** DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO (ação restituitória) E EMBARGOS DE TERCEIRO. Semelhanças e particularidades.

**UNIDADE XII:** DA VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS: finalidade e peculiaridades. Comunicação do síndico aos credores. As declarações dos credores: procedimento e impugnação. Audiência. O crédito retardatário e sua habilitação.

**UNIDADE XIII:** CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS: justificativa à classificação. Credores trabalhistas, fiscais, com direitos reais de garantia com privilégio especial sobre determinados bens, com privilégio geral e quirografários. Quadro geral de credores e restituição de documentos. A ação de revisão.

**UNIDADE XIV:** DA LIQUIDAÇÃO: a realização do ativo. Da fase cognitiva à fase satisfativa. Alienação de bens. Antecipação de alienação.

**UNIDADE XV:** DO PAGAMENTO AOS CREDITORES: a satisfação dos créditos. Relatório final e prestação de contas. Encerramento por sentença e seus efeitos. Encerramento e cessação da falência. Casos especiais.

**UNIDADE XVI:** A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES: a reabilitação e a extinção das obrigações. Efeitos da sentença.

**UNIDADE XVII:** DA CONCORDATA: evolução histórica. Conceito e fundamentos. Natureza jurídica e espécies. Impedimentos. Procedimento. Efeitos e rescisão.

**UNIDADE XVIII:** DA CONCORDATA PREVENTIVA: evolução histórica. Direito comparado. Conceito e finalidades. Natureza jurídica. Condições. Características. Conversão em falência.

**UNIDADE XIX:** DA CONCORDATA SUSPENSIVA: conceito. Finalidade. Condições. Momento. Procedimento.

**UNIDADE XX:** DO INQUÉRITO JUDICIAL: o relatório do síndico.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE XXI: OS CRIMES FALIMENTARES:** natureza jurídica e elementos constitutivos. Classificação dos crimes falimentares. Crimes impróprios e tentativa no crime falimentar.

**UNIDADE XXII: INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL:** aspectos gerais. Histórico. A intervenção administrativa nas instituições financeiras. Os administradores e membros do conselho fiscal das instituições financeiras. Empresas sujeitas à intervenção e liquidação extrajudicial.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- ABRÃO, Nelson. **Curso de Direito Falimentar**. São Paulo: Saraiva, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O novo direito falimentar:** nova disciplina jurídica da crise econômica da empresa. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e concordata**. 15. ed. São Paulo: Saraiva.
- ÁLVARES, Walter T. **Direito falimentar**. 2. Ed. Sugestões Literárias. V.1
- ARAÚJO, José Francelino de. **O síndico na administração da falência**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- BARRETO JÚNIOR, Caio Graccho. **Tutela cautelar nas falências e concordatas**. São Paulo: Saraiva.
- BESSONE, Darcy. **Instituições de direito falimentar**. São Paulo: Saraiva.
- BRAGA, Rúben. **Falências e concordatas:** lições rudimentares. 2.ed. São Paulo: Livraria Acadêmica.
- BRITO, Ana Maria da Silva. **A correção monetária na concordata**. Rio de Janeiro.
- BURLAMAQUI, Afonso Cesar. **Correção monetária na falência**. Rio de Janeiro: Forense.
- BUSSADA, Wilson. **Falências e concordatas interpretadas pelos tribunais..** Edições Trabalhistas.
- CAMPINHO, Amaury. **Manual de falência e concordata**. Rio de Janeiro: Liber Juris.
- CERQUEIRA, Manfredi Mendes. **Teoria e prática falimentar**. Belém: CEJUP.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 6.ed. São Paulo: Saraiva.
- \_\_\_\_\_. **Código comercial e legislação complementar anotados**. 2.ed. São Paulo: Saraiva.
- LACERDA, José Cândido Sampaio de. **Manual de direito falimentar**. 13.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- MACEDO, Gastão Azevedo. **Curso de direito comercial**. 9.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- OLIVEIRA, Ary Brandão de. **Direito falimentar**. Belém: CEJUP.
- PÁDUA, Abelardo de Barros. **Manual de prática falimentar**, Rio de Janeiro: Forense.
- PACHECO, José da Silva. **Tratado das execuções falência e concordata**. São Paulo: Saraiva. v.2
- \_\_\_\_\_. **Processo de falência e concordata**. 4.ed. Forense: Rio de Janeiro.
- RAMALHO, Ruben. **Curso teórico e prático de falências e concordatas**. 3.ed. São Paulo: Saraiva.
- REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito falimentar**. São Paulo: Saraiva, 1995 (2 volumes).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

SANTOS, Ulderico Pires dos. **Concordata:** doutrina, jurisprudência e prática. Ed. Paumape.

VALLE, Christino Almeida do. **Teoria e prática das falências e concordatas.** 2.ed. Aide Ed.

VITRAL, Waldir. **Manual das falências e concordatas.** São Paulo: Sugestões Literárias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**PRÁTICA DO PROCESSO PENAL**

**CODIGO: CJ04067**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Visão Organizacional da Polícia Civil e da Polícia Federal; Elaboração de Peças Destinadas a Instauração do Inquérito por Iniciativa do Advogado do Ofendido; Análise em Concreto das Peças Informativas do Inquérito Policial; Elaboração das Peças Defensivas mais Importantes do Processo Penal Condenatório; Exame das Peças e dos Atos Processuais Produzidos no Âmbito da Relação Processual Penal; Realização de Audiências Instrutórias; Exibição Através de Vídeo Sessões de Julgamentos Filmados e Editados; Visitação aos Estabelecimentos Prisionais e aos Principais Setores do Judiciário e do Ministério Público; Júri Simulado.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1-Visão organizacional da polícia civil e da polícia federal.

**UNIDADE II** 2-Elaboração de Peças Destinadas a Instauração do Inquérito por Iniciativa do Advogado do Ofendido.2.1-Requerimento, Representação etc.

**UNIDADE III** 3-Análise em Concreto das Peças Informativas do Inquérito policial .3.1-Suas Falhas e Incorreções.

**UNIDADE IV** 4-Elaboração de Peças que Ensejam a Formação do Processo Penal Cautelar e Condenatório.4.1-Queixa.4.2-Denúncia.4.3-Habeas-Corpus etc.

**UNIDADE V** 5-Elaboração de Peças Defensivas mais Importantes do Processo Penal Condenatório.5.1-Alegações Preliminares.5.2-Arrazoadado Final.5.3-Interposição e Arrazoadado Recursal etc.

**UNIDADE VI** 6-Exame das Peças e dos Atos Processuais Produzidos no âmbito da Relação Processual Penal, Mediante o Manuseio de Autos Procedimentais de Casos Transitados em Julgado.

**UNIDADE VII** 7-Realização de Audiências Instrutórias, Simuladas, Intra ou Extra Sala de Aula.

**UNIDADE VIII** 8-Exibição Através de Vídeo Sessões de Julgamentos Filmados e Editados, Seguida de Crítica Concernentes à Postura Cênica e Técnica do Profissional de Advocacia.

**UNIDADE IX** 9-Visitação aos Estabelecimentos Prisionais e aos Principais Setores do Judiciário e do Ministério Público (Estadual, Federal, Militar).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE X** 10-Juri Simulado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

EMENTA E BIBLIOGRAFIA

<b>CÓDIGO</b>	<b>7º BLOCO</b>	<b>CH</b>
<b>FH07043</b>	<b>PSICOLOGIA JURÍDICA</b>	<b>34</b>
<b>CJ05024</b>	<b>DIREITO CIVIL V – FAMÍLIA</b>	<b>68</b>
<b>CS08010</b>	<b>MEDICINA LEGAL</b>	<b>68</b>
<b>CJ02047</b>	<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>68</b>
<b>CJ03022</b>	<b>DIREITO DO TRABALHO III</b>	<b>68</b>
<b>CJ02048</b>	<b>DIREITO INTERNACIONAL</b>	<b>68</b>
<b>CJ04068</b>	<b>DIREITO FORENSE I</b>	<b>68</b>
<b>CJ04080</b>	<b>PRÁTICA DE EXTENSÃO DO PROCESSO CIVIL</b>	<b>34</b>
		<b>442</b>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA**  
**CÓDIGO: FH07043**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA**

Psicologia como ciência e profissão. Conceito e histórico da Psicologia Jurídica. Campos de aplicação da Psicologia Forense. Fatores determinantes do comportamento. Psicopatologias. Tópicos da Psicologia relacionados ao Direito: Separação e divórcio, guarda, adoção, criminalidade. A violência e a criminalidade do ponto de vista da ciência psicológica.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I:**

Noções Básicas de Psicologia  
Conceito de Psicologia  
Determinação do comportamento  
Conceitos básicos em Análise do Comportamento  
Noções de desenvolvimento humano

**UNIDADE II:**

Psicologia aplicada ao Direito  
Psicologia Jurídica: História e vertentes  
Psicopatologia e a questão da inimputabilidade  
Psicologia como instrumento para operadores do Direito: Testemunho  
Laudos psicológicos

**UNIDADE III:**

Temas em Psicologia Jurídica  
Comportamento criminoso  
Adoção  
Separação e divórcio  
Menoridade penal

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E SUGERIDA**

Bock, A. M. B., Furtado, O. & Texeira, M. L. T. (1999). **Psicologias: Uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva.  
Carvalho, M. C. N. & Miranda, V. R. (Org). **Psicologia Jurídica: Temas de aplicação**. Curitiba: Juruá.  
França, F. (2004). Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, 6, 73-80.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- Gonçalves, H. S. & Brandão, E. P. (Orgs). **Psicologia Jurídica no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nau.
- Pinker, S. (2002). **Tábula rasa**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rigonatti, S. P. (2003). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. São Paulo: Vetor.
- Serafim, A. P., Barros, D. M. & Rigonatti, S. P. (2006). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica II**. São Paulo: Vetor.
- Sidman, M. (2003). **Coerção e suas implicações**. Campinas: Livro Pleno.
- Silva, D. M. P. (2007). **Psicologia Jurídica no processo civil brasileiro**. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Skinner, B. F. (1999). Can psychology be a science of mind? Em: B.F. Skinner (Ed.), **Cumulative record: Definitive edition** (pp. 661-673). Cambridge: Copley Publishing Group. Publicado originalmente em 1990.
- Tourinho, E. Z. (2006). **Subjetividade e relações comportamentais**. Tese de professor titular não publicada. Departamento de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Trindade, J. (2007). **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA**

**CÓDIGO: CJ05024**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Noções gerais sobre Direito de família (conceitos, princípios, evolução histórico-legislativa). Casamento (constituição, efeitos sociais, pessoais e patrimoniais, dissolução). União estável (compreensão, elementos, efeitos). Relações de Parentesco (Filiação. Adoção. Poder Familiar). Alimentos. Tutela e Curatela.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – DIREITO DE FAMÍLIA**

1. Conceito e conteúdo
2. Objeto, princípios, natureza e importância

**UNIDADE II – FAMÍLIA**

1. Conceito, evolução e importância
2. A Constituição de 1988, o Novo Código Civil e a família.

**UNIDADE III - CASAMENTO**

1. Conceito, fins, natureza jurídica, caracteres e princípios.
2. Casamento civil e religioso com efeito civilis.
3. Condições necessária à existência, validade e regularidade do matrimônio
4. Impedimentos matrimoniais, causa suspensivas
5. Formalidades preliminares à celebração do casamento
6. Celebração do casamento
7. Casamento por procuração, nuncupativo e perante autoridade diplomática.
8. Provas do casamento

**UNIDADE IV - EFEITOS DO CASAMENTO**

1. Os efeitos principais do casamento
2. Efeitos sociais do matrimônio
3. Efeitos pessoais do casamento
4. Efeitos jurídicos patrimoniais do matrimônio: regime de bens entre os cônjuges.
5. Direito e deveres dos cônjuges

**UNIDADE V - DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE VÍNCULO CONJUGAL**

1. Caso de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.
2. Dissolução pela morte de um dos cônjuges.
3. Sistema de nulidades do casamento
4. Separação Judicial
5. Divórcio



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE VI - DIREITO CONVENCIONAL**

1. Conceito e elementos da união estável
2. Espécies de uniões de fato
3. Direitos vedados á união concubinária
4. Efeitos jurídicos decorrente da união estável

**UNIDADE VII – DO DIREITO PARENTAL**

1. Parentesco: conceito, espécies, contagens de graus e ações judiciais de paternidade e maternidade.
2. Filiação: definição, classificação, filiação matrimonial e filiação não – matrimonial
3. Adoção: conceito, regulada pelo Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Adoção Internacional.
4. Poder familiar: conceito, titulares, exercício, extinção e suspensão.
5. Alimentos: conceito, regras e princípios, decorrentes do parentesco, decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da dissolução da união estável.

**UNIDADE VIII – DO DIREITO ASSISTENCIAL**

1. Guarda: conceito, deferimento e revogabilidade.
2. Tutela: conceito, espécies, impedimentos, escusa ou dispensa, garantia, exercício e cessação.
3. Curatela: conceito, pressupostos, espécies, interdição e exercício da curatela.
4. Ausência: conceito, fases da ausência e efeitos no direito de família.
5. Medidas de proteção à criança e ao adolescente: medidas sócio – educativas impostas pela prática de ato infracional, remissão e medidas aplicáveis aos pais ou responsável.

**BIBLIOGRAFIA:**

- DIAS, Maria Berenice e Pereira, Rodrigo da Cunha – **Coordenadores, Direito de Família e o Novo Código Civil**, Editora Del Rey.
- DINIZ, Maria Helena, **Curso Civil Brasileiro, Direito de Família**, 5º vol. Saraiva.
- FIÚZA, Ricardo – **Coordenação, Novo Código Civil Comentado**, Saraiva.
- NERY JUNIOR, Nelson – **Novo Código Civil**, Editora revista dos Tribunais.
- RODRIGUES, Silvio – **Direito Civil, Direito da Família**, Vol. 6, Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**MEDICINA LEGAL**  
**CÓDIGO: CS08010**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Medicina Legal: conceito e definição. O exercício da medicina no Brasil. Os conselhos. Noções de deontologia médica. Ética médica. O segredo médico. Noções de dociologia médica. Eutanásia. Documentos médicos judiciais. Identidade e identificação. Datiloscopia. Poroscopia. Psicologia forense. A embriagues alcoólica. Capacidade civil e responsabilidade penal. Tanatologia forense. Necropsia Perinecropsia. Traumatologia forense. Lesões corporais. Lesões produzidas por diversos instrumentos. Lesões produzidas por projéteis de arma de fogo: orifícios de entrada e da saída, distância do disparo. Sexologia forense. Impedimentos matrimoniais. Dos crimes contra a procriação. Sedução e estupro, atentado violento ao pudor e ultrage público ao pudor. Contágio venéreo. A gravidez: diagnóstico, parto e puerpério. Aborto. Infanticídio. Investigação de paternidade. Asfixiologia e os diversos tipos de asfixia. Venenos e envenenamento.

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

**UNIDADE I** 1. – Conceito e definição de medicina legal. Relação de medicina legal com o direito e a medicina. Importância do seu médico e advogados.

**UNIDADE II** 2 – O exercício legal e ilegal da medicina no Brasil. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, sua organização e atribuições legais.

**UNIDADE III** 03 – Noções de deontologia médica. Ética médica. O Código de Ética Médica. Das penas disciplinares para os médicos.

**UNIDADE IV** 4 – O segredo médico e a responsabilidade médica em fase da lei penal e civil e o Código de Ética Médica.

**UNIDADE V** 5 – Noções de dociologia Médica. O direito de tratar e o direito de matar. Estudo da Eutanásia. Direito aos honorários profissionais. A perícia nas ações para cobrança de honorários profissionais.

**UNIDADE VI** 6 – Documentos médicos judiciais. Atestado médico. Atestado de óbito. Relatório ( auto e laudo médico) consultas e parecer médico legal.

**UNIDADE VII** 7 – Identidade e identificação. Sinais de identidade. Processo antropométrico de Bertillon. Dactiloscopia. Sistema de Vucerich. Impressão datiloscópica. Poroscopia.

**UNIDADE VIII** 8 – Psicopatologia forense. Noções gerais sobre as doenças mentais. Oligofrenia. As personalidades psicopáticas. As remissões e a lei. A embriaguez pelo álcool



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

ou por substâncias de efeitos análogos e suas implicações legais. Tipos de embriaguez. Alcoolismo.

**UNIDADE IX** 9 - Capacidade civil e responsabilidade penal: seus limites e modificadores. Psicologia judiciária. A prova testemunhal. O testemunho das crianças e dos velhos. Falibilidade do testemunho e a experiência do laboratório.

**UNIDADE X** 10- Tanatologia forense. Morte súbita e morte agônica. Morte real e morte aparente. Conceito jurídico de morte súbita. Conceito atual de morte. A morte e os transplantes de órgãos perante a lei.

**UNIDADE XI** 11. Sinais de morte. Probabilidade e certeza. Processo para a verificação da realidade da morte.

**UNIDADE XII** 12– Necrópsia e autópsia médico legal e anatomo-patológica. Perinecropsia. Necrópsia externa e interna. O protocolo. Destino dos cadáveres.

**UNIDADE XIII** 13– Traumatologia forense. Conceito jurídico de trauma. Lesões corporais leves, graves e gravíssimas e lesões corporais seguida de morte. Lesões corporais produzidas por energia mecânica. Contusões e feridas. Lesões produzidas por instrumento perfurante, cortante, contusos e mistos. Esgorjamento, degolamento e decapitação.

**UNIDADE XIV** 14- Lesões produzidas por projetos de arma de fogo. Generalidades sobre armas de fogo. Estudo do orifício de entrada, trajeto e orifício de saída, produzidos por projéteis de arma de fogo. O tiro com a arma encostada, a queima –roupa e à distância. Grande traumatismo . Noções sobre fraturas, luxações e entorsas. Suas implicações médico legais.

**UNIDADE XV** 15– Sexologia forense. Estudo médico legal sobre o casamento. O exame médico pré-nupcial. Impedimentos matrimoniais. Estudo médico legal do erro essencial contra a pessoa de outro cônjuge. O defeito físico irremediável, impotência e o sexo duplo. Doença transmissível e incurável.

**UNIDADE XVI** 16.– Dos crimes contra a procriação. Controle de natalidade e o planejamento familiar. Métodos anticoncepcionais. Estudo método legal em fase do novo código penal. Estudo médico legal dos crimes de sedução e estupro. A perícia médico legal. Estudo médico legal dos crimes de atentado violento ao pudor e de ultraje público ao pudor. Estudo médico legal do crime de contágio venéreo. As doenças venéreas.

**UNIDADE XVII** 17– A gravidez e seu diagnóstico. Simulação e dissimulação. Gravidez tópica e ectópica. Anomalias da gravidez. Determinação da idade de gestação. Estudo do parto e do puerpério. O estado puerpal. Diagnóstico do parto recente e tardio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE XVIII** 18.– Aborto: aspectos médico legais. Aborto legal e criminoso (diagnóstico) , a perícia médico legal.

**UNIDADE XIX** 19.– Infanticídio : aspectos legais. A perícia médico legal na puerpera e no feto. Prova da vida extra-uterina.

**UNIDADE XX** 20. Investigação de paternidade. Prova de exclusão da paternidade. Provas judiciárias, empíricas, genéricas e sanguíneas. Asfixiologia: estudo médico legal. Enforcamento, estrangulamento e esgamadura. Afogamento. Sufocação e soterramento. Venenos e envenenamento. A perícia necroscópica.

### PRÁTICA

01 – Documentos médicos.

02 – Datiloscopia, datilograma, identificação.

03 – Dosagem alcóolica. Diagnóstico retrospectivo da alcoolemia.

04 – Estudo de laudo necroscópicos.

05 – Estudo de laudos sobre lesões corporais de natureza leve e grave.

06 – Estudo de laudos sobre lesões corporais de natureza gravíssima. O exame complementar.

07 – Relatórios sobre casos de esgorjamento, degolamento, enforcamento e decapitação.

08 – Arma de fogo. Balística. As zonas de contorno. Laudos periciais.

09 – Estudo de laudos sobre exame sexológico.

10 – Estudo de laudos sobre aborto e sobre infanticídio.

11– Exclusão de paternidade: aspecto pericial, valor e interpretação.

12 – Estudo de laudos sobre asfixia por submersão, sufocação e soterramento.

### **BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO, H. V. de. Compêndio de Medicina Legal. Rio de Janeiro: Saraiva, 1987.

CROCE, D. Manual de Medicina Legal. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.

CROCE JUNIOR, Delton. Vocabulário médico-forense. São Paulo: Saraiva, 1994.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

FAVERO, F. Medicina Legal. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

FERNANDES, Paulo Sergio Leite. Aborto e infanticídio. São Paulo: Sugestões Literárias 1984.

GOMES, H. Medicina Legal. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.

MARANHÃO, Odon Ramos. Curso básico de medicina legal. São Paulo: Malheiros, 1996. 512 p.

PENNA, João Bosco. Lesões corporais: caracterização clínica e médico legal. São Paulo: LED, 1996.

SIMONIM, C. Medicina Legal Judicial. Barcelona: Jims, 1973.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO TRIBUTÁRIO**  
**CÓDIGO: CJ02047**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Direito Tributário: Conceito; Princípios, Fontes. Legislação Tributária: Interpretação; Aplicação e Integração. Imunidades Tributárias e Obrigação Tributária: Hipótese de Incidência e Fato Imponível. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário: Constituição; Suspensão; Exclusão e Extinção.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1 Princípios Constitucionais Tributários. 1.2 Das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.

**UNIDADE II** 2 Legislação Tributária. 2.1 Conceito. 2.2 Vigência. 2.3 Aplicação. 2.4 Interpretação. 2.5 Integração.

**UNIDADE III** 3 Obrigação Tributária. 3.1 Conceito. 3.2 Elementos. 3.3 Características. 3.4 Hipóteses de Incidência e Fato Gerador. 3.5 Aspectos Pessoal, Material, temporal e Espacial. 3.6 Sujeitos. 3.7 Capacidade. 3.8 Domicílio Tributário.

**UNIDADE IV** 4 Responsabilidade Tributária: A Substituição Tributária.

**UNIDADE V** 5 Crédito Tributário. 5.1 Conceito. 5.2 Lançamento. 5.3 Suspensão. 5.4 Extinção. 5.5 Repetição do Indébito. 5.6 Exclusão. 5.7 Garantia e Privilégios.

**UNIDADE VI** 6. Administração Tributária. 6.1 Dívida Ativa. 6.2 Execução Fiscal.

**UNIDADE VII** 7 Fatos Econômicos Impositivos ao Atual Sistema Tributário. 7.1 Imposto sobre o Comércio Exterior. 7.2 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda. 7.3 Impostos sobre a Produção e Circulação. 7.4 Análise e Crítica.

**BIBLIOGRAFIA:**

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais  
 BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. Rio de Janeiro: Saraiva.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. Rio de Janeiro: Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO DO TRABALHO III**

**CÓDIGO: CJ03022**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Direito Coletivo do Trabalho. Organização Sindical. Conflitos Coletivos de Trabalho e Formas de Solução. Flexibilização. A Negociação Coletiva. Contratação Coletiva. Ação Direta. Solução Jurisdicional.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I**-Direito Coletivo do Trabalho: denominação, definição, divisão, posição na Ciência do Direito - Autonomia, fontes, relações do Direito Sindical com outras disciplinas e com outras ciências.

**UNIDADE II** -Evolução Histórica do Sindicalismo: no mundo, no Brasil.

**UNIDADE III**-Liberdade Sindical: dimensões do sindicalismo após seu reconhecimento pelo Estado - reconhecimento sob controle do Estado, reconhecimento com liberdade. Conceito, divisão, a posição da OIT, direito comparado, o modelo brasileiro e a liberdade sindical.

**UNIDADE IV** - Organização Sindical: sindicato - denominação, definição, natureza jurídica, objetivos, atividades; federação; confederação; central sindical; criação das entidades sindicais - registro, fusão, incorporação, dissociação e extinção das entidades sindicais; estrutura interna das entidades sindicais - órgãos das entidades sindicais, dirigentes sindicais, receita e patrimônio das entidades sindicais e contribuições sindicais.

**UNIDADE V** - Conflitos Coletivos: conceito, denominação, objeto, classificação.

**UNIDADE VI** -Meios de solução dos conflitos: definição, divisão - meios autocomposivos, meios heterocomposivos.

**UNIDADE VII** -Negociação Coletiva: definição, funções, classificação, princípios, sujeitos, procedimentos, níveis.

**UNIDADE VIII** -Flexibilização do Direito do Trabalho: histórico, definição, direito comparado, flexibilização no Brasil.

**UNIDADE IX** - Contratação Coletiva: denominação, definição, natureza jurídica, divisão, elementos essenciais, sujeitos, campo de aplicação, conteúdo, condições de validade, eficácia e efeitos, ultratividade, negociação e contratação coletiva no serviço público.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE X** -Ação Sindical Direta: denominação; definição; espécies - meios, lícitos e ilícitos, lockout, greve - concepções, definição, tipos, natureza jurídica, titularidade, greve no direito brasileiro - setor público, setor privado: oportunidade e interesses a defender, abusividade do direito de greve, efeitos da greve, direitos e deveres dos grevistas, greve em atividade essenciais, responsabilidade pelos atos praticados.

**UNIDADE XI** -Solução Jurisdicional dos Conflitos Coletivos:

- Dissídio Coletivo: conceito, classificação, competência, legitimidade, objeto, procedimento.
- Ação de Cumprimento: conceito, competência, legitimidade, objeto, procedimento.
- Ação Civil Pública (Lei n.º7347/85): conceito, competência, legitimidade, objeto, procedimento.
- Ação Civil Coletiva (Lei n.º8078/90): conceito, competência, legitimidade, objeto, procedimento.
- Ação anulatória de cláusulas convencionais (Lei Complementar n.º75/93): conceito, competência, legitimidade, objeto, procedimento.

**BIBLIOGRAFIA:**

- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Dissídio coletivo**. São Paulo: LTR.
- AROUCA, José Carlos. **Repensando o sindicato**. São Paulo: LTR.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sindicatos, sindicalismo**. São Paulo: LTr.
- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **A sindicalização no serviço público**. Curitiba: Genesis.
- \_\_\_\_\_. **O Ministério Público do Trabalho e a ação anulatória de cláusulas convencionais**. São Paulo: LTR.
- FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. **Liberdade sindical e direito de greve no direito comparado**. São Paulo: LTr.
- \_\_\_\_\_. **A nova lei de arbitragem e as relações de trabalho**. São Paulo: LTR.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Curso de direito coletivo do trabalho**. São Paulo: LTR. de dir
- MAGANO, Octavio Bueno. **Manual de direito do trabalho: direito coletivo do trabalho**. São Paulo. LTr. V.3
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Processo coletivo do trabalho**. São Paulo: LTR.
- MORGADO, Isabele Jacob. **A arbitragem nos conflitos de trabalho**. São Paulo: LTR.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito sindical**. São Paulo. Saraiva.
- NASSAR, Rosita de Nazaré Sidrim. **Flexibilização do direito do trabalho**. São Paulo. LTr.
- PASTORE, José. **Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva**. São Paulo. LTr.
- PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito sindical e coletivo do trabalho**. São Paulo: LTR.
- PRADO, Roberto Barreto. **Curso de direito coletivo de trabalho**. São Paulo. Ltr.
- \_\_\_\_\_. **Curso de direito sindical**. São Paulo. LTr.
- ROCHA, Ibraim. **Ação civil pública e o processo do trabalho**. São Paulo: LTR.
- ROMITA, Arion Sayão. **Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis: aspectos trabalhistas e previdenciário**. São Paulo. LTr.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Princípios gerais de direito sindical**. Rio de Janeiro: Forense.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. **Contrato coletivo de trabalho**: perspectiva de rompimento com a legalidade repressiva. São Paulo: LTR.

SILVA, Antonio Alvares da. **Os servidores públicos e o direito do trabalho**. São Paulo: LTR.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de direito do trabalho**. São Paulo: LTR. V.2

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. São Paulo: LTR.

TEIXEIRA FILHO, João de Lima (Coord.). **Curso de direito coletivo do trabalho**. São Paulo: LTR.

TUPINAMBÁ NETO, Hermes Afonso. **A solução jurisdicional dos conflitos no direito comparado**: uma revisão crítica. São Paulo: LTR.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DIREITO INTERNACIONAL**

**CÓDIGO: CJ02048**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Teoria geral do direito internacional. Tratados internacionais. Estado, espaços sob soberania dos estados e espaços internacionais. Organizações internacionais. Relações diplomáticas, controvérsias internacionais e soluções pacíficas. Temas especiais de direito internacional: direito internacional econômico e integração, direito ambiental internacional e direito internacional do trabalho. Direito internacional privado. Processo civil internacional. Ser humano no direito internacional: nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro, asilo e proteção diplomática. Temas especiais do direito internacional privado.

**OBJETIVOS:**

Ministrar Conhecimentos Básicos sobre a Sociedade, Instituições e Direito Internacional. Fornecer princípios e normas internacionais que solucionem questões que ultrapassam as fronteiras soberanas dos Estados e relacionam com as questões da Ordem Jurídica Interna dos Estados. Favorecer o pensamento do discente sobre problemas de repercussão internacional e a sua aplicação de acordo com o direito brasileiro e os tratados firmados. Favorecer as diretrizes de fontes internacionais, soluções e competências das questões internacionais. Oferecer diretrizes sobre integração econômica.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL**

- 1 Definição e noções gerais do direito internacional
2. Desenvolvimento histórico e fundamentos do direito internacional.
3. Fontes do direito internacional.
4. Atos internacionais e relações entre o direito internacional e direito interno.

**UNIDADE II – TRATADOS INTERNACIONAIS**

1. Noção, terminologia e condições de validade.
2. Classificação.
3. Etapas de sua elaboração.
4. Interpretação, efeitos, nulidade e extinção.

**UNIDADE III – ESTADO, ESPAÇOS SOB SOBERANIA DOS ESTADOS E ESPAÇOS INTERNACIONAIS.**

- 1.Elementos constitutivos. Classificação. Análise cíclica: formação, reconhecimento de estado e de governo, extinção e sucessão.
2. Direitos e deveres do estado. Restrições e intervenção.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

3. Responsabilidade internacional do estado.
4. Espaços de soberania dos estados: território, domínio terrestre, domínio fluvial, domínio marítimo, domínio aéreo, navios e aeronaves.
5. Espaços internacionais: alto-mar, espaços ultraterrestre, fundos oceânicos e regime jurídico dos polos.

**UNIDADE IV- ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS:**

1. Organizações internacionais: definição. Características. Aspectos gerais. Extinção e sucessão
2. Organização das nações unidas.
3. Organismos especializados da onu.
4. Organizações continentais e regionais.
5. Organizações não governamentais.

**UNIDADE V- RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS, CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS E SOLUÇÕES PACÍFICAS, PAZ E TERRORISMO.**

1. Diplomacia e órgão das relações entre estados: chefe de estado e governo. Missões e agentes diplomáticos. Repartições consulares e agentes diplomáticos.
2. Soluções pacíficas de controvérsias internacionais: meios diplomáticos e meios judiciais e a arbitragem.
3. Soluções coercitivas e solução violenta (guerra). manutenção da paz e terrorismo.

**UNIDADE VI- TEMAS ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL: DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO, DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL, E DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO.**

1. Direito internacional econômico: definições e aspectos gerais. Ordem econômica internacional. Organizações internacionais de vocação econômica (bird, fmi e omc) e integração econômica (direito comunitário e mercosul).
2. Direito ambiental internacional: conceitos. fontes. Desenvolvimento. Tópicos específicos: poluição transfronteiriça da atmosfera. Qualidade da água, mares e oceanos. Diversidade biológica. Patrimônio mundial. Responsabilidade e reparação de danos.
3. Direito internacional do trabalho: conceito e desenvolvimento. Organização internacional do trabalho. Atividade normativa.

**UNIDADE VII- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

1. Conceito. Fontes. Objeto. métodos.
2. Elementos de conexão e questões técnicas e de soluções de conflitos de lei.
3. Autonomia de vontades e exceções a aplicação de direito estrangeiro.

**UNIDADE VIII- PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

1. Conceito e competência internacional.
2. Imunidade de jurisdição.
3. Cooperação interjurisdicional: carta rogatória, homologação de sentenças estrangeiras, homologação de laudo arbitral.

**UNIDADE IX- SER HUMANO NO DIREITO INTERNACIONAL: NACIONALIDADE E CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO, ASILO E PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA**

1. Homem como sujeito do direito internacional
2. Nacionalidade e conflitos de nacionalidade.
3. Condição jurídica do estrangeiro.
4. Proteção diplomática, deslocamentos e direito de asilo.

**UNIDADE X- TEMAS ESPECIAIS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.**

1. Direito civil internacional.
2. Contratos internacional.
3. Arbitragem internacional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:**

-ACCIOLY, HILDEBRANDO; NASCIMENTO SILVA, G.E; CASELLA, PAULO BORBA. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Saraiva.

-AKEHURST, MICHAEL. Introdução ao Direito Internacional. Coimbra: Almedina

-ALBUQUERQUE MELLO, CELSO D. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

-AMARAL JÚNIOR, ALBERTO DO. Introdução ao Direito Internacional. São Paulo: Atlas.

-AMORIM ARAÚJO, LUÍS IVANI. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Editora Forense.

-ARAÚJO, NÁDIA DE. Direito Internacional privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

-BATALHA, WILSON DE SOUZA CAMPOS. Tratado de Direito Internacional Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais.

-BARRAL, WEBER. Direito Internacional: normas e práticas. Florianópolis: Fundação Boiteux



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

-BEVILAQUA, CLÓVIS. Princípios Elementares de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos.

-BOSON, GERSON DE BRITTO MELLO. Direito Internacional Público: o Estado em direito das Gentes. Belo Horizonte: Del-Rey.

-BROWNLIE, IAN. Princípios de Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Princípios de Direito Internacional Contemporâneo. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

-CASTRO, ALMICAR DE. Direito Internacional privado. Rio de Janeiro: Editora Forense.

-DEL'OMO, FLORISBAL DE SOUZA. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense.

-DIHN, NGUEYEN QUOC; DAILLER, PATRICK; PELLET, ALAIN. Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-DOLINGER, JACOB. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

-DUPUY, RENÉ-JEAN. O Direito Internacional. Coimbra: Almedina.

-HUSEK, CARLOS ROBERTO. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora LTr.

-JO, HEE MOON. Introdução ao Direito Internacional . São Paulo: Editora LTr.

\_\_\_\_\_. Moderno Direito Internacional Privado. São Paulo: Editora LTr.

-MAZUOLLI, VALÉRIO DE OLIVEIRA. Direito Internacional Público. São Paulo: Revista dos Tribunais.

-MEIRA MATTOS, ADHERBAL. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

-MIRANDA, JORGE. Curso de Direito Internacional Público. Lisboa: Principia Editora.

-PEREIRA, ANDRE GONÇALVES; QUADROS, FAUSTO DE. Manual de Direito Internacional Público. Coimbra: Almedina.

-RECHESTEINER, BEAT. Direito Internacional Privado: teoria e prática. São Paulo: Editora Saraiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- REZEK, JOSÉ FRANCISCO. Direito Internacional Público: Curso Elementar. São Paulo: Saraiva.
- RUSSOMANO, GILDA MARCIEL CORRÊA MEYER. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense.
- SOARES, ALBINO DE AZEVEDO. Lições de Direito Internacional Público . Coimbra: Coimbra Editora.
- SOARES, GUIDO FERNANDES DA SILVA. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Atlas
- STEINFUS, RICARDO; VENTURA, DAYSE. Direito Internacional Público. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- STRENGER, IRINEU. Curso de Direito Internacional Privado. São Paulo: Editora LTr.
- TENÓRIO, OSCAR. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos
- TOUSCOZ, JEAN. Direito Internacional . Lisboa: Publicações Europa-América.
- TRUYOL Y SERRA, Antônio. Noções Fundamentais de Direito Internacional Público. Coimbra: Studium.
- VALLADÃO, HAROLDO. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE I**  
**CÓDIGO: CJ 04068**  
**CARGA HORÁRIA: 34 H**

**EMENTA:**

Da Prática Forense e a Ordem Constitucional. Dos Órgãos do Sistema de Justiça. Da Defesa dos Direitos Fundamentais. Da Integração entre Prática e Teoria.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I – DA PRÁTICA FORENSE E A ORDEM CONSTITUCIONAL.** 1.1. Como conceber a atuação da prática forense inserida na atual ordem constitucional. 1.2. Desafios do caráter principiológico na atuação prática do jurista.

**UNIDADE II - DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA.** 2.1. Visitação aos principais órgãos do sistema de justiça, com ênfase ao debate de suas competências.

**UNIDADE III – DA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.** 3.1. Como atuar na defesa dos direitos fundamentais. 3.2. Atividade judicial e extrajudicial desenvolvida pelos órgãos do sistema de justiça no exercício desta competência.

**UNIDADE IV – DA INTEGRAÇÃO ENTRE PRÁTICA E TEORIA.** 4.1. A superação da dicotomia direito material e direito processual. 4.2. A importância da doutrina na fundamentação dos argumentos dedicados à elaboração das peças processuais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL**  
**CÓDIGO: CJ 04068**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Dos procedimentos. Da elaboração da petição inicial. Da resposta do réu. Da audiência preliminar e da audiência de instrução e julgamento. Da sentença. Dos recursos e da ação rescisória.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I** – da petição inicial. 1.1. Elaboração de petições iniciais, com ênfase para seus requisitos e finalidade. 1.2. Linguagem jurídica.

**UNIDADE II** - da resposta do réu. 2.1. Como organizar a defesa. 2.2. Prazos para oferecimento. 2.3. Elaboração da resposta: contestação, exceções e reconvenção. 2.3. Impugnação ao valor da causa.

**UNIDADE III** – da audiência preliminar e da audiência de instrução e julgamento. 3.1. Como inquirir partes, peritos e testemunhas. 3.2. Razões finais. 3.3. Realização de audiências simuladas e participação em audiências reais nos diversos órgãos do poder judiciário.

**UNIDADE IV** – da sentença. 4.1. Como elaborar uma sentença.

**UNIDADE V** – dos recursos e da ação rescisória . 5.1.natureza das decisões e recursos cabíveis. 5.2. Apelação. 5.3. Agravo retido e agravo de instrumento. 5.3. Embargos de declaração. 5.4. Recurso especial e recurso extraordinário. 5.5. Requisitos da ação rescisória.

**UNIDADE VI** – das ações coletivas. 6.1. Ação civil pública. 6.2. Ação popular. 6.3. Mandado de segurança coletivo.

**BIBLIOGRAFIA:**

CÂMARA, ALEXANDRE FREITAS. LIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RIO DE JANEIRO: LÚMEN JURIS.

MARINONI, LUIZ GUILHERME. MANUAL DE PROCESSO DO CONHECIMENTO. SÃO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

SILVA, OVÍDIO BATISTA DE. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SÃO PAULO:  
REVISTA DOS TRIBUNAIS.

THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RIO DE  
JANEIRO: FORENSE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

EMENTA E BIBLIOGRAFIA

<b>CÓDIGO</b>	<b>8º BLOCO</b>	<b>CH</b>
FH09060	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	34
CJ02049	DIREITO AGRÁRIO	68
CJ05025	DIREITO VI - SUCESSÕES	68
CJ03024	DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	68
CJ06015	DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	68
CJ02050	DIREITO DO CONSUMIDOR	68
CJ04074	PRÁTICA DO PROCESSO FISCAL	34
CJ04069	PRÁTICA FORENSE II	68
		442



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**ANTROPOLOGIA JÚRIDICA**  
**CÓDIGO: FH 09060**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA**

Antropologia jurídica e Antropologia do Direito. Debate sobre Diversidade, Diferenças e Pluralismo. Comparação entre Sistemas Jurídicos. Direitos Humanos e Inclusão Social.

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

**UNIDADE I – ANTROPOLOGIA A SERVIÇO DO DIREITO**

- 1 – Antropologia Jurídica ou Antropologia do Direito?.
- 2 – Fazer Antropologia do/no Direito?

**UNIDADE II – DE SENSIBILIDADES JURÍDICAS DIFERENCIADAS**

- 1 – Diversidade cultural, diferenças sociais e pluralismo jurídico.
- 2 – Comparação entre Sistemas Jurídicos diferenciados ( Ocidentais e Tradicionais )

**UNIDADE III – DA CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS.**

- 1 – Direitos Humanos
- 2 – Inclusão Social e políticas afirmativas

**UNIDADE IV – A NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E OS PRINCÍPIOS NO DIREITO BRASILEIRO.**

3. Ascensão dos princípios
- Os princípios constitucionais como diretrizes de interpretação

**BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL:**

ARAUJO, Ana Valéria et alii. Povos Indígenas e a “Lei dos Brancos”: o direito à diferença. Vol. 3. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006. Disponível em <http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/>

BARCELLOS, Daisy Macedo. “Violência racial, ofensa social: o ódio do outro e a sua desqualificação” In Fonseca, Claudia; Terto Jr. Veriano e Alves, Caleb Farias (orgs. ) Antropologia, Diversidade e Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre, UFRGS, 2004: pp. 245 – 262.

BELTRÃO, Jane Felipe. “Haraxaxe Krokto Ronore Konxarti e a vigilância do território Gavião Parketêjê – Laudo Antropológico” In Humanititas. Belém, CFCH/UFGPA, V.13, N° ½, 2004: pp. 101-111.

\_\_\_\_\_. “Direitos Humanos e Povos Indígenas: Um desafio para a Antropologia” In Costa, Paulo Sergio Weyl A. (org.) Direitos Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

em Concreto. Curitiba, Juruá editora, 2008: pp. 157 –174.

\_\_\_\_\_ Diversidade cultural rima com Universidade (s) ou conversa propósito de conviver e construir. Ed. UFPA, Série Aula Magna, N° 4, Belém, 2008.

BELTRÃO, Jane Felipe; MASTOP – LIMA, Luiza de Nazaré e MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. “De agredidos a indiciados, um processo de ponta cabeça: Suruí-Aikewára Versus Divino Eterno – Laudo Antropológico” In Espaço Ameríndio 2 (2), 2008: 194 – 258. Disponível em [http:// www.espacoamerindio.ufrgs.br](http://www.espacoamerindio.ufrgs.br) .

COOK, Rebecca J. DICKENS, Bernard M. & FATHALIA, Mahmoud (org.) Saúde Reprodutiva e Direitos Humanos: Integrando medicina, ética e direito. Rio de Janeiro, CEPIA, 2004.

DAVIS, Shelton H. Antropologia do Direito: Estudos comparativos de categorias de dívida e contrato. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

ECKERT, Cornelia “Meio Ambiente e direitos humanos: Conflitos e dilemas da contemporaneidade” In Fonseca, Claudia; Terto Jr. Veriano e Alves, Caleb Farias (org.) Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre, URFSG, 2004: pp. 221 –231.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO AGRÁRIO**  
**CÓDIGO: CJ02049**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

- I - História da Propriedade Territorial Rural no Brasil.
- II - Reforma Agrária e Política Agrária.
- III - Terras Públicas e Terras Particulares.
- IV - Posse e Propriedade Rural.
- V - Os Institutos do Direito Agrário na Constituição Brasileira de 1988.
- VI - Incidência do Direito Ambiental no Imóvel Rural

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

1. Conteúdo do Direito Agrário. Conceito. Fontes. Princípios. Relação do Direito Agrário com as Ciências Jurídicas.
2. Esboço Histórico da Propriedade Territorial Rural no Brasil. Sesmarias. Regime de Posse. Lei de Terra (Lei 601, de 18/09/1850). Registro Paroquial (Lei 601/1850; Decreto 1.318, de 1854). Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964).
3. Reforma Agrária e Política Agrícola. Fundamento e conceito de reforma agrária. Objetivos da reforma agrária. Amparo constitucional da reforma agrária. Definição legal e doutrinária de reforma agrária. Política agrícola. Definição doutrinária e legal de política agrícola. Amparo constitucional de política agrícola. A lei Agrícola Estadual (Lei 5.849, de 24/06/1994). Interrelação da política agrícola e a reforma agrária.
4. Posse Agrária. Fundamentos, objeto da relação possessória agrária, natureza jurídica, características distintas da posse agrária em relação à posse civil, finalidade e definições.
5. Posse Indígena. Origem da posse indígena. Elementos da posse indígena. O instituto do indigenato. A posse indígena na Constituição brasileira.
6. Posse Agroecológica. Fundamentos. Caracterização da posse agroecológica. Elementos. Conceito.
7. Terras Públicas e Terras Devolutas, Terrenos de Marinha, Terras Marginais e Terras na Faixa de Fronteira no Direito Agrário. Origens, definições e fundamentações. Classificação dos bens públicos. As terras públicas no Estatuto da Terra e na Constituição de 1988.
8. Discriminação das Terras Devolutas. Discriminação administrativa. Discriminação judicial. Destinação das terras públicas incorporadas ao patrimônio da União.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

9. Os Bens Imóveis Rurais Perante o Direito Vigente. Definição. Espécies. Módulo rural e indivisibilidade da propriedade rural. Empresa agrária. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Cadastro rural.

10. Os Institutos do Direito Agrário na Constituição Brasileira de 1988. Função social da terra. Desapropriação por interesse social de imóveis rurais, para fins de reforma agrária. Usucapião agrário. Tributação. Justiça agrária.

11. Lei Agrária (Lei Federal 8.629, de 26/02/1993). Imóveis rurais passíveis de desapropriação. A pequena propriedade rural e a média propriedade rural. Propriedade Produtiva. Beneficiários do processo de Reforma Agrária. O contrato de concessão de direito real de uso e os título definitivo.

12. Lei do Rito Sumário para Reforma Agrária. O procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária (Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993).

13. Formas de Acesso à Propriedade Rural. Legitimação de posse. Regularização de posse. Assentamento. Colonização. Usucapião Especial Rural (Lei 6.969, de 10 de dezembro de 1981).

14. Da Incidência do Direito Ambiental no Imóvel Rural. A reserva florestal legal. A floresta de preservação permanente. O regime das águas. O regime de caça e pesca.

15. Da Incidência do Direito Minerário no Imóvel Rural. Análise do aspecto constitucional e legal na exploração minerária. O licenciamento ambiental e a exploração mineral. Os direitos do superficiário.

16. Contratos Agrários. Arrendamento. Parceria Rural. Noção geral sobre contratos. Das espécies de contratos agrários. Do arrendamento rural. Da parceria. Importância do contrato agrário.

17. Cooperativismo Rural. Princípios. Origem e evolução do cooperativismo. Legislação cooperativista vigente. Cooperativas integrais de reforma agrária.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**ALVARENGA**, Octavio Mello. Direito Agrário e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, Forense, 1992.

\_\_\_\_\_. Política e Direito Agroambiental. Rio de Janeiro, Forense, 2ª ed., 1995.

**BARROS**, Wellington Pacheco. Curso de Direito Agrário e Legislação Complementar. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1996



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**BENATTI**, José Heder & **MAUES**, Antonio Gomes Moreira. O Pluralismo Jurídico e as Posses Agrárias na Amazônia. In: Lições de Direito Civil Alternativo. São Paulo, Ed. Acadêmica, 1994.

**BENATTI**, José Heder. A Posse Agrária Alternativa e a Reserva Extrativista. In: A Amazônia e a Crise de Modernização. Coord. Maria Angela D'Incao e Isolda Maciel da Silveira. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

\_\_\_\_\_. Posse Agro-Ecológica: um estudo das concepções jurídicas de camponeses agro-extrativistas na Amazônia. Belém : UFPA, Tese de Mestrado, 1996, (Mimeo).

**BORGES**, Paulo Torminn. Institutos Básicos do Direito Agrário. São Paulo, Saraiva, 7ª ed., 1992.

\_\_\_\_\_. O Imóvel Rural e Seus Problemas Jurídicos. São Paulo, Saraiva, 2ª ed., 1981.

**FALCÃO**, Ismael Marinho. Direito Agrário Brasileiro: doutrina , jurisprudência ,legislação e prática. Bauru, Edipro, 1995

**GISCHKOW**, Princípios de Direito Agrário: desapropriação e reforma agrária. São Paulo, Saraiva, 1988.

**LARANJEIRA**, Raimundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo, Ltr, 2ª ed., 1981.

**LIMA**, Getúlio Targino. A Posse Agrária sobre Bem Imóvel. São Paulo, Saraiva, 1992.

**LIMA**, Rafael Augusto de Mendonça. Direito Agrário. Rio de Janeiro, Renovar, 1994.

**LIMA**, Ruy Cirne. Peguna História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre, Sulinas, 1954.

**MACHADO**, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 4ª ed., 1992.

**MARQUES**, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. Goiânia. AB Editora, 1996

**MATTOS NETO**, Antonio José de. A Posse Agrária e suas Implicações Jurídicas no Brasil. Belém, CEJUP, 1988.

----- . Et alli. O Direito Agrário em Debate. Porto alegre, Livraria do Advogado, 1998

----- . Et alli. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo, LTR, 2000

**NASCIMENTO**, Tupinambá Miguel Castro do. Introdução ao Direito Fundiário. Porto Alegre, Fabris, 1985.

**PEREIRA**, Rosalina Pinto da Costa Rodrigues. Refoma Agrária: legislação, doutrina e jurisprudência. Belém: CEJUP, 1993.

**RIZZARDO**, Arnaldo. O Uso da Terra no Direito Agrário. Rio de Janeiro, AIDE Editora, 3ª ed., 1985.

**SANTOS**, Fábio Alves dos. Direito Agrário: Política Fundiária no Brasil. Belo Horizonte, Del Rey, 1995

**SODERO**, Fernando Pereira. Esboço Histórico da Formação do Direito Agrário no Brasil. Rio de Janeiro, IAJUP/FASE, 1990.

**SILVA**, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo,

**SOUSA**, João Bosco Medeiros de. Direito Agrário:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DIREITO CIVIL VI - SUCESSÕES**

**CÓDIGO: CJ05025**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Noções Gerais de Direito das Sucessões. Sucessão em geral (abertura, foro. Momento da transmissão da herança, objeto, capacidade. Aceitação, renúncia e cessão; herança jacente e vacante). Sucessão Legítima (Ordem de vocação hereditária, direito de representação). Sucessão testamentária. (testamento, formas de testar, testemunhas testamentárias, disposições testamentárias, legado, testamenteiro, codicilo, direito de acrescer, substituições...). Inventário (conceito, prazos, processamento, inventariança. espécies de inventário...) e partilha (conceito, espécies

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

**UNIDADE I** - Direito das Sucessões.1.1 Acepção Jurídica de Sucessão.1.2 Conceito de Direito das Sucessões.1.3 Fundamento do Direito das Sucessões .1.4 Relação do Direito das Sucessões com os outros Departamentos do Direito Civil.1.5 Posição Ocupada pelo Direito das Sucessões no Código Civil.1.6 Conteúdo do Direito das Sucessões.1.7 Evolução Histórica Conteúdo de Direito das Sucessões: Direito Romano, Direito Germânico e Direito Moderno.1.8 Controvérsias sobre Direito das Sucessões.1.9 O Direito das Sucessões à luz do Direito Positivo Brasileiro: diplomas legais que modificaram o Direito das Sucessões regulado pelo Código Civil.

**UNIDADE II** - Sucessão Hereditária. 2.1 Sucessão quanto a fonte: Sucessão Testamentária e Sucessão Legítima.2.2 Sucessão quanto a seus efeitos: a Título Universal e Sucessão a Título.Singular.2.3 Pressupostos.2.4 Liberdade de Testar.2.5 A Legítima e a Metade Disponível.2.6 Pactos Sucessórios.2.7 Herança.

**UNIDADE III** - Abertura da Sucessão.3.1 Momento da Abertura da Sucessão.3.2 Pressupostos da Abertura da Sucessão.3.3 Lugar da Abertura da Sucessão: fixação de competência para os processos atinentes à herança..3.4 Da capacidade para Suceder: conceito, pressupostos, distinção entre.incapacidade sucessória. Indignidade e deserdação.3.5 Indignidade: conceito, fundamento ético, causas de exclusão por indignidade, declaração judicial de indignidade, reabilitação do indigno, efeito da indignidade.3.6 Comoriência: conceito.

**UNIDADE IV** - Transmissão da Herança4.1 Conceito de Herança e Indivisibilidade da Herança.4.2 Momento de Transmissão da Herança.4.3 Inventário: Conceito, Importância e foro Competente.4.4 Inventariante: Conceito, Função e critérios para nomeação..4.5 Natureza Jurídica da Inventariança.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**UNIDADE V** - Aceitação da Herança.5.1 Noções preliminares: Direito Romano e Direito Brasileiro Moderno.5.2 Conceito. Razões para não Aceitar. espécies de Aceitação. Conteúdo.5.3 Responsabilidade dos Herdeiros pelas Dívidas de Herança, Aceitação a Benefício de Inventário.5.4 Anulação e Revogação da Aceitação. características da Aceitação.

**UNIDADE VI** - Renúncia da Herança.6.1 Conceito. Requisitos Essenciais. Espécies..6.2 Efeitos. Retratação da Renúncia. Características.

**UNIDADE VII** - Herança Jacente e Herança Vacante.7.1 Conceito. Finalidade. Natureza Jurídica. distinção entre Herança Jacente e Espólio.7.2 Casos de Jacente. Arrecadação da Herança Jacente. Habilitação de Herdeiros.7.3 Declaração da Vacância. Sentença Declaratória de Vacância. efeitos da Vacância.

**UNIDADE VIII** Sucessão Legítima.8.1 Conceito. Casos em que ocorrem a Sucessão. Testamentária e a Sucessão Legítima. A Sucessão Legítima e o Parentesco.8.2 Modos de Sucedem na Sucessão Legítima. Classificação da Sucessão considerando graus de linhas de parentesco. 8.3 Regra mais importante da Sucessão pelos descendentes e Ascendentes (art. 1.604 e 1.605, caput: art.1.607 e 1.608 todos do CC).8.4 Direito de Representação: Conceito. Finalidade. Requisitos. Classes passíveis de Representação e Efeitos do Direito de Representação.8.5 Ordem de Vocação Hereditária. Conceito.. Lei que a Regula. Natureza. Jurídica das Disposições Legais que a Regulam.8.6 Sucessão pelos descendentes, Ascendentes, Cônjuge Supersite, Companheiro(a), Sobrevivente Colaterais e Poder público.

**UNIDADE IX** - Sucessão Testamentária. 9.1 Conceito e normas reguladoras da Sucessão Testamentária. restrições à liberdade de dispor.9.2 Testamento e Caracteres Jurídicos.9.3 Capacidade Testamentária: Ativa e Passiva. Condições para a Sucessão Testamentária.9.4 Desertação: Conceito, Requisitos. Causas. Efeitos. Revogação.9.5 Formas de Testamento: Disposições Gerais.9.6 Formas Ordinárias de Testamentos: público, cerrado e particular.9.7 Testamentos Especiais: Marítimo, Militar.9.8 Codicilos: Conceito e Objeto, Forma, Revogação.9.9 Testemunhas Testamentária..10 Disposições Testamentárias em Geral. Regras Gerais. Formas de nomeação de Herdeiros e Legatário. Cláusula de Inalienabilidade. Cláusula relativas à legítima do Herdeiro necessário. Exclusão de Herdeiro legítimo não necessário (cônjuge e colateral). Pluralidade de herdeiros. Regras Interpretativas Redução das Disposições Testamentárias.9.11 Causas de inexecução ou ineficácia das disposições testamentárias: revogação, caducidade, nulidade absoluta e nulidade relativa. 9.12 Testamenteiro: Conceito. Natureza Jurídica. Capacidade Civil. Nomeação. Aceitação. Direitos e Obrigações. Destituição.9.13 Legados: Conceito. Objeto. Espécies. Efeitos. Caducidade.9.14 Direito de Acrescer: Conceito. Fundamento. Pressupostos.Espécies de Acrescimento.9.15 Substituições: Conceito. Princípios. Espécies.9.16 Substituições Fideicomissária: Conceito e Requisitos. Direito e Deveres do Fiduciário. Direitos e Obrigações Fideicomissário. Causa da caducidade do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

fideicomisso. Nulidade do fideicomisso. Distinção entre fideicomisso e Usufruto Testamentário.

**UNIDADE X** – Inventário.10.1 Definição de Inventário.10.2 Processo de Inventário: abertura, inventariança, administrador provisório, citação dos interessados, avaliação dos bens inventariados, declarações finais do inventariante, liquidação dos impostos..10.3 Pagamento das Dívidas.10.4 Arrolamento.10.5 Inventário negativo.10.6 Sonegados: Conceito. Caso de Sonegação. Pessoas sujeitas a pena de sonegação. Ação de Sonegados. Efeitos.

**UNIDADE XI** – Partilha.11.1 Conceito de Partilha.11.2 Colação. Conceito e Finalidade. Bens sujeitos à colação. Efeito..11.3 Espécies de partilha. Regras relativa à partilha. Garantia dos quinhões hereditário. Nulidade da partilha.

**UNIDADE XII** – Sobrepartilha. 12.1 Conceito, objeto e finalidade.12.2 Natureza e Sobrepartilha.12.3 Comulação de inventário.12.4 Ausência e capacidade no processo.

**BIBLIOGRAFIA:**

PEREIRA, Caio Mario de Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense. v.6  
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Ed. Saraiva. v.6  
GOMES, Orlando. Sucessões. Rio de Janeiro: Ed. Forense.  
RODRIGUES, SILVIO . Direito civil. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva .v.7  
MONTEIRO, Washington de Barros . Curso de direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Ed. Saraiva. v.6  
ZENO VELOSO. Testamentos. Belém: CEJUP.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**CÓDIGO: CJ03024**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA**

Histórico, implantação e desenvolvimento do seguro social; proteção ao ruralista; seguro acidente do trabalho; evolução legislativa; Princípios Gerais e Específicos; Ações da Seguridade Social; Assistência Social, Saúde e Previdência Social; Benefícios e Serviços; Custeio do Sistema da Seguridade Social; fundamentos, princípios, tipos de custeio e contribuintes; Organização e funcionamento dos entes da Seguridade Social; Processo Administrativo previdenciário e procedimentos fiscais; matéria recursal; Infrações e penalidades em matéria previdenciária.

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

**UNIDADE I** – Histórico da Proteção Social: conceitos, riscos e formas de proteção; Previdência Social no Brasil: evolução legislativa, implantação e desenvolvimento dos institutos de seguro social: beneficiários.

**UNIDADE II** – A Ordem Social na CRFB/88: Fundamentos; Seguridade Social: objetivos e princípios; Regimes de proteção social: Público, Complementar e Privado: aberto e fechado.

**UNIDADE III** – Direito da Seguridade Social: conceito, taxionomia, autonomia e campo de aplicação; Fontes, interpretação e integração das normas.

**UNIDADE VI** – Relação Estado e Economia; Risco Social: conceito, causas; Bem-estar e justiça social.

**UNIDADE V** – Ações da Seguridade Social: Assistência Social, saúde e Previdência Social: Organização e funcionamento; LOAS: Sujeitos da Relação assistencial; tipos de prestação Continuada; Saúde: competência, organização e funcionamento.

**UNIDADE VI** – Regimes previdenciários: Relação Jurídica de Previdência Social.

**UNIDADE VII** – Das prestações Previdenciárias: benefícios e serviços: fundamentos, classificação e regras de concessão; sistemas de cálculo e reajustamento de benefícios. Desaposentação.

**UNIDADE VIII** – Seguro Acidente do Trabalho: definição, tipos de acidente; prestações por acidentes do trabalho; Teorias da Responsabilidade em matéria de Acidentes do Trabalho; Ação Acidentária: tipos, competência, rito.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE IX** – Inscrição de segurados e dependentes; matrícula das empresas: Guarda e exibição de documentos; prazos, penalidades; controle de regularidade.

**UNIDADE X** – Custeio do Sistema da Seguridade Social: instituto, definição, fundamentos, princípios, fontes de receita.

**UNIDADE XI** – Sistema de Contribuição: Natureza Jurídica das contribuições sociais; competência, contribuintes; Arrecadação e recolhimento das contribuições previdenciárias; Crédito da Seguridade Social; Sistema de Regularidade de Débito com o RGPS: CND.

**UNIDADE XII** – Organização e funcionamento do Sistema Nacional da Seguridade Social: INSS: gestão, estrutura e funcionamento, processo administrativo previdenciário e procedimento fiscal.

**UNIDADE XIII** – Infrações Administrativas Previdenciárias: Penalidade; Lides previdenciárias; Prescrição. Crimes previdenciários.

**BIBLIOGRAFIA:**

BALERA, Wagner. Previdência Social Comentada. Quartier Latin.

BELMONTE, Ronaldo. Obrigações das empresas junto à previdência social. LTr.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. LTr.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de Direito da Seguridade Social. Saraiva.

COIMBRA, Feijó. Direito Previdenciário Brasileiro, Ed. Trabalhistas.

CUNHA, Lásaro Candido da. Reforma da Previdência. Del Rey.

FERREIRA, Rosni. Guia Prático de Previdência Social. LTr.

GONÇALVES, Odonel Urbano. Manual de Direito Previdenciário. Atlas.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Impetus.

\_\_\_\_\_ Desaposentação. Coleção Novos Direitos, Impetus.

LEITE, Celso Barroso. A Proteção Social no Brasil. Ed. LTr.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

LEMES, Manual dos Cálculos Previdenciários – Benefícios e Revisões. Juruá.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário. Ed. LTr.

\_\_\_\_\_, Curso de Direito Previdenciário, Tomos I, II e III. Ed. LTr.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. Atlas.

\_\_\_\_\_, Fundamentos de Direito da Seguridade Social. Atlas.

OLIVEIRA, Aristeu de. Reforma Previdenciária Comentada. Saraiva.

OLIVEIRA, Moacir Velloso Cardoso de. Previdência Social – Doutrina e Exposição.

#### LEGISLAÇÃO BÁSICA

Legislação Previdenciária: Lei nº 8.212/91 e 8.213/91, Decreto nº 3.048/99, Lei nº 8.742/93 e Lei nº 8.080/90.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Código Penal Brasileiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**CÓDIGO: CJ 06015**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA**

Propriedade intelectual e propriedade industrial. Criação intelectual. Publicações da obra. Direitos autorais de personalidade, de nomeação e de exploração. Traduções e adaptações. Titularidade e defesa dos direitos autorais: registro e ações. Representação e execução. Extinção dos direitos autorais. Propriedade Industrial: conceito, proteção, classificação e exploração.

**BIBLIOGRAFIA:**

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da Propriedade Industrial. Editora Revista dos Tribunais.

SOARES, José Carlos Tinoco. Tratado da Propriedade Industrial. Editora Jurídica Brasileira.

SILVEIRA, Newton. A Propriedade Intelectual e a Nova lei de Propriedade Industrial. Editora Saraiva.

LOUREIRO, Luiz Guilherme de A.V.. Lei de Propriedade Industrial Comentada.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. Tratado de Direito Comercial. Livraria Freitas Bastos S/A.

SILVEIRA, Newton. Curso de Propriedade Industrial. Editora Revista dos Tribunais.

LOBO, Thomás Thedim. Introdução à Nova Lei de Propriedade Industrial. Editora Atlas. Revista do INPI. Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

**CÓDIGO: CJ02050**

**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Relações de Consumo; Práticas Comerciais e Contratuais; Tutelas Civil, Administrativa, Penal e Jurisdicional do Consumidor.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1 As Relações de Consumo: Surgimento, Evolução e Posição Atual1.1 A Concepção e Justificativa da Proteção ao Consumidor1.2 O Direito do Consumidor no Direito Comparado e no Brasil.

**UNIDADE II** 2 O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90): Generalidade, Antecedentes e Princípios Gerais do Código.

**UNIDADE III** 3 Conceitos Legais: Consumidor, Fornecedor, Produto e Serviço.

**UNIDADE IV** 4 Política Nacional de Consumo e Direitos Básicos do Consumidor

**UNIDADE V** 5 Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor: Teoria Geral da Responsabilidade Civil.5.1 Proteção à Qualidade dos Produtos e dos Serviços5.2 A Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço5.3 A Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço.

**UNIDADE VI** 6 Decadência e Prescrição

**UNIDADE VII** 7 Desconsideração da Personalidade Jurídica

**UNIDADE VIII** 8 Práticas Comerciais: Oferta, Publicidade, Práticas Abusivas, Cobranças de Dívidas, Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores

**UNIDADE IX** 9 Proteção Contratual: Generalidades, Cláusula Abusivas e Contratos de Adesão.

**UNIDADE X** 10 Sanções Administrativas

**UNIDADE XI** 11 Sanções Penais

**UNIDADE XII** 12 A Defesa do Consumidor em Juízo: Aspectos Genéricos

**UNIDADE XIII** 13 Ações Coletivas para Defesa de Interesses Individuais Homogêneos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**UNIDADE XIV** 14 Ações Coletivas par Defesa de Interesses Difusos.

**UNIDADE XV** 15 Aspectos Processuais Diversos.

**UNIDADE XVI** 16 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

**UNIDADE XVII** 17 Convenção Coletiva de Consumo.

**BIBLIOGRAFIA:**

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Os direitos dos consumidores. Coimbra, Livraria.
- ALMEIDA, João Batista de. A proteção Jurídica do consumidor. São Paulo, Saraiva.
- A Tutela dos Interesses Difusos. Comentadores ADA PELLEGRINI GRINOVER ... [et alli]  
Coord. Ada Pellegrini Grinover. São Paulo, Max Limonad Ltda.
- BITTAR, Carlos Alberto. Responsabilidade civil por danos a consumidores. São Paulo, Saraiva.
- Comentários ao Código de Proteção dos Consumidores. Comentadores TOSHIO MUKAI ... [et alli]; Coord. Juarez de Oliveira. São Paulo, Saraiva.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. Responsabilidade civil do fabricante e a defesa do consumidor. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- MATOS NETO, Antônio José. Manual do consumidor: doutrina, jurisprudência e legislação". Belém, Cejud.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e patrimônio cultural. 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- NASCIMENTO, Tupinambá Miguel de Castro do. Comentários ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro: Aide.
- PRADE, Péricles. Conceito de interesse difuso. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- ROCHA, Silvio Luiz Ferreira da. Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Revista de Direito do Consumidor.
- Revista de Direito Civil; Imobiliário; Agrário e Empresarial.
- Revista de Direito Mercantil.
- Revista de Processo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**PRÁTICA DO PROCESSO FISCAL**

**CÓDIGO: CJ04074**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA**

Trabalho com casos práticos de tributação. Impostos sobre a produção, circulação e consumo: ICMS, IOF e ISS. Impostos sobre a renda e o patrimônio. Impostos residuais e extraordinários. Taxas. Contribuição de melhoria. Contribuições parafiscais ou especiais. Empréstimos compulsórios. Elisão e evasão fiscal. Planejamento tributário. Noções de Direito Tributário Internacional.

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

Processo fiscal e sua divisão: Processo Federal, Processo Estadual, Processo Municipal. Elaboração de prática das principais peças processuais: Petição de Impugnação ao lançamento de Tributos; Sentença e recurso de ofício; Recurso voluntário; Acórdão. Processo de consulta.

**BIBLIOGRAFIA:**

- 1 - Processo Administrativo Fiscal, Antonio da Silva Cabral, Saraiva;
- 2 - Processo Tributário, Hugo de Brito Machado Segundo, Atlas;
- 3 - Processo Administrativo Fiscal Federal Comentado, Mascos Vinícius Neder e Maria Tereza Matínez López, Dialética;
- 4 - Processo Administrativo fiscal Federal, Rodrigo Francisco de Paula (coordenador), Ed. Del Rey;
- 5 - Processo Administrativo Tributário Federal e Estadual, Marcelo Viana Salomão e Aldo de Paula Junior (Organizadores), MP Ed.;
- 6 - Processo Administrativo Fiscal, Hamilton Fernando Castardo, APTA Edições.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE II**  
**CÓDIGO: CJ 04069**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Da Prática Forense. Atendimento e Orientação Jurídica. Elaboração de Peças Processuais. Propositura de Ações e Interposição de Recursos. Acompanhamento de Processos. Participação em Audiências, Tribunal do Júri e Sessões de Julgamentos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I – DA PRÁTICA FORENSE.** 1.1. Dos primeiros contatos com os clientes. 1.2. Da orientação jurídica. 1.3. Da tentativa de conciliação: elaboração de Termos de Acordo.

**UNIDADE II – DA ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS.** 2.1. Como atuar na defesa dos direitos das partes: confecção de petições iniciais, contestação e recursos. 2.2. Da fundamentação dos argumentos utilizados na elaboração das peças processuais.

**UNIDADE III – DA PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS.** 3.1. Participação em audiências nos diversos órgãos integrantes do Poder Judiciário nas esferas civil, penal e trabalhista.

**UNIDADE IV – DA ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL.** 4.1. A importância da orientação jurídica extrajudicial na prevenção de litígios. 4.2. Elaboração de contratos. 4.3. Do processo administrativo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

EMENTA E BIBLIOGRAFIA

<b>CÓDIGO</b>	<b>9º BLOCO</b>	<b>CH</b>
CJ02051	DIREITO AMBIENTAL	68
CJ02053	DIREITO MUNICIPAL	34
CJ02052	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	34
CJ02055	DIREITO INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRO	34
CJ05028	DIREITO FLORESTAL	34
CJ06016	DIREITO MINERÁRIO E DOS RECURSOS HÍDRICOS	34
CJ02056	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	34
CJ04070	PRÁTICA FORENSE III	68
CJ04071	PRÁTICA DO PROCESSOTRABALHISTA	34
CJ05026	MONOGRAFIA JURÍDICA I	68
		<b>408</b>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO AMBIENTAL**  
**CÓDIGO: CJ02051**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

O programa objetiva propiciar ao aluno uma visão panorâmica da questão ambiental, a partir de uma perspectiva não exclusivamente jurídico - formal, porém localizando a questão ambiental nos contextos sócio-econômicos e político em que se insere, quer nos seus aspectos internacionais, que nos seus desdobramentos nacional e regional.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1 A Questão Ambiental. O Desenvolvimento Sustentável.

**UNIDADE II** 2 Introdução ao Direito Ambiental. Conceito. Princípios Informativos.

**UNIDADE III** 3 Meio Ambiente na Constituição Federal. A Legislação Federal sobre Meio Ambiente.

**UNIDADE IV** 4 Meio Ambiente na Constituição do Estado do Pará. A Legislação Ambiental do Pará.

**UNIDADE V** 5 Política Ambiental. O Papel do Estado e a Atuação da Sociedade Civil.

**UNIDADE VI** 6 Responsabilidade Civil por dano ao Meio Ambiente.

**UNIDADE VII** 7 Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente. Ação Civil Pública e Ação Popular.

**BIBLIOGRAFIA:**

BENJAMIN, Antônio Herman. **Dano ambiental**: Prevenção. reparação e repressão. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Ed. Fundação Getúlio Vargas.

DOURADO, Maria Cristina. **Meio ambiente no Pará**: fato e norma. Belém: NUMA /UFPA.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

MILARÊ, Édis e BENJAMIN, Antônio Herman. **Estudo prévio de impacto ambiental**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO MUNICIPAL**

**CÓDIGO: CJ02053**

**CARGA HORÁRIA: 34H**

**EMENTA:**

Conceito. Origem do Município. Autonomia. Organização do Município. Lei Orgânica. O Poder executivo municipal. Competência Municipal. Servidores municipais, bens públicos municipais, Administração dos bens municipais. Finanças dos Municípios. Serviços públicos municipais. Poder de polícia municipal. Política Urbana Municipal. Controle das Funções Municipais. O Poder Legislativo. Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

**UNIDADE I** – Município. Conceito. Histórico. O Município no Ordenamento Constitucional. Autonomia do Município: Financeira, política e administrativa. Intervenção no Município.

**UNIDADE II** – A Organização do Município. Lei Orgânica do Município. Princípios e fins. Diretrizes básicas. O Poder Executivo Municipal. Competência do Município. Formas de modificação da estrutura municipal: Criação; Desmembramento; Anexação; Incorporação; Fusão. Os Distritos. Região Metropolitana.

**UNIDADE III** – Servidor Público municipal. Esfera de atuação. Os bens públicos municipais. Administração dos bens públicos municipais. Formas de utilização dos bens públicos.

**UNIDADE IV** – Finanças do Município: Os Tributos Municipais.

**UNIDADE V** – Os serviços públicos. A concessão de exploração dos serviços públicos.

**UNIDADE VI** – O Poder de Polícia Municipal. Competência.

**UNIDADE VII** – Política Urbana Municipal. Principais instrumentos normativos: plano diretor, legislação de posturas, ordenamento e parcelamento do solo urbano. Terrenos de marinha em áreas urbanas.

**UNIDADE VIII** – Controle das funções municipais. O Poder Legislativo. Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.

**BIBLIOGRAFIA:**

Dias, Daniella S. – Desenvolvimento Urbano. Editora Juruá. 1ª ed. (2002)

Castro, Jose Nilo de. Direito municipal positivo. Del Rey. 2ª ed. (1992)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros. 22<sup>a</sup> ed. (1990) São Paulo.

Meirelles, Hely Lopes. Direito Municipal brasileiro. Malheiros. 8<sup>a</sup> ed. (1996) São Paulo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

**CÓDIGO: CJ02052**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Teoria do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos e a Responsabilidade Internacional do Estado por Violação de Direitos Humanos. Temas atuais do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

**CONTEUDO PROGRAMATICO:**

**UNIDADE I – TEORIA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.**

1. Importância, Fundamentos, Interpretação E Definição Do Direito Internacional Dos Direitos Humanos.
2. Responsabilidade Internacional Do Estado Por Violação Dos Direitos Humanos: Evolução Histórica, Caracterização Da Responsabilidade, Esgotamento Dos Recursos Internos, Excludentes De Ilícitude, Formas De Reparação E Coerção Contra O Estado Infrator.

**UNIDADE II – DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O BRASIL.**

1. Histórico Normativo Dos Instrumentos Internacionais E O Brasil.
2. A Gradual Inserção Do Brasil No Sistema Internacional Dos Direitos Da Pessoa Humana.

**UNIDADE III – SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.**

1. Sistema Universal (Onu): Os Principais Órgãos E Tratados De Direitos Humanos. Os Mecanismos Convencionais E Não-Convencionais Internacionais De Monitoramento E Proteção Dos Direitos Humanos. A Denúncia Internacional
2. Sistemas Regionais - O Sistema Europeu, O Sistema Americano E O Sistema Africano: Antecedentes E Formação. Consolidação. Instrumentos Normativos E Os Órgãos De Proteção.
3. O Funcionamento Do Sistema Interamericano De Proteção De Direitos Humanos: Procedimentos Políticos, Consultivos E Jurisdicionais.
4. O Funcionamento Do Sistema Interamericano De Proteção De Direitos Humanos: Dever De Proteção E Procedimento Perante A Comissão Interamericana: Admissibilidade, Conciliação, Informes E Soluções.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

5. O Funcionamento Do Sistema Interamericano De Proteção De Direitos Humanos: O Trâmite Do Procedimento De Jurisdição Da Corte Interamericana, Fase De Propositura, Exceções Preliminares, Medidas Cautelares E Provisórias, Fase De Conciliação, Probatória, Decisória E Reparações.

6. Análise De Casos Contenciosos E O Ordenamento Jurídico Dos Direitos Humanos Nas Américas Interpretado Pela Corte Interamericana.

**UNIDADE IV- TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.**

1.O Direito Internacional Penal. Os Tribunais “Ad Hoc” E O Tribunal Penal Internacional.

2.A Responsabilidade Internacional Dos Indivíduos Por Crimes: Crimes Contra Humanidade E Crimes Transnacionais.

3.Direitos Humanos E Temas Contemporâneos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:**

-ALMEIDA, Fernando Barcellos de. *Teoria geral dos direitos humanos*. Rio Grande do Sul: Sérgio Antonio Fabris.

-ALVES, J.A. Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva.

-AMBOS, Kai, CARVALHO, Salo de (org.). *O Direito Penal no Estatuto de Roma: leituras sobre os Fundamentos e a Aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

-BALDI, César Augusto (org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar.

-BENVENUTO LIMA JR, JAYME. *Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais*. Rio de Janeiro: Renovar.

\_\_\_\_\_. *Direitos humanos internacionais: perspectiva prática no novo cenário mundial*. Recife : Bagaço.

\_\_\_\_\_. *Manual de direitos humanos internacionais*. São Paulo: Loyola.

-BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

-CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A proteção dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e políticos*. São Paulo: Saraiva.

\_\_\_\_\_. *Tratado Internacional de Direitos Humanos*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor.

\_\_\_\_\_. *A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
 FACULDADE DE DIREITO

\_\_\_\_\_. *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos no direito brasileiro*. San José da Costa Rica-Brasília. Instituto Interamericano de Direitos Humanos/Comitê Internacional da Cruz Vermelha/Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados/Comissão da União Européia.

\_\_\_\_\_. *O esgotamento de recursos internos no direito internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

-CHOUKR, Fauzi Hassan, AMBOS, Kai.(orgs.). *Tribunal Penal Internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

-COMPARATO, Fábio Konder. *Afirmção histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva.

-HANASHIRO, Olaya Sílvia Machado Potella. *O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos*. São Paulo: Edusp.

-JAYME, Fernando G. *Direitos Humanos e sua efetivação pela corte interamericana de direitos humanos*. Belo Horizonte: Del Rey.

-PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva.

. \_\_\_\_\_. *Direitos humanos e a justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais e europeu, interamericano e africano*. São Paulo: Saraiva.

. \_\_\_\_\_.(org). *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad.

. \_\_\_\_\_ e GOMES, Luiz Flávio (org.). *O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

. \_\_\_\_\_ e IKAWA, Daniela (coordenadores). *Direitos Humanos. Volumes I e II*. Curitiba: Juruá.

-RAMOS, André de Carvalho. *Direitos Humanos em Juízo- comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad.

. \_\_\_\_\_. *Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos: seus elementos, a reparação devida e possíveis sanções*. Rio de Janeiro: Renovar.

- WEIS, Carlos. *Direitos Humanos Contemporâneos*. São Paulo: Malheiros.

-BIBLIOGRAFIA ADICIONAL:

- *REVISTA: ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS*. MELLO, Celso Albuquerque D., TORRES, Ricardo Lobo, PEREIRA, Antonio Celso Alves.(diretores). Rio de Janeiro: Renovar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRO**

**CÓDIGO: CJ02055**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

O campo do Direito e das relações Raciais.. Abordagem jurídica das relações Raciais. Conceitos de Racismo, Preconceito e Discriminação. Raça e Etnia. Desigualdades raciais. Os indígenas e os afro-brasileiros no cenário político-jurídico do Brasil.

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

**UNIDADE I:** Conceitos: Colonialismo. Racismo. Preconceito. Discriminação. Raça e Etnia.

**UNIDADE II:** O Colonialismo e o racismo contra os povos nativos

1. A Carta de Caminha
2. A legislação da coroa portuguesa e os índios. Leis de proteção aos índios no período colonial. Durante o Império. José Bonifácio e os índios.

**UNIDADE III:** Na República – O Serviço de Proteção aos Índios. A Configuração da Tutela

**UNIDADE IV :** A Constituição de 1988 e os Índios. A garantia dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

1. Indígena, uma postura política.
- 2.. A resistência dos povos Indígenas
3. Os Indígenas e o Sistema Internacional dos Direitos Humanos. Instrumentos normativos importantes para o rompimento da tutela (Convenção 169 da OIT; Convenção da Diversidade Cultural; Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação; etc.).

**UNIDADE V :** O Racismo e o regime de escravidão africana. O Direito Racial brasileiro e sua evolução Constitucional:

1. As Constituições brasileiras e o racismo: Constituição Imperial de 1824; Constituição Republicana de 1891; Constituição de 1934; A Carta Constitucional de 1937; A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

Constituição de 1946; A Emenda Constitucional número 1. 1969; A Constituição de 1988 – Crime inafiançável – Crime imprescritível.

2. As comunidades remanescentes de quilombos
3. Processos de resistência dos afro-brasileiros

**UNIDADE VI:** As Legislações ordinárias no Brasil no período Pré-abolição: Lei do fim do tráfico (Lei Eusébio de Queirós), 1850; Lei do Ventre Livre 1871; Lei do Sexagenário (Lei Saraiva Cotegipe), 1885; Lei Áurea, 1888.

**UNIDADE VII :** A Legislação anti-racista no Brasil – Lei Afonso Arinos; A Lei de Imprensa; A Lei de Segurança Nacional; A Lei 7716 de 5 de janeiro de 1989; Lei 9459 de 13 de 05 de 1997. O Sistema Internacional dos Direitos Humanos e os Afro-brasileiros – Acordos, Pactos, Convenções e outros instrumentos.

**UNIDADE VIII** - Análise dos últimos Relatórios Brasileiros enviados ao Comitê pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial CERD (ONU). Políticas de ação afirmativa como instrumento de construção da Igualdade Racial.

**BIBLIOGRAFIA:**

*As Mulheres e a Legislação contra o Racismo.* Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero 4. Rio de Janeiro, CEPIA, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Hermenêutica e Interpretação Constitucional.* São Paulo: Ed. Celso

BENTO, Aparecida. *Cidadania em Preto e Branco: Discutindo as Relações Raciais.* São Paulo: Ed. Ática, 1999.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- BRANDÃO Adelino. *Direito racial brasileiro: teoria e prática*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2002.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3a ed.,
- CARVALHO, Paulo de Barros. *A Visão Semiótica na Interpretação do Direito*. Apostila de Direito Coimbra: Ed. Almedina, 1998.
- CASHMORE, Ellis et al. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.
- Coleção Constituições Brasileiras. Publicação do Conselho Editorial do Senado Federal. Brasília, 2007. CD-Room.
- Constitucional II. São Paulo. PUC, s/d.
- DUARTE, Evandro C. Piza (coord.). *Cotas raciais no ensino superior*. Evandro C. Piza Duarte, Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Paulo Vinicius Baptista da Silva (coords). Curitiba: Juruá, 2008.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.
- FANON, Frantz: *Os condenados da terra*. 2. ed. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERRARA, Francesco. *Interpretação e Aplicação das Leis*. Trad. Manuel A. Domingues de FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.
- GARCIA, Maria. *Desobediência Civil – Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.19
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação Afirmativa & princípio constitucional da igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro. Renovar. 2001.
- GOENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.,
- GUIBERNAU, MONTSERRAT, Maria. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*. Vol.I, Trad. Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdade raciais no Brasil*. 2. Editora da UFMG. Belo Horizonte. 2005.
- HELLER, Agnes. *Além da justiça*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 69.
- MOREIRA NETO, Carlos. *Índios da Amazônia de maioria a minoria*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA DA SILVA, Kátia Elenise. *O Papel do Direito Penal no Enfrentamento da Discriminação*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- PIOVESAN, Flávia & GUIMARÃES, Luis Carlos Rocha. *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial in Direitos Humanos: Construção da Liberdade e da Igualdade*. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1998.
- Relatório da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Traduzido em Língua portuguesa por Verônica Maria da Silva Gomes. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. 2001
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo Cortez, 2006.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.
- SILVA JR. Hédio. *Anti-Racismo – Coletânea de Leis Brasileiras (Federais, Estaduais, Municipais)*. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.
- Coord. Antônio Carlos Mathias Coltro. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Direito Penal em Preto e Branco*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, no 27, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Limites Constitucionais da Criminalização da Discriminação*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 69.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TODOROV, Tzevetan. *Nós e os outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEST, Cornel. *Questão de raça*. São Paulo: companhia das Letras, 1994. ADESKY, Jacques d'. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: DIREITO FLORESTAL**

**CÓDIGO: CJ05028**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

Introdução ao Direito Florestal. Os vínculos do Direito Florestal. Principais Cenários do Direito Florestal. Aplicação do Direito Florestal. Jurisprudência

**CONTEUDO PROGRAMATICO**

1. Introdução ao direito florestal

1.1. História do direito florestal no mundo

1.2. História do direito florestal no brasil

1.3. Principais doutrinas

2. Os vínculos do direito florestal

2.1. Política florestal

2.2. Legislação florestal

2.3. Economia florestal

3. Principais cenários do direito florestal

3.1. Código florestal – lei nº 4.771/65

3.2. Demais códigos e legislação extravagante (lei nº 11.952/2009, 11.284/2006 e outras)

3.3. Florestas públicas – lei nº 11.284 sobre gestão de florestas públicas

4. Aplicação do direito florestal

4.1. O direito aplicado as florestas

4.1.1 O manejo florestal

4.1.2 Os planos de manejo florestal sustentável - pmfs



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

4.2. O direito aplicado ao meio ambiente

4.2.1 Direito Penal Ambiental: a) O sistema penal e o direito ambiental; b) A lei nº 9605/98 e os crimes ambientais.

4.2.2 Direito civil ambiental: a) a propriedade e a função sócio-ambiental;

b) A responsabilidade civil por danos ao meio ambiente; c) danos ambientais em geral; d) dano nuclear

4.3 Espaços ambientais protegidos

4.3.1 Reserva legal – código florestal (lei nº 4.771/65)

4.3.2 Reserva permanente – código florestal (lei nº 4.771/65)

4.4. O direito aplicado aos recursos naturais renováveis e não renováveis

5. Jurisprudência

5.1. Estudo de caso no setor florestal

5.1.1 invasão da área de floresta nativa da fazenda uirá – tailândia/pa

a) A atuação do ministério público estadual

b) A interpretação equivocada de alguns magistrados e delegados de polícia

5.2. Estudo no caso no setor ambiental

5.3. As florestas e o meio ambiente - ação civil pública

**BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3º Ed. São Paulo: Editora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

Saraiva, 2008.

FARIAS, Talden. Licenciamento Ambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 10° Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: A gestão ambiental em foco. 5° Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MUKAI, Toshio. Direito Ambiental Sistematizado. 6° Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

NETO, Nicolau de Castro e Costa. Proteção Jurídica do Meio Ambiente. Belo Horizonte: DelRey, 2003.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 6° Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

ZANETTI, Eder. Meio Ambiente – Setor Florestal. 2° Ed. Editora Juruá.

\_\_\_\_\_. Certificação e Manejo de Florestas Nativas Brasileiras. Editora Juruá.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DIREITO MINERÁRIO E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**CÓDIGO: CJ06016**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA**

Princípios constitucionais do direito minerário. Propriedade do solo e do subsolo. Legislação e institutos do direito minerário. Descrição e regime jurídico dos bens minerais: recursos nucleares, propriedades, pesquisa, lavra, transporte, importação e exportação, enriquecimento, reprocessamento e comércio.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE I** 1.O Direito de propriedade e o aproveitamento das espécies minerais. A noção de bem econômico.

**UNIDADE II** 2.Direito minerário: constituição e legislação. Aspectos históricos. Fundamentos. Finalidade. Correlação com as demais disciplinas jurídicas.

**UNIDADE III** 3.Aspectos espaciais da atividade minerária. 3.1.Jazidas: conceito, classificação e aproveitamento.3.2.Minas: conceito, classificação e aproveitamento.

**UNIDADE IV** 4.Os regimes jurídicos da exploração mineral. 4.1.Concessão de lavra.4.2.Manifesto de mina.4.3.Licenciamento mineral.4.4.Permissão de lavra garimpeira.4.5.Regime de monopólio.

**UNIDADE V** 5. Características da atividade minerária5.1.Proteção à atividade mineral 5.2.Cessão e Oneração de atividades minerárias.5.3.Atividade minerária e meio ambiente.5.4.Tributação e mineração5.5.Direitos trabalhistas e a mineração.

**BIBLIOGRAFIA:**

BEDRAN, Elias. **A mineração à luz do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba.

FREIRE, William. **Comentários ao código de mineração**. Rio de Janeiro, AIDE.

RAMOS, José Luiz Bonifácio. **O regime e a natureza jurídica do direito dos recursos geológicos dos particulares**. Lisboa: Lex Edições Jurídicas.

SÃO PAULO, Vera de. **Da propriedade das minas e jazidas**. São paulo Editora Brasileira de Direito.

SOUZA, Marcelo Gomes de. **Direito minerário e meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**CÓDIGO: CJ02056**

**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA:**

A Doutrina da Proteção Integral. A normativa internacional. A história da proteção da criança no Brasil: o Código Mello Mattos de 1927 e o Código de Menores de 1979; o ECA, Lei nº 8.069/90 e a Constituição de 1988. O Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Família natural e família substituta. Modalidades de colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção. Perda e suspensão do poder familiar. Entidades de atendimento; programa de abrigo e de internação. Medidas de proteção. O ato infracional e os direitos individuais do adolescente. Medidas Sócio-educativas. Equipe técnica interprofissional nos processos de perda ou suspensão do poder familiar, de colocação em família substituta e de apuração do ato infracional. Estudos de casos no âmbito interdisciplinar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I - A normativa internacional**

1. Antecedentes históricos.
2. As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing (1985)
3. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989.
4. As Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad (1990)
5. As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados da Liberdade (1990)
6. A Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional – Convenção de Haia (1993)

**UNIDADE II - A evolução da tutela jurídica da criança e do adolescente no Brasil**

1. As primeiras referências legislativas.
2. O Código Mello Mattos de 1927.
3. O Código de Menores de 1979.
4. A Constituição Federal de 1988.
5. O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.
6. A integração do ECA com os demais documentos normativos.

**UNIDADE III – Os direitos fundamentais infanto-juvenis**

1. O direito à vida e à saúde.
2. O direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.
3. O direito à convivência familiar e comunitária.

O direito à filiação.

A família natural e a família substituta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

As modalidades de colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção.  
A perda e a suspensão do poder familiar.  
As entidades de atendimento.

**UNIDADE IV** – A questão do ato infracional

1. A distinção legal entre criança e adolescente na seara infracional
2. A idade mínima penal
3. Os direitos individuais e garantias processuais do adolescente
4. As medidas de proteção e as medidas sócio-educativas
5. O procedimento de apuração de ato infracional

**UNIDADE V** – A Justiça Especializada da Infância e da Juventude

1. O Juiz
2. O Ministério Público
3. O Advogado e o Defensor Público
4. A Equipe Técnica Interprofissional

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 7ª ed.; São Paulo: Editora Método, 2004.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 4ª ed., São Paulo: Malheiros Editores. 1999.

NERY JUNIOR, Nelson. Leis Civas Comentadas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

GEBRAN NETO, João Pedro. A aplicação imediata dos direitos e garantias individuais: a busca de uma exegese emancipatória. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PAULA, Direito da Criança e do Adolescente e tutela jurisdicional diferenciada. São paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Sumaya Saady Morhy. Direitos Fundamentais e relações familiares. Porto Alegre.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE III**  
**CÓDIGO: CJ 04070**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Da Prática Forense. Atendimento e Orientação Jurídica. Elaboração de Peças Processuais. Propositura de Ações e Interposição de Recursos. Acompanhamento de Processos. Participação em Audiências, Tribunal do Júri e Sessões de Julgamentos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I – DA PRÁTICA FORENSE.** 1.2. Da orientação jurídica. 1.3. Da importância da tentativa de conciliação: elaboração de Termos de Acordo.

**UNIDADE II – DA ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS.** 2.1. Confecção de petições iniciais, contestação e recursos. 2.2. Da fundamentação dos argumentos utilizados na elaboração das peças processuais.

**UNIDADE III – DA PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS.** 3.1. Participação em audiências nos diversos órgãos integrantes do Poder Judiciário nas esferas civil, penal e trabalhista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA DO PROCESSO TRABALHISTA**  
**CÓDIGO: CJ 04071**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA**

Prática forense no processo de conhecimento trabalhista, desde a instauração, passando pela instrução e sentença. Desenvolver recursos, mediante a análise da natureza da decisão e seu tramite no Tribunal. Elaborar petição de execução e as defesas do reclamado/devedor, com o uso de situações simuladas e reais. Incursão ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para participação em audiências trabalhistas e acompanhamento de sessão de uma das Turmas do Tribunal.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Petição inicial – Reclamação Trabalhista; Inquérito para apuração de falta grave; Ação de Consignação e pagamento; Defesa (contestação, exceção e reconvenção); Ação Rescisória - Instrução Probatória - Sentença - Embargos de Declaração - Recurso Ordinário - Recurso de Revista - Agravo de instrumento - Execução: provisória e definitiva – Embargos à Execução – Embargos de Terceiros.

**BIBLIOGRAFIA**

LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. Curso de Direito Processual do Trabalho – LTR, 8ª. Edição, São Paulo, 2010.  
MARTINS, SÉRGIO PINTO. Direito Processual do Trabalho: Doutrina e Prática Forense-Ed. Atlas - 30ª Edição, São Paulo, 2010.  
NASCIMENTO, AMAURI MASCARO. Curso De Direito Processual Do Trabalho – Saraiva, 24ª Edição, São Paulo, 2009  
SAAD, EDUARDO GABRIEL. Curso de Direito Processual do Trabalho – LTR, 6ª Edição, São Paulo, 2008.  
SARAIVA, Renato. Como Se Preparar para o Exame de Ordem 2ª Fase Trabalho. Método, 5ª Ed. 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: MONOGRAFIA JURÍDICA I**  
**CÓDIGO: CJ 05026**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**EMENTA**

Orientar na elaboração, formatação e execução do projeto de monografia; organização de fichamentos/resumos/relatórios e/ou análise dos dados coletados para elaboração da monografia jurídica; redação do primeiro capítulo da monografia jurídica.

**OBJETIVO GERAL**

Desenvolver subsídios para o aluno despertar sua aptidão para pesquisa, e aprofundar seus conhecimentos da metodologia jurídica para elaboração de projeto monográfico e redigir a monografia jurídica.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1- Articular a pesquisa teórica às atividades e vivências da prática jurídica.
- 2- Preparar o aluno para escolher tema/assunto, problematizar, definir e elaborar o projeto de pesquisa de monografia jurídica.
- 3- Desenvolver no aluno a capacidade do pensamento científico.
- 4- Possibilitar o crescimento teórico do aluno em relação às especificidades do projeto monográfico;
- 5- Preparar o aluno para coleta, organização e redação das informações para redigir a monografia;
- 6- Desenvolver a capacidade de elaboração da pesquisa teórica, nas atividades e vivências da prática jurídica.

**BIBLIOGRAFIA:**

AGUILLAR, Fernando Herren. Metodologia da Ciência do Direito. 2ª ed. s/l, Max Limonad, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Normas para Referências Bibliográficas –

NBR-6023. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, ago., 2000.

BASTOS, Lilia Rocha. Manual de Elaboração de Projetos e Relatórios. Rio de Janeiro: Zahar 1981.

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

- CARVALHO, Lúcia Cunha de. Como Elaborar a Monografia de Final de Curso de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CASTRO, C. M. Estrutura e Apresentação de Publicações Científicas. São Paulo: Mc Graw Hill, 1976.
- ECO, Umberto. Como Fazer uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FERRARI, A. T. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: McGraw Hill, 1982.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 1986.
- GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HENRIQUES, Antonio & MEDEIROS, João Bosco. Monografia no Curso de Direito: trabalho de conclusão de curso. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- LUCKESI, Cipriano. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

MENTA E BIBLIOGRAFIA

<b>CÓDIGO</b>	<b>9º BLOCO</b>	<b>CH</b>
CJ05027	MONOGRAFIA JURÍDICA II	34
CJ04072	PRÁTICA FORENSE IV (JUIZADOS ESPECIAIS)	68
CJ04075	PRÁTICA DO PROCESSO AMBIENTAL	34
CJ01029	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	254
		<b>390</b>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: MONOGRAFIA JURÍDICA II**  
**CÓDIGO: CJ 05027**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

Elaborar a redação final da monografia jurídica fundamentada no projeto monográfico; realizar exame de qualificação e fazer as correções finais da monografia, com a devida preparação do orientando para defesa pública perante banca examinadora.

**BIBLIOGRAFIA**

- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo; Perspectiva, 1999.
- KERSCHER, Silvio Ari & Moracy. Monografia: como fazer. São Paulo: Thex, 1999.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: RT, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica para o curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2000.
- MEDEIROS, João Bosco e HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2003.
- NUNES, Luís Antônio Rizzato. Manual da Monografia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.
- PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa. São Paulo: Papirus, 2000.
- SANTOS, Nivaldo do. Monografia jurídica. Goiânia: AB, 2000.
- SILVA, Marcos Antonio da. Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos na UCG. Goiânia: Ed. Da UCG, 2002.
- SOBRINHO, José Wilson Ferreira. Pesquisa em Direito e redação de monografia jurídica. Porto Alegre: SAFE, 1997.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE IV (JUIZADOS ESPECIAIS)**  
**CÓDIGO: CJ 04072**  
**CARGA HORÁRIA: 68h**

**EMENTA:**

Da Prática Jurídica nos Juizados Especiais. Atendimento e Atermação. Conciliação. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública. Acompanhamento de processos junto às secretarias e gabinetes. Participação em audiências.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**UNIDADE I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.** 1.1. Dos Princípios norteadores do processo nas ações que se processam perante os juizados especiais. 1.2. Da competência e do procedimento nos juizados especiais.

**UNIDADE II – DA PRÁTICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS.** 2.1. Dos primeiros contatos com os Reclamantes. 2.2. Da Atermação. 2.3. Da conciliação: elaboração de termos de acordo

**UNIDADE III – DA PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS.** 3.1. Participação em audiências e julgamentos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: PRÁTICA DO PROCESSO AMBIENTAL**  
**CÓDIGO: CJ 04075**  
**CARGA HORÁRIA: 34h**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Aspectos gerais do direito processual ambiental.
2. Responsabilidade ambiental e suas repercussões no processo penal, administrativo e civil.
3. Procedimento administrativo: licenciamento ambiental e a audiência pública.
4. Processo Administrativo Ambiental.
5. Processo Penal Ambiental: juizados e justiça comum.
6. Processo Civil Ambiental: ação popular.
7. Processo Civil Ambiental: inquérito civil;
8. Processo Civil Ambiental: termo de ajustamento de conduta.
9. Processo Civil Ambiental: ação civil pública.

**BIBLIOGRAFIA:**

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

HARB, Karina Houat. *Direitos Humanos e Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. APG, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro e Garth, Bryant. *El Acceso a la Justicia: la tendencia en el movimiento mundial para hacer efectivos los derechos*. México: Ed. Fondo de Cultural Económica, 1996 e Grinover, Ada Pellegrini.

*Código de Defesa do Consumidor*: comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FARIAS, Paulo José Leite. *Competência Federativa e Proteção Ambiental*. Brasília: ed. Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: ed. Lumen Juris, 2002.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Ed. Malheiros, 2002.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

SIRVINKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2002. PRIEUR, Michel. Droit de L'Environnement. Paris: Dalloz, 1996.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.

ROCHA, Ana Flávia A defesa dos Direitos Sócio-Ambientais no Judiciário. São Paulo: ISA, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**DISCIPLINA: ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**CÓDIGO: CJ 01029**

**CARGA HORÁRIA: 254h**

A disciplina é composta de palestras, seminários, congressos, conferências, estágios, monitoria, audiências, cursos de idiomas e de informática, assistência à defesas de dissertação de Mestrado e à tese de Doutorado, encontros regionais e nacionais dos discentes e outros eventos correlacionados

Essas atividades somente serão consideradas a partir do ingresso do discente na Instituição.